

# PAO 2021

## Plano de Atividades e Orçamento 2021



Mercado de  
Combustíveis



Energia  
Elétrica



Energias  
Renováveis



Gás Natural



Biocombustíveis



Reservas  
Petrolíferas

# Ficha técnica

## TÍTULO

Plano de Atividades  
e Orçamento 2021  
VERSÃO 2 (por aprovação do PAO/2020 no mês de setembro/20)

## EDIÇÃO

Entidade Nacional para o  
Setor Energético, E.P.E.

## CONCEÇÃO E COORDENAÇÃO

Unidade de Administração Geral  
Departamento Financeiro e dos Recursos Humanos

## SEDE

Estrada do Paço do Lumiar  
Campus do Lumiar, Edifício D-1º Andar  
1649-038 Lisboa

## CENTRAL DE ARMAZENAGEM

Rua Infante Dom Henrique, nº 67  
São João da Caparica  
2825-456 Costa da Caparica

## CONTATOS

geral@ense-epe.pt  
Telef. 213 114 140  
Nº verde 800 914 146

## PÁGINA OFICIAL

[www.ense-epe.pt](http://www.ense-epe.pt)

## DATA DA EDIÇÃO

13 de novembro de 2020

## ÍNDICE

<i>Mensagem do Presidente</i> .....	6
<b>1- APRESENTAÇÃO E ENQUADRAMENTO</b> .....	8
1.1. <i>Apresentação da ENSE, E.P.E.</i> .....	8
1.2. <i>Missão, visão e valores</i> .....	8
1.3. <i>Estrutura organizacional</i> .....	9
<b>2- POLÍTICA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL</b> .....	12
2.1. <i>Sustentabilidade Ambiental</i> .....	12
2.2. <i>Sustentabilidade social</i> .....	13
<b>3- PLANO DE ATIVIDADES PARA 2021</b> .....	16
3.1. <i>Unidade de Reservas Petrolíferas (URP)</i> .....	16
3.1.1. <i>Monitorização e armazenagem de reservas petrolíferas</i> .....	16
3.1.2. <i>Gestão das instalações do Depósito PolNATO de Lisboa (DPNL)</i> .....	16
3.1.3. <i>Gestão do Balcão Único da Energia, estatísticas e divulgação externa</i> .....	17
3.2. <i>Unidade de Controlo e Prevenção (UCP)</i> .....	18
3.2.1. <i>Ações de inspeção e fiscalização</i> .....	18
3.2.2. <i>Controlo da Qualidade de Combustíveis Rodoviários</i> .....	19
3.2.3. <i>Controlo das Metas Nacionais de Incorporação de Biocombustíveis</i> .....	20
3.2.4. <i>Investigação de denúncias e reclamações</i> .....	20
3.2.5. <i>Análise e avaliação das causas dos acidentes</i> .....	21
3.2.6. <i>Gestão do Sistema da Qualidade</i> .....	21
3.3. <i>Unidade de Administração Geral (UAG)</i> .....	21
3.3.1. <i>Contratação pública, apoio jurídico e contencioso e contraordenações</i> .....	21
3.3.2. <i>Gestão de recursos humanos e financeiros</i> .....	22
3.3.3. <i>Gestão de sistemas informáticos e de telecomunicações</i> .....	22
3.4. <i>Representação comunitária e internacional da ENSE, EPE, cooperação e relacionamento institucional</i> .....	23
<b>4- GESTÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA</b> .....	26
4.1. <i>Notas prévias / Coordenadas de leitura</i> .....	26
4.2. <i>Orçamento para 2021 (Unidades)</i> .....	28
4.3. <i>Orçamento para 2021 (Global)</i> .....	38

4.3.1. Demonstração de Resultados .....	39
4.3.2. Balanço .....	43
4.3.3. Demonstração de Fluxos de Caixa .....	46
4.4. <i>Plano de Investimentos (2020-2023)</i> .....	48
4.4.1. Plano de Investimentos nas Instalações da PolNATO (DPNL) .....	51
4.4.2. Investimentos e prioridades .....	54
4.5. <i>PRC - Plano de Redução de Custos</i> .....	63
5- <i>SÍNTESE CONCLUSIVA</i> .....	74

Mensagem do  
Presidente do  
Conselho de  
Administração



## Mensagem do Presidente

O plano de atividades e orçamento da ENSE E.P.E. para 2021 é apresentado com um elevado grau de incerteza, constituindo, simultaneamente, um documento programático que transmite uma mensagem de esperança, para um ano que já assumimos como difícil, mas não inultrapassável. Do nosso ponto de vista, o que o ano de 2020 nos ensinou, é que nunca como antes a segurança energética do país mereceu tamanha importância, uma vez que os mecanismos que garantem e garantiram o fornecimento de carburantes mantiveram, desde o primeiro momento do surto pandémico, a prontidão imediata em caso de disrupção da cadeia de distribuição ou de refinação, e foi durante o período mais difícil da pandemia que esta entidade pública, na condição de responsável pelas reservas de estratégicas e de emergência nacional, garantiu que o combustível nunca faltou, nem nunca faltaria aos portugueses, na medida em que rede de emergência de postos de combustível funcionou, mais uma vez, em pleno. Centrados agora no ano de 2021, o plano de atividades e orçamento da ENSE é aqui apelidado de documento esperança, na medida em que esta entidade pública mantém os objetivos do plano estratégico, afirmando-se como a entidade fiscalizadora do setor energético, por excelência, respondendo, aliás, às competências atribuídas pelo acionista Estado, que recentemente atribuiu à ENSE o ónus de fiscalizar as reservas nacionais de Gás Natural (GN), sendo este o primeiro passo para trilhar o caminho seguido há já muito tempo pelos restantes Estados-membros da UE, em que a gestão e fiscalização das reservas de GN é feita de forma integrada, e em conjunto com as reservas de petróleo bruto e seus derivados. Por outro lado, é já em 2021 que esta entidade pública garante aos consumidores que a energia elétrica que chega aos lares dos portugueses é produzida através de fontes renováveis, na medida em que a fiscalização dos certificados energéticos passa a ser da responsabilidade exclusiva da ENSE. Citando apenas estes dois exemplos, que são apenas os mais recentes, pois que a lista de atividades e competências desta entidade pública é extensa, e intrinsecamente interligadas com a segurança energética, 2021 obriga ao reforço dos mecanismos de segurança implementados pelos nossos serviços, para que a energia, os combustíveis, não falem ao país num ano de incertezas, o que obriga a um forte investimento na formação dos quadros da ENSE e apostar na renovação e atualização dos recursos humanos, um desígnio para 2021. À semelhança de anos anteriores, endereço um especial agradecimento aos trabalhadores e dirigentes da ENSE, pois é graças a eles, e ao esforço de cada um, que, tudo o que tentei transmitir com esta singela mensagem, foi, e será possível.



**Filipe Meirinho**  
Presidente do Conselho de Administração

# 1. Apresentação e enquadramento



## 1- APRESENTAÇÃO E ENQUADRAMENTO

### 1.1. Apresentação da ENSE, E.P.E.

A Entidade Nacional para o Setor Energético, EPE, abreviadamente designada por ENSE, EPE, é uma entidade pública empresarial, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

Através do Decreto-Lei nº 69/2018, de 27 de agosto, foram atribuídas à ENSE, EPE competências em matéria de fiscalização e supervisão de todas as áreas do setor energético, mantendo as suas competências específicas de (ECA) entidade central de armazenagem, na constituição e manutenção da parcela considerada estratégica das reservas de segurança nacionais de petróleo e produtos petrolíferos.

A ENSE, EPE, rege -se pelo regime jurídico aplicável às entidades públicas empresariais, com as especificidades previstas nos presentes estatutos, alterados e republicados Decreto-Lei nº 69/2018, de 27 de agosto.

### 1.2. Missão, visão e valores

A ENSE, EPE tem como missão assegurar a correta gestão e manutenção das reservas estratégicas e de emergência do Estado Português, garantindo, ademais, a fiscalização de todo o setor energético nacional.

Missão 

A ENSE, EPE pretende manter-se como entidade de referência especializada na fiscalização do setor energético, garante do regular funcionamento deste setor e do acesso a carburante em caso de crise energética.

Visão 

**Independência e rigor**  
Independência e equidistância relativamente a todas as entidades com que se relaciona

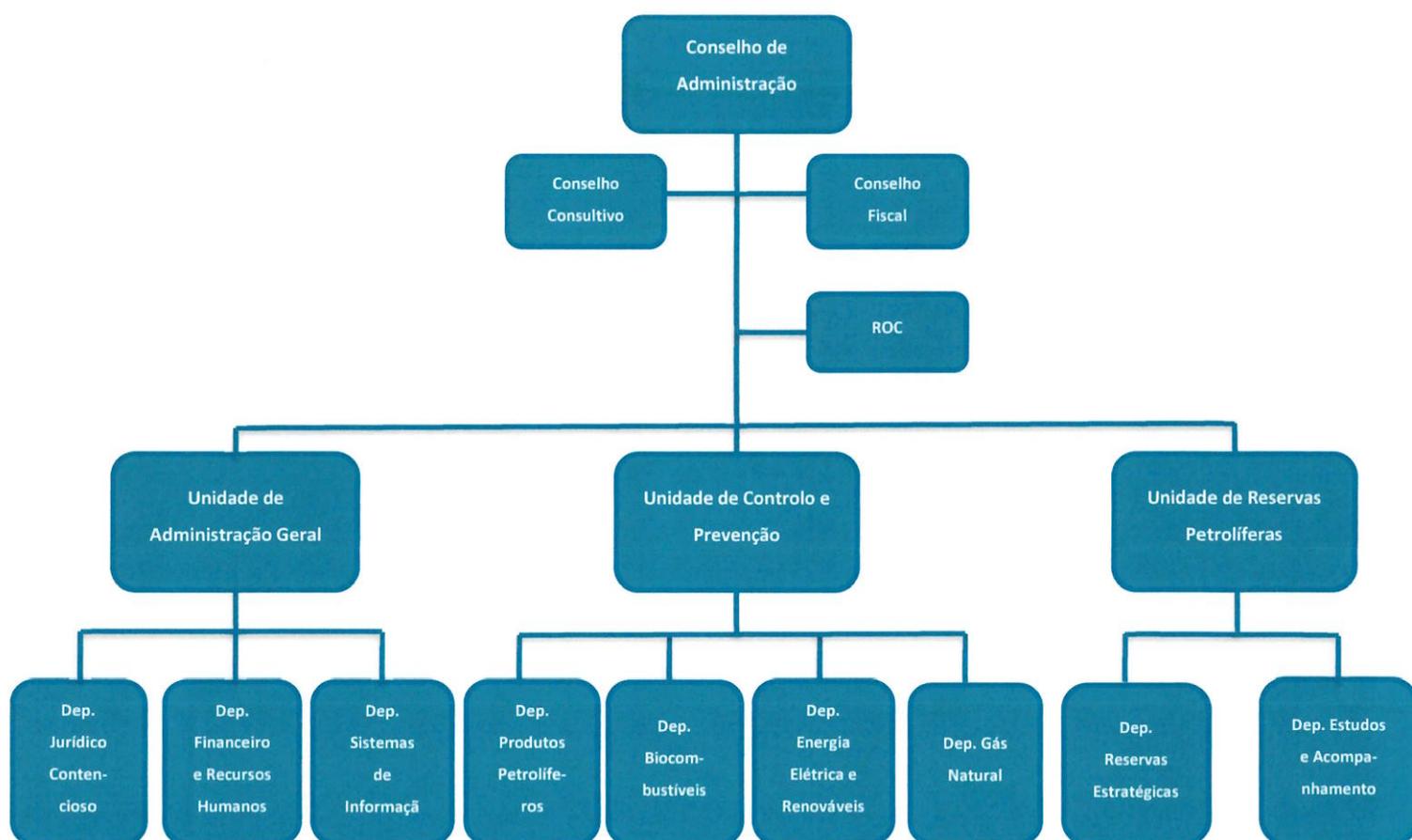
**Imparcialidade e legalidade**  
Princípios que regem a atividade de fiscalização do setor energético.

**Inovação e qualidade**  
Procuramos atuar com eficácia, entusiasmo e vontade de inovar.

Valores 

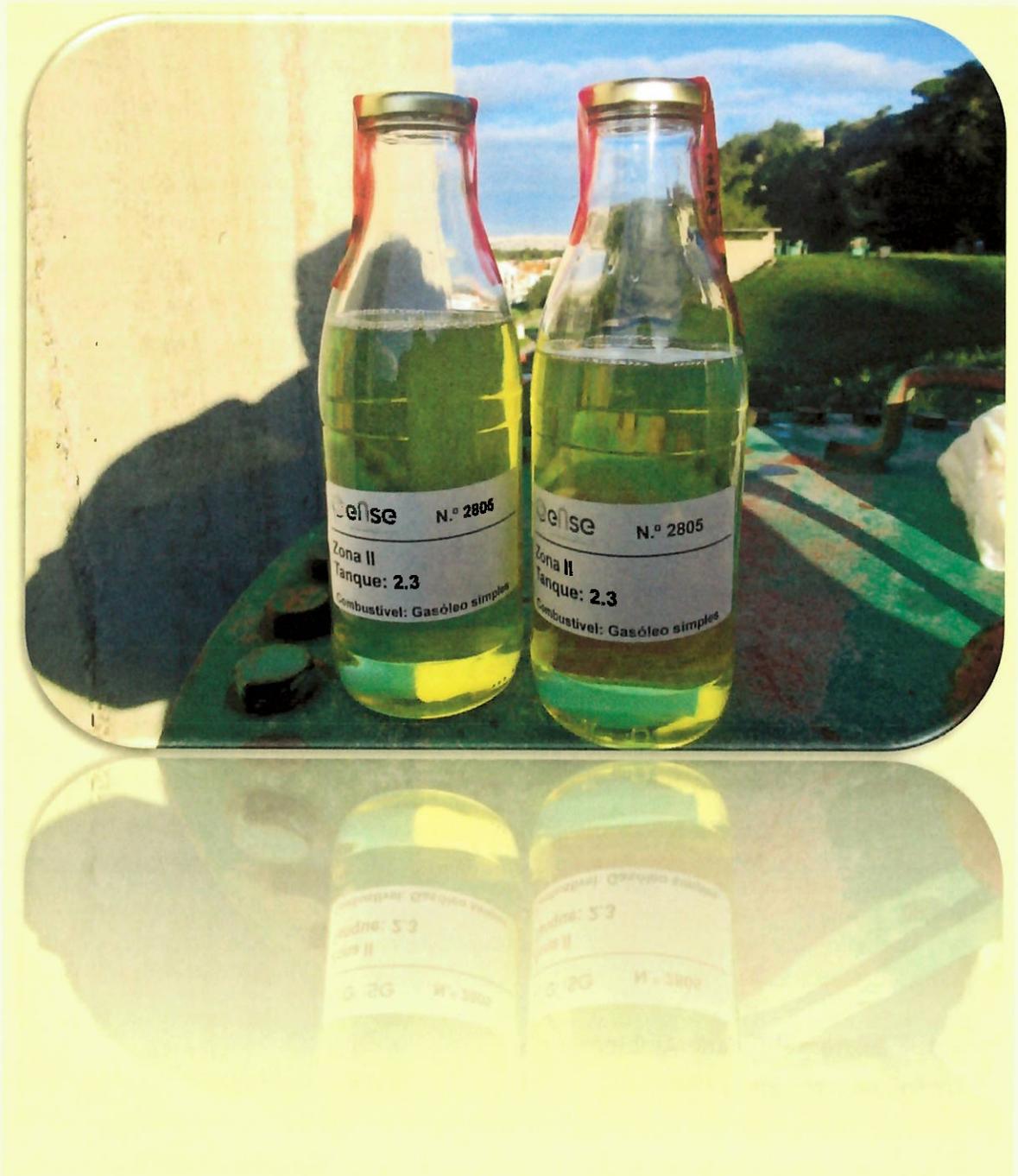
### 1.3. Estrutura organizacional

A ENSE, E.P.E., entidade pública empresarial, apresenta um modelo organizacional, tal como apresentado no organograma infra, previsto no artigo 19º-A dos seus Estatutos, republicados pelo Decreto-Lei nº69/2018, de 27 de agosto, e completado pelo seu regulamento interno - Regulamento nº35/2019, publicado no *Diário da República*, 2ª Série, de 9 de janeiro.





## 2. Política de Responsabilidade Social



## 2- POLÍTICA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL

Apesar dos tempos excecionais, que resultam das consequências da crise pandémica e dos seus efeitos recessivos na atividade económica por todo o mundo, o contexto mundial de funcionamento das sociedades e o seu processo de adaptação e ajustamento num contexto de objetivo de descarbonização, não altera, ainda, sobremaneira as projeções que reafirmam que o petróleo continuará a ser, por várias décadas, a principal fonte de energia primária. Consequentemente, a necessidade de existência de reservas de segurança dos respetivos produtos, para além do cumprimento da diretiva comunitária e das obrigações legais inerentes, deve continuar a ser vista como um reforço da garantia do normal desenvolvimento da vida económica e social, assegurando uma capacidade de resposta adequada a eventuais cenários de disrupção do normal funcionamento do setor petrolífero. Neste sentido, a existência de reservas de segurança de derivados de petróleo - com o atual modelo organizativo - contribui para assegurar a segurança de abastecimento, a normalidade da qualidade de vida da sociedade, mantendo a economia a funcionar e o bem-estar das populações.

Para além disso, a ENSE, E.P.E. no âmbito das suas competências estatutárias, nomeadamente quanto ao controlo da qualidade dos combustíveis, continua a promover a colheita de amostras em todo o território nacional para análise. Com a publicação dos resultados analíticos, a ENSE, E.P.E. mantém a boa prática de proceder à doação das amostras de combustível - não utilizadas na análise - a instituições de solidariedade social legalmente reconhecidas e que manifestaram o interesse em ser contempladas, bastando para tal o seu registo através do site institucional. O modelo de atribuição continua a manter-se, ou seja, a identificação da instituição é publicada por ordem de registo, sendo que a doação de combustível (gasóleo e gasolina) é efetuada através de sorteio. A ENSE, E.P.E. publica no seu site as doações efetuadas.

Assim, fica demonstrada a preocupação existente no conjunto das suas Unidades funcionais onde se desenvolvem ações que demonstram de forma inequívoca a sua responsabilidade do ponto de vista social.

### 2.1. Sustentabilidade Ambiental

O principal vetor onde a ENSE, E.P.E. continua a promover a sustentabilidade ambiental é na área dos Biocombustíveis. Procura-se promover a utilização de combustíveis de origem renovável nos transportes rodoviários, assegurando a fiscalização do cumprimento das metas nacionais de reduções de emissões de Gases com Efeito de Estufa e a sustentabilidade do biocombustível comercializado segundo critérios europeus bastante restritos. No quadro da implementação das políticas de sustentabilidade, a ENSE, E.P.E. é membro do Regime Voluntário ISCC (*International Sustainability and Carbon Capture*).

A nível interno ENSE, E.P.E. procura acolher as melhores práticas em matéria de proteção e defesa do ambiente, estimulando uma cultura de empresa atenta às exigências inerentes à imperiosa necessidade de garantir a sustentabilidade ambiental do planeta, designadamente através da:

- Aplicação da RCM 141/2018 - promove uma utilização mais sustentável de recursos na Administração Pública através da redução do consumo de papel e de consumíveis em plástico;
- Aquisição de viaturas híbridas;
- Recurso a empresas especializadas em reciclagem, nomeadamente, no tratamento e recolha de consumíveis, toners e de material/equipamento informático;
- Instituição de orientações em matéria de reciclagem de papel.

## 2.2. Sustentabilidade social

### *a) Formação*

A ENSE, E.P.E. reconhece a importância da formação profissional dos seus trabalhadores quer para a sua valorização profissional, quer para a manutenção de adequados níveis de eficiência e de competência técnica dos seus recursos humanos.

As ações de formação devem obedecer cumulativamente aos seguintes princípios:

- Contribuir para a valorização profissional dos seus trabalhadores;
- Estar em consonância com os objetivos de gestão e da missão da ENSE, E.P.E.

A deteção de necessidades de formação deve resultar da análise das Unidades e, em conjunto com os seus colaboradores, e em função das necessidades identificadas, é elaborado o Plano Anual de Formação, especificando as ações previstas, destinatários, objetivos propostos, calendarização e a estimativa de custos.

Para 2021, prevê-se que ocorra um investimento na ordem dos quarenta mil euros em formação dos seus colaboradores.

### *b) Medicina no trabalho*

Ainda nesta vertente, cumpre-se o estabelecido na Lei nº102/2009, de 10 de setembro (regime jurídico da promoção da segurança e saúde no trabalho) e respetivas alterações, competindo ao DFRH:

- Solicitar à empresa de medicina no trabalho contratada pela ENSE, E.P.E. a marcação de exames/ consulta médica de admissão;
- Marcar exames médicos periódicos (anuais para os trabalhadores com idade superior a 50 anos; bienais para os restantes trabalhadores);
- Agendar exames médicos ocasionais (i) sempre que haja alterações substanciais nos componentes materiais de trabalho suscetíveis de efeitos nocivos à saúde do trabalhador, e (ii) nos casos de regresso ao trabalho depois de ausências superiores a 30 dias por motivo de doença ou acidente.

### ***c) Identificação de Políticas de Recursos Humanos***

A conciliação entre a vida pessoal/familiar e a vida profissional dos colaboradores é auxiliada na medida do compatível com as exigências de eficiência que impendem sobre o ENSE, E. P.E quanto ao cumprimento da sua missão.

A política de Recursos Humanos continua muito dependente do enquadramento que o setor público tem relativamente à contratação de técnicos. Na sequência das novas competências cuja transferência foi formalizada durante os últimos anos, a ENSE, E.P.E. necessita de reforçar os seus recursos humanos, condicionada, porém, à competente autorização do acionista Estado, e à disponibilidade de Recursos Humanos com adequação de competências profissionais às necessidades operacionais da ENSE, E.P.E., bem como pela disponibilização de trabalhadores oriundos da Administração Pública, por parte dos organismos de origem em regime de a Cedência por Interesse Público, o que nem sempre acontece.

Deve referir-se que uma das políticas da ENSE, E.P.E. é a rotatividade dos seus colaboradores em diversas funções, sempre que as respetivas competências o permitam, a fim de que possam adquirir mais capacidades funcionais e, desta forma, promover uma multifuncionalidade dos seus Recursos Humanos, bem como permitir que possam ter um conhecimento mais abrangente das atividades desenvolvidas por esta entidade.

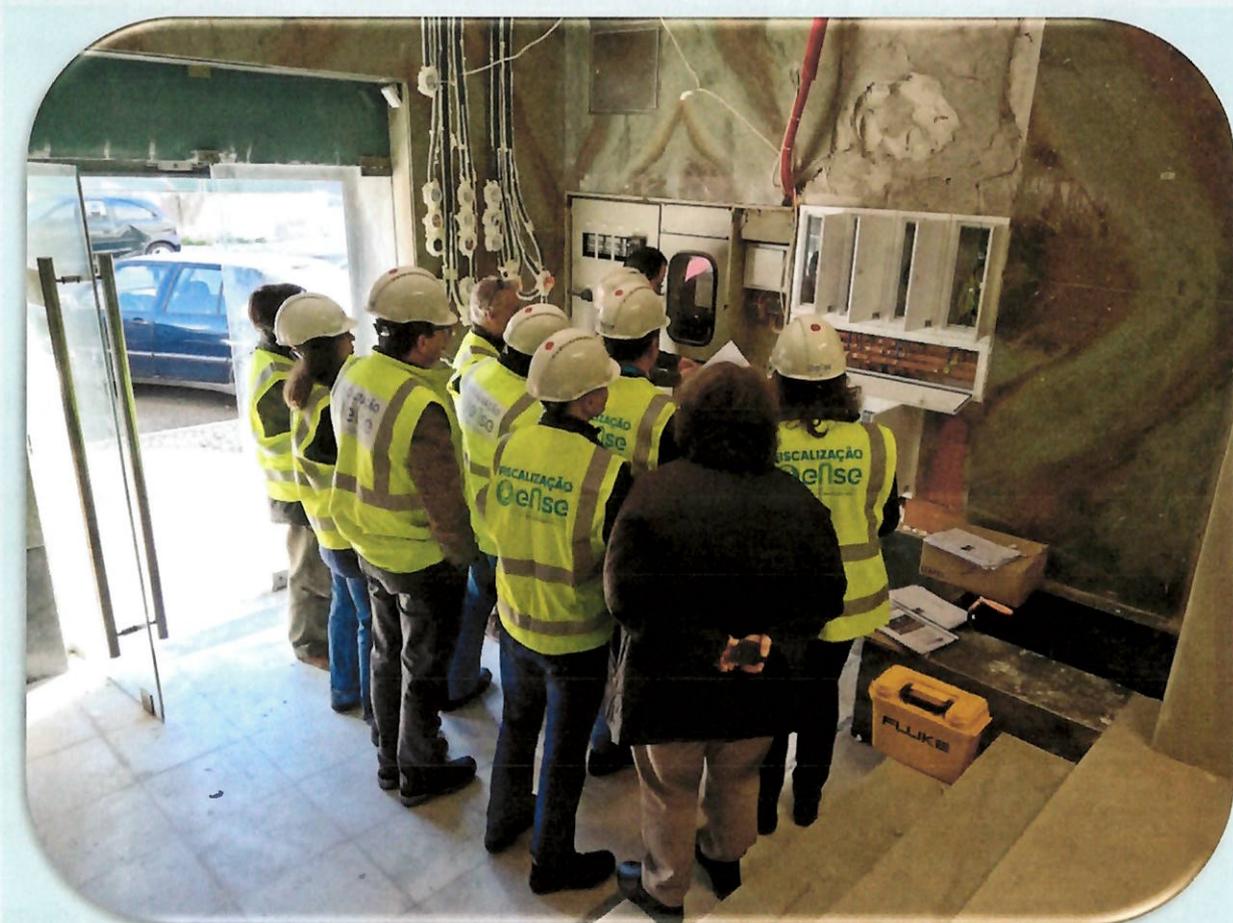
A política de gestão de recursos humanos na ENSE, E.P.E. segue uma linha de orientação definida através de regras transparentes e devidamente explicitadas em regulamentos internos.

### ***d) Medidas de combate à pandemia provocada pelo vírus SARS CoV-2***

O surto epidémico provocado pelo SARS-CoV-2 exigiu a implementação de medidas de segurança nunca antes testadas, medidas que em primeiro lugar garantiram, e garantem ainda, a segurança e saúde dos trabalhadores e dos restantes stakeholders que contactam presencialmente com os nossos serviços. Nesse sentido, foi desenvolvido e implementado, logo no mês de março de 2020, um Plano de Contingência, com os objetivos aqui sinalizados, e adicionalmente, manter em funcionamento as atividades essenciais da ENSE, E.P.E., uma vez que as equipas de intervenção mantiveram sempre, desde os primeiros momentos do surto pandémico, a total operacionalidade, garantindo, desta feita, a prontidão das reservas e o apoio incondicional aos operadores do sistema petrolífero nacional, pois que não podemos esquecer que os postos de abastecimento nunca encerraram, e o encerramento das refinarias nacionais exigiu um especial acompanhamento do setor petrolífero, o que ficou garantido desde o primeiro momento, sempre com a tónica da segurança nos trabalhadores, cientes que ao proteger os trabalhadores, protegíamos as respetivas famílias, e simultaneamente, a segurança do abastecimento nacional.

Entre as medidas de combate, saliente-se, a atribuição a todos os colaboradores de equipamentos de proteção - máscaras, viseira e luvas -, disponibilização de álcool gel em todas as instalações da ENSE, E.P.E., disposição dos postos de trabalho de forma a garantir o distanciamento social entre os colaboradores, e a medição da temperatura corporal à entrada da sede através de dispositivo fixo.

### 3. Plano de Atividades para 2021



### 3- PLANO DE ATIVIDADES PARA 2021

Todas e quaisquer orientações estratégicas que a seguir se expõem pretendem refletir e dar continuidade às vertentes fundamentais de intervenção da ENSE, E.P.E., nomeadamente ao nível das suas duas áreas *core* gestão e manutenção das reservas e estratégicas e de emergência do Estado Português e fiscalização de todo o setor energético nacional. Para tal, em 2021, as diferentes unidades que constituem a ENSE, E.P.E. propõem-se concretizar e desenvolver, também num esforço conjunto e sinérgico, diversas ações estratégicas e transversais que dão sustentabilidade organizacional à ENSE, E.P.E. e potenciam as sinergias decorrentes da integração das competências suprarreferidas.

#### 3.1. Unidade de Reservas Petrolíferas (URP)

##### 3.1.1. *Monitorização e armazenagem de reservas petrolíferas*

- a) Assegurar a gestão, constituição e manutenção de forma otimizada das reservas petrolíferas, através da projeção, planificação e contratação das melhores opções para a aquisição de CSO tickets e o acompanhamento de novas soluções de armazenamento das mesmas, mantendo sempre presente o objetivo de otimizar a estrutura de custos da empresa em benefício do cumprimento mais eficaz desta obrigação legal.
- b) À semelhança do que tem acontecido, irá prosseguir em 2021, em articulação estreita com a Unidade de Controlo e Prevenção (UCP), o Plano de Fiscalização das Reservas constituídas diretamente pelos operadores obrigados, com inspeção presencial às instalações, para assegurar o cumprimento cabal das obrigações legais, sem prejuízo do trabalho do auditor externo que continuará a assegurar a fundamental auditoria externa a todas as reservas nacionais.
- c) A concretização do Plano de Intervenção e Utilização de Reservas de Segurança (PIURS), veio dar uma resposta mais robusta, organizada e operacional que, apesar de tudo, convém continuar a ser testada através da realização de um exercício de simulação anual que procuraremos concretizar com o envolvimento de todas as entidades que são membros da Célula de Gestão de Crise Energética (CGCE), mas tentando também envolver todas as demais entidades de apoio, num esforço conjunto que ainda há pouco tempo se mostrou fundamental para garantir responder num cenário de perturbação no normal funcionamento do sistema petrolífero nacional. Apesar do tempo excecional que vivemos, pensamos que este exercício de simulação poderá ter lugar no 2º semestre de 2021.

##### 3.1.2. *Gestão das instalações do Depósito POLNATO de Lisboa (DPNL)*

No decurso de 2021, a ENSE continuará a executar o seu plano plurianual de investimento nas instalações da POLNATO, instrumento fundamental para concretizar as melhorias das condições de

segurança, monitorização e mobilização destas instalações estratégicas a cargo desta unidade, assegurando-se os seguintes vetores de intervenção:

- a) Finalização da Intervenção de Defesa marítima da zona I do DPNL;
- b) Reabilitação total das vedações das instalações;
- c) Beneficiação do sistema de oleoduto que liga a zona II ao Portinho da Costa e retirada do produto aí existente;
- d) Lançamento do concurso para o novo anel de incêndios;
- e) Continuação do processo de verificação, manutenção e certificação dos tanques;
- f) Continuação do programa de reabilitação e beneficiação dos edifícios;

Importa ainda dar nota de que continuam a ser avaliados novos investimentos que poderão levar a um realinhamento cronológico da execução das intervenções decididas pelo Conselho de Administração.

### ***3.1.3. Gestão do Balcão Único da Energia, estatísticas e divulgação externa***

- a) O Balcão Único da Energia, criado e gerido pela ENSE, continuará a ser objeto de investimentos para o seu desenvolvimento, sobretudo no contexto da proposta efetuada para que possa ser partilhado com outros organismos públicos e que possibilite centralizar os registos com vista à simplificação e desburocratização de processos, mas alargando o seu âmbito e alcance a todo o setor energético nacional. Para além disso, continuaremos a assegurar, e procurar reforçar a eficácia em todo o trabalho operacional de controlo, ligação e comunicação com todos os operadores, bem como a validação de todos os reportes de prestação de informação de atividade que estão obrigados legalmente a registar através desta plataforma.
- b) Continuar a promover soluções de informação e comunicação com todos os operadores e demais interessados, seja através de melhorias no novo website institucional, mas também com a dinamização de mais informações sobre o setor energético, bem como com a continuação da publicação dos Boletins Diários, RX do Mercado de Combustíveis, Relatórios Semanais e Mensais. O reforço do número de subscritores da newsletter eletrónica, que já ultrapassa as 11 mil conexões, demonstra bem o interesse público que o trabalho desenvolvido pela ENSE tem gerado junto dos nossos *stakeholders*, de todos os agentes do setor energético e do público em geral.

## 3.2. Unidade de Controlo e Prevenção (UCP)

### 3.2.1. Ações de inspeção e fiscalização

Durante o ano de 2021, a UCP tem como objetivo, proceder às seguintes ações de inspeção e fiscalização:

- a) Fiscalizar 1000 operadores do Sistema Petrolífero Nacional, no âmbito das competências da ENSE, E.P.E.;
- b) Fiscalizar 50 unidades de armazenamento de garrafas de GPL (Parques de Garrafas) a funcionar em Portugal continental, com especial relevância naquelas incluídas no mecanismo de troca de garrafas (*Regulamento ERSE*) entre operadores;
- c) Trimestralmente, fiscalizar o cumprimento das obrigações de constituição de reservas por parte dos operadores;
- d) Proceder à fiscalização das seguintes instalações:
  - I. Instalações portuárias de armazenagem de petróleo e produtos derivados de petróleo importados por empresas a operar em Portugal;
  - II. Todas as instalações aeroportuárias com armazenamento e comercialização de produtos derivados de petróleo, Jet A1 e Avgas, importados por empresas a operar em Portugal.
  - III. Instalações destinadas à produção e ao armazenamento de combustíveis;
  - IV. Instalações destinadas à incorporação de biocombustíveis, produzidos, importados ou incorporados, por empresas a operar em Portugal.
  - V. Unidades de enchimento de garrafas de GPL a funcionar em Portugal continental;
  - VI. Instalações destinadas ao transporte e distribuição de energia elétrica por empresas a operar em Portugal;
  - VII. Instalações destinadas à produção de energia elétrica, por empresas a operar em Portugal;
  - VIII. Instalações destinadas ao carregamento de veículos elétricos, por empresas a operar em Portugal.
  - IX. As instalações de armazenamento, transporte e distribuição por conduta de Gás Natural, por empresas a operar em Portugal;
  - X. Unidades de armazenamento de Gás Natural, (UAG's), de rede ou dedicadas, instaladas, utilizadas e/ou exploradas por empresas a operar em Portugal;
  - XI. Todas as unidades de armazenamento e distribuição de Gás Natural Veicular (comprimido-GNC e liquefeito-GNL), por empresas a operar em Portugal.
  - XII. Fiscalizar a totalidades das reservas de segurança de Gás Natural, no âmbito das regras que estabelecem a organização e o funcionamento do Sistema Nacional de Gás e o respetivo regime jurídico, garantindo o cumprimento das obrigações de constituição de reservas, e a respetiva disponibilidade em caso de emergência energética.

- e) Garantir a conformidades das matérias primas residuais (OAU) utilizadas na produção de biocombustíveis elegíveis para dupla contagem, através de uma fiscalização casuística e inopinada, efetuada através de colheitas de amostras das matérias residuais nos Produtores de Regime Geral (PRG). Esta intervenção incluirá cerca de 20 pontos de recolha por ano.
- f) Acompanhamento sistemático do mercado nacional de biocombustíveis, mediante ações de fiscalização para efeitos de:
  - I. controlo da qualidade dos bicombustíveis puros e incorporados nos combustíveis fósseis introduzidos no consumo (IC) em território nacional;
  - II. controlo da percentagem física de incorporação dos bicombustíveis incorporados nos combustíveis fósseis introduzidos no consumo (IC) em território nacional e que são considerados para o cumprimento das metas de incorporação;

A fiscalização será efetuada através de colheitas de amostras de Biocombustíveis nos Operadores Nacionais - Produtores de Regime Geral (PRG) e incorporadores. Esta intervenção incluirá cerca de 20 pontos de recolha por ano.

### **3.2.2. Controlo da Qualidade de Combustíveis Rodoviários**

No âmbito desta atividade, a UCP visa:

- a) Dar continuidade ao controlo da quantidade dos combustíveis líquidos, com especial relevância no combustível rodoviário fornecido, procedendo em 2021 à colheita de:
  - i. 500 amostras, de combustíveis rodoviários, no âmbito do cumprimento do plano de colheitas de amostras;
  - ii. 25 amostras de combustível naval para efeitos de avaliação das especificações técnicas em colaboração com a DGRM;
  - iii. 20 amostras de biocombustível para efeitos de avaliação das especificações técnicas em colaboração com a UB - Unidade de Biocombustíveis;
  - iv. 10 amostras de combustível aeronáutico para efeitos de avaliação das especificações técnicas e garantia de segurança das aeronaves.
- b) Auditar qualitativa e quantitativamente as reservas detidas pela ENSE, E.P.E., quer em armazenagem própria (PolNato), quer as armazenadas nos operadores económicos;
- c) Elaborar as respetivas notas de infração aos normativos legais sobre a qualidade dos combustíveis;
- d) Incrementar as competências dos trabalhadores afetos a esta atividade, no âmbito das competências de fiscalização/inspeção, auditoria e colheita de amostras, com a realização de ações de formação dedicadas;
- e) Manter e desenvolver os processos de desmaterialização, no sentido da tramitação dos processos de colheitas de amostras, com a eliminação de suporte papel na tramitação de todos os restantes processos relacionados com a fiscalização de operadores.

### **3.2.3. Controlo das Metas Nacionais de Incorporação de Biocombustíveis**

Com vista a proceder ao controlo das metas nacionais de incorporação de biocombustíveis, pretende-se durante o ano de 2021:

- a) Verificar as metas nacionais de incorporação numa base trimestral;
- b) Verificar a quantidade de biocombustíveis convencionais cujo limite para a contabilização para o cumprimento das metas nacionais não pode ser superior a 7 % do consumo final de energia nos transportes;
- c) Emitir títulos de biocombustíveis - TdB;
- d) Cancelar TdB entregues trimestralmente pelos incorporadores e que são representativos dos biocombustíveis incorporados nos trimestres de 2020, constituindo estes a prova do cumprimento da obrigação de incorporação de biocombustíveis prevista no Decreto-Lei n.º 117/2010 de 25 de outubro;
- e) Regular e acompanhar as transações de TdBs entre operadores (mercado secundário de TdBs);
- f) Gerir o Mercado de Títulos de Biocombustíveis (TdB), como mecanismo facilitador do cumprimento das metas nacionais de incorporação pelos operadores nacionais;
- g) Acompanhar o mercado de transação de TdB nos termos estabelecidos na lei e nos regulamentos;
- h) Proceder à fiscalização, de acordo com o disposto na nova redação do n.º 5 do artigo 24.º do Decreto-Lei 117/2010, de 25 de outubro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 152-C/2017, de 11 de dezembro, para a determinação e liquidação do pagamento das compensações, e instaurar os respetivos processos de cobrança coerciva em conjunto com os serviços da AT.

### **3.2.4. Investigação de denúncias e reclamações**

Compete à UCP averiguar administrativamente as denúncias e reclamações que sejam remetidas à ENSE, EPE no âmbito das suas competências, pelo que para 2021 constitui objetivo desta unidade orgânica:

- a) Averiguar administrativamente todas as reclamações referentes à produção, transporte, distribuição e comercialização de produtos de petróleo, bem como sobre as várias atividades da cadeia de valor do mercado do GPL, no prazo estabelecido na lei (10 dias após registo);
- b) Averiguar todas as reclamações referentes à produção, transporte, distribuição de energia elétrica e carregamento de veículos elétricos, no prazo estabelecido na lei (10 dias após registo);
- c) Averiguar todas as reclamações referentes ao armazenamento, transporte e distribuição de Gás Natural, no prazo estabelecido na lei (10 dias após registo);
- d) Avaliar no terreno as reclamações que, pela sua especificidade e envolvimento, impliquem a intervenção juntos dos operadores, com tramitação em 30 dias;
- e) Promover a segurança de pessoas e bens e a defesa dos consumidores através da sensibilização das entidades que atuam no setor energético, e do público em geral, para a aplicação da

regulamentação técnica de segurança e de qualidade de serviço, e acompanhar o desenvolvimento e a utilização das capacidades de refinação, armazenamento, transporte, distribuição e comercialização de produtos de petróleo, das capacidades de produção, transporte e distribuição de energia elétrica e de armazenamento, transporte e distribuição de Gás Natural.

### **3.2.5. *Análise e avaliação das causas dos acidentes***

No âmbito desta competência, tem-se por fim:

- a) Dar continuidade e desenvolver procedimentos dúcteis tendentes a estabelecer metodologias inovadoras de respostas rápidas à ocorrência de acidentes no setor da energia, tendo em conta o rápido desenvolvimento de tecnologias de produção, armazenagem e utilização de hidrogénio, nomeadamente através da criação de pontos focais entre as diversas entidades com competência nas matérias, e bem assim dotar as equipas técnicas de formação e equipamentos adequados a lidar com a nova realidade energética nacional;
- b) Apresentar os respetivos relatórios de averiguação das causas dos acidentes às respetivas autoridades judiciais, administrativas ou seguradoras, em caso de sinistro que envolva vítimas.

### **3.2.6. *Gestão do Sistema da Qualidade***

Constitui objetivo para 2021, dar continuidade ao processo de Acreditação junto do IPAC, mantendo as condições necessárias à manutenção da Acreditação, e criar as condições para extensão da mesma a outras áreas de inspeção (eletricidade e gás natural).

## **3.3. Unidade de Administração Geral (UAG)**

### **3.3.1. *Contratação pública, apoio jurídico e contencioso e contraordenações***

- a) Desenvolver os procedimentos necessários em matéria de aquisição de bens e serviços observando as normas do Código dos Contratos Públicos e dos princípios da boa gestão;
- b) Manter o apoio jurídico, quando solicitado pelo legislador, na elaboração de diplomas regulamentares e legislativos, de âmbito nacional e europeu, nas áreas da sua competência, bem como na emissão de pareceres acerca de regulamentos emitidos por outras entidades administrativas em matérias da sua intervenção;
- c) Manter, e incrementar, o apoio jurídico à atividade fiscalizadora da ENSE, E.P.E. através da emissão de pareceres, notas jurídicas interpretativas e de harmonização, e realização de sessões de formação e de debates;

- d) Assegurar o permanente acompanhamento dos processos em fase contenciosa, nomeadamente na área dos biocombustíveis, mas também em outras áreas de atuação de ENSE, E.P.E.;
- e) Proceder à instrução de processos de contraordenação instaurados pela ENSE, E.P.E., e elaborar as respetivas decisões.

### **3.3.2. Gestão de recursos humanos e financeiros**

- a) A gestão de corrente dos recursos humanos continuará a ser desenvolvida na ENSE, E.P.E. através das atividades de operação de recrutamento e integração de novos trabalhadores, atento as necessidades de recursos humanos para a plena implementação das atividades de fiscalização, gestão da assiduidade, processamento de remunerações e outros benefícios.
- b) Por outro lado, a gestão financeira será assegurada em absoluto, através da realização da contabilidade, do cumprimento das obrigações fiscais e de outras informações e reports obrigatórios, da gestão da tesouraria, e do apoio prestado ao Conselho Fiscal e ao ROC, destacando-se as seguintes atividades:
  - I. Elaboração do Orçamento Plurianual, de Relatórios trimestrais de execução orçamental e do Relatório e Contas;
  - II. Reporte mensal, trimestral, semestral para a DGTF, DGO, INE, Tribunal de Contas, DGAEP, Secretaria Geral, entre outros organismos;
  - III. Consolidação da implementação dos reportes no âmbito do novo normativo contabilístico SNC-AP na plataforma S3CP.

### **3.3.3. Gestão de sistemas informáticos e de telecomunicações**

Para além das atividades correntes de gestão dos sistemas informáticos e de telecomunicações da ENSE, EPE, os projetos de investimento a desenvolver nesta área para 2021 são os seguintes:

- a) Criação do Balcão Único Eletrónico dos combustíveis;
- b) Evolução Balcão Único ENSE, EPE;
- c) Desenvolvimento Sistema BI para Plataforma Eletrónica de Fiscalização;
- d) Manutenção Evolutiva Plataforma Eletrónica para Fiscalização;
- e) Remodelações para Certificação Datacenter;
- f) Aquisição Material Informático ATEX para Fiscalização;
- g) Aquisição Material Informático - Computadores, Acessórios, Material;
- h) Aquisição Equipamento Firewall Software redundante segundo fornecedor;
- i) Desenvolvimentos no âmbito do sistema ERP SINGAP;
- j) Integração informática: Gestão Documental FILEDOC;
- k) Plataforma de Gestão de Qualidade (ISO 17020).

### 3.4. Representação comunitária e internacional da ENSE, EPE, cooperação e relacionamento institucional

A ENSE, EPE continuará a promover o relacionamento institucional com os diversos *stakeholders*, designadamente empresas, organismos da Administração Pública, seja ao nível nacional, seja ao nível internacional, nomeadamente através de uma maior relação e de troca de experiência e informações, quer com os parceiros e congéneres europeus da ENSE, E.P.E., bem como através do estabelecimento de Protocolos de Colaboração Institucional e transferência de conhecimento, e através da receção de estagiários.

Em especial, para 2021, cumpre:

- a) Organizar como “Hosting Country”, do Workshop da REFUREC, em Lisboa;
- b) Acompanhar toda a atividade da RELOP - Associação de Reguladores de Energia dos Países de Língua Portuguesa, como membro da mesma, e organizar em colaboração com a ERSE a XIII Conferência, em Lisboa.
- c) Continuar a acompanhar toda a atividade desenvolvida pela Agência Internacional de Energia (AIE) e Comissão Europeia, nomeadamente na presença e participação nos comités técnicos SEQ (Standing Group on Emergence Questions), SOM (Standing Group on the Oil Market) e OCG (Oil Coordination Group), garantindo que a participação da ENSE assegura uma informação mais completa, mais ponderada e adequada face à realidade portuguesa e do seu tecido empresarial, por forma a garantir que existe plena capacidade de resposta aos pedidos formulados, mas também que alavanque a capacidade de projetar soluções operacionais para os desafios futuros.
- d) Continuar a participar nas reuniões da ACOMES (*Annual Coordinating Meeting of Entity Stockholders*) que se tem revelado uma plataforma fundamental de obtenção de informações, indicadores de atividade, reflexões que conduzam à eventual definição de novos processos de organização e soluções que acrescentem maior capacidade de resposta operacional.
- e) Acompanhar as comissões de eletrotécnicas relevantes no âmbito do sistema português de normalização).
- f) Estabelecer laços de colaboração com a *Corporación De Reservas Estratégicas De Productos Petrolíferos* (CORES), congénere Espanhola da ENSE, por a estabelecer protocolos de segurança ao nível da península Ibérica.



## 4. Gestão económica e financeira



## 4- GESTÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

### 4.1. Notas prévias / Coordenadas de leitura

- a) O presente orçamento, para 2021, foi desenvolvido de acordo as instruções da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) sobre os Instrumentos Previsionais de Gestão (IPG's) rececionados em 29/07/2020, sendo que, para o 1º e o 2º trimestre de 2021, foram consideradas as Introduções ao Consumo (ICs) em 2019 e, para os restantes trimestres de 2021, foram consideradas as Introduções ao Consumo de 2020, com base na análise de tendência das ICs reais até junho de 2020.
- b) A recente aprovação integral do Plano de Atividade e Orçamento de 2020, nos termos propostos pela ENSE, E.P.E, através do Despacho Nº 415/2020-SET, de 31 de julho, do Senhor Secretário de Estado do Tesouro, e com Despacho de concordância do Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Energia, de 22 de setembro p.p., implicou a revisão do Plano de Atividades e Orçamento de 2021 anteriormente apresentado tempestivamente, nomeadamente tendo em consideração a aprovação da contratação de 16 recursos humanos tidos como imprescindíveis ao funcionamento da ENSE, E.P.E. no novo quadro alargado de competências, e um programa de investimentos, ainda a realizar em 2020.
- c) A ENSE, E.P.E. é uma entidade pública empresarial que não recebe qualquer transferência ou quaisquer valores do Orçamento do Estado, sendo maioritariamente financiada através da atividade de Entidade Central de Armazenagem (a URP concentra 92% da atividade global), pela qual fatura uma prestação mensal aos operadores, em função das reservas cedidas aos operadores do SPN.
- d) As reservas constituídas pela ENSE, E.P.E. foram financiadas com o recurso ao empréstimo obrigacionista e aos capitais próprios. A orçamentação de cada exercício é feita no pressuposto de apuramento de resultados operacionais nulos, uma vez que, atento o disposto no nº 3 do artigo 23º dos Estatutos da ENSE,EPE estabelece que «*O plano de atividades e orçamento anual da ENSE E.P.E., deve ser elaborado tendo em vista o objetivo de equilíbrio entre os rendimentos e os gastos da sua atividade corrente*», isto é, um resultado operacional positivo mas por forma a que o RAI seja tendencialmente nulo, pelo que a empresa cobra aos operadores do mercado a prestação mínima necessária para recuperar os custos em que incorre por via da aquisição e manutenção das suas reservas.
- e) A ENSE E.P.E. não comercializa petróleo bruto, nem derivados, razão pela qual a (permanente) flutuação do preço internacional de *crude* não tem qualquer influência nas

receitas da empresa, na medida em que o financiamento resulta dos pressupostos sinalizados nos pontos b) e c) supra.

- f) Crescimento do indicador Gastos Operacionais/ Volume de Negócios (GO/VN): o relatório de análise nº93/2020, de 22 de abril, da UTAM considera correto o entendimento de que o indicador em causa não se aplica à ENSE, EPE. Na verdade, é um critério que não pode ser aplicado para efeitos de avaliação desta Entidade na medida em que, por um lado, esta empresa pública orçamenta resultados antes de impostos tendencialmente nulos, ano a ano, ou seja em cada orçamento anual, e por outro, não comercializa petróleo bruto, nem derivados, existindo, ainda, a constituição ou reversão de imparidades em cada ano económico baseado na cotação de petróleo e seus derivados de final de ano que impactua em grande medida o valor de Gastos Operacionais da Entidade, sendo uma variável exógena à ENSE.
- g) EBITDA - O EBITDA é um indicador de desempenho económico, em função dos rendimentos e gastos da atividade operacional. O EBIT é o EBITDA deduzido das amortizações e de depreciações que também traduz desempenho económico. Nestes termos para efeitos de avaliação da eficiência económica da entidade importa referir, tal como indicado no ponto anterior, que não deverá ser utilizado o crescimento do EBITDA/EBIT para tal avaliação, considerando a natureza dos gastos e proveitos desta entidade, visto a ENSE ser obrigada estatutariamente a orçamentar resultados tendencialmente nulos, podendo, apenas, estimar proveitos que cubram, *quantum satis*, os seus custos de manutenção de atividade já que estes são suportados, integralmente, pelos operadores petrolíferos não existindo, desta forma qualquer transferência oriunda do Orçamento de Estado. A este propósito de referir que o Relatório da Análise da UTAM nº6/2017 de 09 de janeiro, no seu ponto 3.3, valida a premissa estatutária da entidade na qual esta deve apurar resultados tendencialmente nulos, validando implicitamente a inadequação do indicador exigido. Refira-se ainda que ao longo deste Documento são apresentados indicadores alternativos para colmatar as lacunas referidas nos pontos infra e) e f) e que permitem a correta avaliação do desempenho económico, financeiro
- h) A maximização das receitas mercantis não se aplica por efeito dos estatutos da ENSE, E.P.E.
- i) Os pressupostos macroeconómicos de referência para o triénio 2021-2023, resultam de informação constante das referidas instruções da DGTF sobre a elaboração dos IPG's, no âmbito da elaboração do Orçamento para 2021.
- j) Os pressupostos microeconómicos são obtidos através de informação interna e junto do mercado, designadamente, cotação do crude, cotações dos produtos, custo de delegação dos contratos de manutenção (tickets) e custo unitário de armazenagem.

## 4.2. Orçamento para 2021 (Unidades)

### Unidade de Reservas Petrolíferas (URP)

O cenário base assenta no pressuposto de que a ENSE, E.P.E., para além dos 30 dias de reservas estratégicas, constitui para todos os pequenos operadores os 60 dias até o cumprimento da Obrigação Nacional, e de que as reservas remanescentes serão cedidas aos grandes operadores que manifestem a intenção em utilizá-las, resultando, assim, na recuperação total dos custos da ENSE, E.P.E..

#### a) Mercado

As introduções ao consumo, reais, efetuadas pelos operadores obrigados, de janeiro a junho de 2020, e a projeção das suas introduções, nos meses de setembro a dezembro de 2020, são os valores que servem de base ao cálculo das reservas dos operadores para o terceiro e quartos trimestres de 2021. Importa realçar que o ano de 2020 tem-se mostrado um período de excecional peculiaridade, fruto da crise pandémica que ainda atravessamos e que condicionou de forma decisiva o nível de atividade económica e, logo, o registo de introduções ao consumo que têm sido concretizados pelos operadores obrigados. Nesse sentido, entre janeiro e junho de 2020, o total das introduções ao consumo teve um decréscimo de 22,38% face ao período homólogo de 2019, o que mostra bem o impacto desta situação extraordinária que vai conduzir a uma redução do conjunto das obrigações de constituição de reservas no 3º e 4º trimestre de 2021.

As reservas físicas e de contratos de manutenção à ordem da ENSE, E.P.E., de produtos de petróleo ou de petróleo bruto que são propriedade de terceiros (*tickets*) garantem a seguinte cobertura em dias:

#### i. Reservas Físicas (deduzido de 10% de fundos de tanque)

Categoria	QDE (KTon)	QDE (KTon Coe)	Dias
A - Gasolina	46 260	49 267	
B - Gasóleo	268 200	285 633	
C - Outros	45 900	48 884	
Crude	484 273	464 903	
<b>Totais</b>	<b>844 633</b>	<b>848 686</b>	<b>38,39</b>

**ii. Tickets**

Reservas a efetuar com base na celebração de contratos de manutenção, à ordem da ENSE, E.P.E., de produtos de petróleo ou de petróleo bruto que são propriedade de terceiros (Tickets)

Categoria	QDE (KTon)	QDE (KTon Coe)	Dias
A - Gasolina	19 500	20 768	
B - Gasóleo	12 500	13 313	
C - Outros	16 500	17 573	
Crude	210 000	201 600	
<b>Totais</b>	<b>258 500</b>	<b>253 253</b>	<b>11,46</b>

Para 2021 está prevista a aquisição de 201.600Ton coe de Crude, 20.768Ton coe de Gasolina, 13.313Ton coe de Gasóleo e 17.573Ton coe de Outros produtos, através da celebração de contratos de manutenção, à ordem da ENSE, E.P.E., de produtos de petróleo ou de petróleo bruto que são propriedade de terceiros (tickets), corresponde a 11,46 dias de cobertura de reservas.

**iii. Reservas Totais**

Categoria	QDE (KTon)	QDE (KTon Coe)	Dias
A - Gasolina	65 760	70 034	
B - Gasóleo	280 700	298 946	
C - Outros	62 400	66 456	
Crude	694 273	666 502	
<b>Totais</b>	<b>1 103 133</b>	<b>1 101 938</b>	<b>49,84</b>

As reservas totais, contabilizando o produto armazenado e a aquisição prevista para os tickets, ascenderá a 1.103.133 ton, ou seja, 1.101.938ton coe o que equivale a um total de 49,84 dias de reservas.

## b) Evolução dos gastos da URP

Gastos Orçamentados para 2021 (K€)					
Rubricas	Real 2019	Est. 2020	Orç. 2021	Real.19/Orç.21	
				Δ valor	Δ %
CMVC	0,0	0,0	0,0		
Armazenagem	-12 608,4	-14 322,5	-14 726,5	2 118,1	16,8%
Tratamento gasoleo Polnato	0,0	0,0	-1 000,0	1 000,0	
Contratos para a manutenção à sua ordem de PP ou de PB (Tickets)	-5 239,9	-4 585,9	-3 877,5	-1 362,4	-26,0%
Total de Subcontratos	-17 848,3	-18 908,4	-19 604,0	1 755,7	9,8%
Outros FSE	-1 807,3	-1 974,3	-2 363,9	556,6	30,8%
Pessoal	-967,1	-782,3	-1 058,1	91,0	9,4%
Dotação Fundo Estatutário	-4 745,4	-2 589,4	-2 353,1	-2 392,3	-50,4%
Imparidade de dívidas a receber	-832,9	-800,0	0,0	-832,9	-100,0%
Provisões	0,0	0,0	0,0	0,0	
Perdas por imparidades	45 281,0	0,0	0,0	-45 281,0	-100,0%
Quebras em inventário	0,0	0,0	0,0	0,0	
Gastos exercícios anteriores	0,0	0,0	0,0	0,0	
Outros gastos e perdas	-24,6	-16,1	-16,1	-8,5	-34,6%
Total de gastos e perdas operacionais	19 055,5	-25 070,6	-25 395,1	44 450,6	233,3%

### Gastos Operacionais

O orçamento de 2021 evidencia em termos de gastos com subcontratos:

- Um aumento relevante do gasto de armazenagem (2.118,1K€; +16,8%), relativamente a 2019, considerando que a renovação do contrato do crude (parte relacionada com a transição) prevê o crescimento do custo unitário mensal para de 0,80€/m3/ton (em 2020 tinha incrementado para 0,70€/m3/ton contra 0,3958€/m3/ton em 2019) sujeito a visto e previamente autorizado pelo Tribunal de Contas. Os restantes contratos em vigor com a Petrogal preveem uma atualização anual do custo com base no IPC que também contribuem para este acréscimo de gasto;
- Processo de rotação do gasóleo do PolNato a iniciar em 2021 cujo valor se orçamenta em 1,0 milhões de euros (num total de 3,0 milhões até 2023). A este propósito refira-se que as últimas análises de qualidade apontam para a estabilidade do produto em boas condições pelo que, por ora, não será necessário fazer um esforço de rotação concentrado;
- Uma redução do gasto com a aquisição de tickets de 1.362,4K€ (-26,0%) não só devido à diminuição do custo médio do ticket para 1,25€/ton/mês, como por força da previsão de redução do pedido de cedência de reservas pelos operadores, devido à diminuição das

reservas obrigatórias da sua incumbência (resultado da quebra das introduções ao consumo em 2020).

Globalmente, na URP, os subcontratos representam cerca de 76% da totalidade dos gastos. Os restantes Fornecimentos e Serviços Externos, em 2021, esse valor corresponde, previsivelmente, a 2.363,9K€, o que representa um acréscimo de 556,6K€, +30,8%) sendo constituído, maioritariamente, por trabalhos especializados - onde se destaca a prestação de serviços internos da Unidade de Controlo e Prevenção (540,2K€/ano)<sup>1</sup> os serviços de gestão, manutenção, operação no DPNL no valor global de 200,7K€, onde se incluem: manutenção do coberto vegetal, manutenção central elétrica, manutenção “*tankvision*”, manutenção sistema deteção incêndios, tratamento de águas oleosas,... ), serviços de consultoria no valor de 586,9K€ onde se incluem: serviços de apoio à gestão das instalações do DPNL, serviço de fiscalização da empreitadas, serviço de controlo de quantidades e qualidade do produto, projeto de realização da ilha de enchimento Z3, projeto de reabilitação de coberturas e projeto de manual de operações.

Acrescem gastos com seguros multirriscos e de cobertura de riscos ambientais no DPNL (199,8K€), análises de reservas (53,0K€), vigilância (144K€), serviços de apoio informático (41K€), eletricidade (46K€), bases de dados (42K€), o aluguer operacional de viatura (7,5K€) a partir de janeiro de 2021, entre outros dos quais se contabilizam gastos imputados (via UAG)<sup>2</sup>. De referir que no seguimento do auto de cedência das instalações do Polnato para a administração direta da ENSE, E.P.E., todos os trabalhos de gestão e manutenção das instalações ficaram sob a alçada desta entidade.

Os gastos com o pessoal estão orçamentados em 1.058,1K€, o que constitui um desvio desfavorável de 91,0K€ (+9,4%) sendo a diferença justificada pela previsão de entrada de 1 trabalhador em dezembro de 2020 sendo o seu efeito total em 2021 (14X) e da entrada de mais 4 trabalhadores em 2020 para a UAG escalonados da seguinte forma: 1 (novembro/20), 3 (dezembro/20), que produz o seu efeito total em 2021 (14X), a que acresce a orçamentação das valorizações remuneratórias previstas para 2021.

Conforme tem sido prática nos últimos anos, por forma a não onerar ainda mais as prestações unitárias, o fundo estatutário é novamente orçamentado em 10% dos gastos totais líquidos (normalmente seriam 20% dos gastos totais líquidos).

Os outros gastos e perdas não têm expressão e são ligeiramente inferiores ao real de 2019.

<sup>1</sup> O racional utilizado no fecho de contas de 2019 para a contabilização do serviço interno foi: ( + ) gasto URP na conta 62 e 63, ( - ) gasto na UCP na conta 62 e 63, no mesmo montante; no orçamento 2021 o racional é: rendimento na UCP (outros rendimentos suplementares), gasto especializado na URP.

<sup>2</sup> A chave de repartição dos gastos da UAG utilizada no PAO 2021 é idêntica à que vigora no ano 2020: URP: 69,36% e UCP: 30,64%

### c) Demonstrações de Resultados - URP

#### Demonstração de Resultados

Un: K €

URP	Real 2019	Estimativa 2020	Orçamento 2021	Desvio Real.19/Orç.21	
				Total	%
<b>Rendimentos e Gastos</b>					
Vendas e serviços prestados	25 791,1	28 003,9	25 917,6	126,5	0,5%
Outros rendimentos e ganhos	822,6	216,3	0,0	-822,6	-100,0%
Total rendimentos operacionais	26 613,7	28 220,2	25 917,6	-696,1	-2,6%
<b>Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas</b>					
Subcontratos	-17 848,3	-18 908,4	-19 604,0	1 755,7	9,8%
Outros FSE	-1 807,3	-1 974,3	-2 363,9	556,6	30,8%
Gastos com pessoal	-967,1	-782,3	-1 058,1	91,0	9,4%
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)	45 281,0	0,0	0,0	-45 281,0	-100,0%
Quebras em inventário	0,0	0,0	0,0	0,0	
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-832,9	-800,0	0,0	-832,9	-100,0%
Provisões (aumentos/reduções)	0,0	0,0	0,0	0,0	
Imparidade de activos não depreciáveis / amortizáveis (perdas/reversões)	0,0	0,0	0,0	0,0	
Fundo Estatutário	-4 745,4	-2 589,4	-2 353,1	-2 392,3	-50,4%
Aumentos / Reduções de justo valor	0,0	0,0	0,0	0,0	
Outros gastos e perdas	-24,6	-16,1	-16,1	-8,5	-34,6%
Total de gastos e perdas operacionais	19 055,5	-25 070,6	-25 395,1	44 450,6	233,3%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	45 669,2	3 149,6	522,4	-45 146,7	-98,9%
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	-314,7	-313,1	-451,3	136,6	43,4%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	45 354,5	2 836,6	71,2	-45 283,3	-99,8%
Juros e gastos similares suportados	-44,9	-37,4	-37,44	-7,4	-16,5%
Resultado antes de impostos	45 309,6	2 799,1	33,8	-45 275,9	-99,9%
Impostos sobre o rendimento do período	-16,4	0,0	0,0	-16,4	-100,0%
Resultado líquido do período	45 293,3	2 799,1	33,8	-45 259,5	-99,9%

#### Rendimentos

Os rendimentos da URP, em 2021, deverão ascender aos 25.917,6K€, e são obtidos pela quantidade de reservas que a ENSE/URP prevê ceder aos operadores, multiplicado pela prestação unitária única para as três categorias de produtos. Os pressupostos apontam para a redução da quantidade de reservas a ceder aos operadores (tendo como a redução das reservas obrigatórias da sua incumbência previstas para 2021) o que contribui para a diminuição da prestação unitária orçamentada, 1,96€/toncoe/mês.

Os outros rendimentos e ganhos não apresentam valor já que não existem juros de aplicações orçamentados para CEDIM/CEDIC's.

#### Gastos

Os restantes gastos como amortizações aumentam de 314,7K€ em 2019 para 451,3K€ orçamentados em 2021, devido sobretudo ao investimento previsto para o Polnato que se estima que atinja os 880K€ em 2021, investimento este orientado para a intervenção prioritária no parque como garantir reservas em condições de segurança e devidamente vigiadas, reabilitando tanques e oleodutos, e cumprindo os requisitos ambientais exigidos e as condições de segurança das populações locais.

Os juros e gastos similares não irão sofrer variação em 2021 relativamente a 2019 devido à inexistência de juros orçamentados para 2021, em função da perspetiva de manutenção em baixa do indexante de referência Euribor6M.

O EBITDA da URP ascenderá a 522,4K€ a e o RAI ascenderá a 33,8K€, um resultado tendencialmente nulo conforme dispõem os estatutos<sup>3</sup>.

As prestações são destinadas a assegurar, em termos orçamentais, a recuperação dos custos totais da ENSE e equivalem ao quociente entre custos totais da ECA e a quantidade total de reservas (físicas mais contratos de manutenção/tickets) em posse da ENSE medidas em Ton coe.

Para o cálculo das prestações unitárias conta não só os gastos totais líquidos da URP como as reservas totais que vão ser cedidas aos operadores.

De notar que não se estima nem se orçamenta qualquer IRC já que foi anteriormente inscrito no LOE que a ECA (entidade central de armazenagem), ou seja, a ENSE (URP), tem os seus resultados líquidos isentos desta tributação.

#### d) Custos da URP/ECA (€/Coe) - Prestações Unitárias

##### *Comparação Custo Unitário em valores e Percentagem*

Apresentamos a prestação unitária orçamentada para 2021 e as prestações dos dois anos anteriores para comparação, medida em €/mês/Tcoe:

Categoria	2019	2020	2021	2020/2021	
				Δ	%
A - Gasolina	1,81	1,99	1,96	-0,03	-1,5%
B - Gasóleo	1,81	1,99	1,96	-0,03	-1,5%
C - Outros	1,81	1,99	1,96	-0,03	-1,5%

As prestações da URP enquanto ECA - Entidade Central de Armazenagem resultam principalmente da recuperação dos custos totais, onde se inclui a dotação para o fundo estatutário previsto no nº 4 do artigo 20º dos estatutos da ENSE, E.P.E. (Anexo V ao Decreto-Lei nº 165/2013, de 16 de dezembro).

A redução da prestação unitária (de 2020 para 2021) decorre essencialmente do decréscimo orçamentado com a aquisição de tickets, a redução do orçamento com a rotação do gasóleo e a diminuição do programa de investimentos previstos para o Polnato.

<sup>3</sup> Ver o que vem referido na al. g) do ponto 4.1. supra

## Unidade de Controlo e Prevenção (UCP):

### Demonstração de Resultados

Un: K €

UCP	Real 2019	Estimativa 2020	Orçamento 2021	Desvio Real.19/Orç. 21	
				Total	%
<b>Rendimentos e Gastos</b>					
Vendas e serviços prestados	325,1	284,4	1 800,0	1 474,9	453,7%
Outros rendimentos e ganhos	61,3	666,5	690,2	628,9	1026,2%
<b>Total rendimentos operacionais</b>	<b>386,4</b>	<b>950,9</b>	<b>2 490,2</b>	<b>2 103,8</b>	<b>544,5%</b>
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	0,0	0,0	0,0	0,0	
Subcontratos	0,0	0,0	0,0	0,0	
Outros FSE	-37,3	-285,1	-843,8	806,5	
Gastos com pessoal	-674,8	-910,8	-1 439,8	765,0	113,4%
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)	0,0	0,0	0,0	0,0	
Quebras em inventário	0,0	0,0	0,0	0,0	
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	0,0	0,0	0,0	0,0	
Provisões (aumentos/reduções)	0,0	0,0	0,0	0,0	
Imparidade de activos não depreciables / amortizáveis	0,0	0,0	0,0	0,0	
Fundo Estatutário	0,0	0,0	0,0	0,0	
Aumentos / Reduções de justo valor	0,0	0,0	0,0	0,0	
Outros gastos e perdas	-3,3	-7,2	-7,2	3,9	118,2%
<b>Total de gastos e perdas operacionais</b>	<b>-715,4</b>	<b>-1 203,0</b>	<b>-2 290,8</b>	<b>1 575,4</b>	<b>220,2%</b>
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	-329,0	-252,1	199,4	528,4	160,6%
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	-100,6	-99,8	-178,1	77,5	77,1%
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	<b>-429,6</b>	<b>-352,0</b>	<b>21,3</b>	<b>450,9</b>	<b>104,9%</b>
Juros e gastos similares suportados	-0,7	0,0	0,0	-0,7	-100,0%
Resultado antes de impostos	-430,3	-352,0	21,3	451,5	104,9%
Impostos sobre o rendimento do período	-1,5	0,0	0,0	-1,5	-100,0%
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>-431,8</b>	<b>-352,0</b>	<b>21,3</b>	<b>453,0</b>	<b>104,9%</b>

A Unidade de Controlo e Prevenção (UCP) integra um conjunto diverso de competências que passam pela fiscalização dos combustíveis, das reservas da ENSE e dos operadores das áreas da eletricidade, biocombustíveis e gás natural.

As novas valências associadas à eletricidade e gás natural vêm exercer pressão sobre as principais rubricas de despesa como FSE's, gastos com o pessoal e amortizações (via investimento).

### Gastos

O orçamento para esta unidade prevê custos operacionais relacionados com FSE's, gastos com o pessoal, outras pequenas perdas e amortizações.

Os FSE's orçamentados para 2021 ascendem a 843,8K€ sendo constituídos essencialmente por trabalhos especializados como as análises de qualidade às colheitas de amostras de combustível obtidas pelas equipas de fiscalização no valor de 400K€, licenças e bolsas de horas associados a aplicações informáticas de fiscalização no valor de 17,5K€, o aluguer operacional de quatro viaturas previsto iniciar-se no final de 2020 cujo efeito perdura, grosso modo, 4 anos (previamente autorizados no âmbito do PAO 2020): 3 veículos médios inferiores híbridos de 48 meses ou 200 mil Kms, uma pick

up com tração 4X4 e cabine dupla RMAOV 48 meses ou 200 mil Kms, no valor global de 22,2K€, de acordo com o Despacho nº 2293-A/2019 e que remete também para Decreto-Lei nº 170/2008 do Parque de veículo do Estado, e a resolução do Conselho de Ministros nº106/2019 aplicável às empresa do Setor Empresarial do Estado.

Os restantes FSE's distribuem-se por serviços de assessoria técnica ao Departamento de Biocombustíveis no valor de 50K€, de consultoria para a qualidade no valor de 20K€, serviços de advocacia no valor de 10K€, deslocações e estadas no valor de 36K€, acreditação IPAC (ISO 17020) e desenvolvimento e dinamização de projetos de instalação elétrica no valor de 31K€, material de recolha e armazenamento de combustível no valor de 12K€, conservação e reparação de equipamentos no valor de 5,0K€, combustíveis no valor de 20K€, conservação e reparação de viaturas no valor de 14K€, seguros no valor de 8,7K€, ferramentas de desgaste rápido no valor de 5K€, documentação técnica e normas no valor de 5K€, e outros como rendas e alugueres, materiais para colheita de amostras, material de escritório, livros e documentação técnica, e onde também se incluem os gastos imputados via UAG.

Relativamente ao ano de 2019 o aumento previsto está relacionado com o racional utilizado para contabilização do serviço interno. Neste sentido a rubrica de Outros FSE's (37,3K€) sofreram uma redução de 145,9K€ na rubrica de trabalhos especializados. A rubrica de Outros FSE's atingiria o valor de 183,3K€, comparativamente ao valor estimado para 2020, de 285,1K€. Ainda assim o aumento cifra-se em 660,5K€ (843,8K€-183,3K€) devido sobretudo à orçamentação de 400K€ para análises de qualidade quando se executou nesta rubrica apenas 62K€, à orçamentação de serviços de consultoria e assessoria no valor global de 91K€, e ao aluguer operacional de 22,2K€, serviços não executados em 2019. Os outros FSE's imputados (via UAG) representam 177K€, quando em 2019 se cifraram em 39K€.

No que toca aos gastos com o pessoal, prevê-se o valor de cerca de 1.439,8K€ que reflete o incremento 765,0K€ (+113,4%) consubstanciado no recrutamento de mais 11 trabalhadores contabilizados e a contratar no final de 2020, da seguinte forma: 7 (novembro), 5 (dezembro), para a atividade de inspeção de reforço às equipas de inspeção designadamente nas áreas dos combustíveis, biocombustíveis, eletricidade, na fiscalização das reservas da ENSE dos operadores, e gás natural. A sua contratação no final do ano de 2020 produz o seu efeito total a partir de janeiro de 2021(14X) para o ano de 2021.

Este incremento dos gastos com o pessoal é ainda acentuado pelo gasto imputado e que decorre do reforço previsto para as áreas de apoio transversal à entidade (UAG) onde se prevê a contratação de mais 4 trabalhadores no final de 2020, conforme indicado acima. Por outro lado, também inclui as valorizações remuneratórias previstas no âmbito do Regulamento de Carreiras.

De realçar o incremento previsto para formação (30,0K€) e ajudas de custo (30,0K€).

Foram ainda orçamentados gastos com seguros no valor de 22,1K€, para higiene e segurança no trabalho estimou-se 12,8K€.

O acréscimo do gasto previsto para 2021 relativamente ao executado em 2019 é de 765,0K€ e reflete a necessidade de reforçar as equipas no terreno para dar cumprimento às novas atribuições de fiscalização.

As amortizações também aumentam de 2019 para 2021 (de 100,6K€ para 178,1K€) devido ao investimento previsto com equipamento de fiscalização para cada departamento da UCP no valor global de 118K€ e equipamento metrológico no valor 39K€.

### ***Rendimentos***

Os rendimentos orçamentados para esta unidade são de 2.490,2K€ e é constituído por:

- Emissão de serviços ligados ao biocombustível no valor médio mensal de 150,0K€, no valor global anual de 1.800,0K€ (usado como pressuposto a emissão de 37.500 títulos de TdB's mensais, com o preço de TdB a 2€, com dupla contagem);
- Contraordenações (Outros rendimentos e ganhos) resultantes da atividade de fiscalização e atento o novo quadro de recursos humanos a atuar nas novas áreas de intervenção da ENSE como sejam a fiscalização das áreas de eletricidade, gás natural, que se orçamenta em cerca de 150K€ ano;
- Outros rendimentos e ganhos, concretamente, Outros rendimentos suplementares, que compreende o conjunto de serviços internos relacionados com a fiscalização de reservas da ENSE e operadores, prestados por esta Unidade à Unidade de Reservas Petrolíferas no valor anual de 540,2K€;

### ***Resultados***

O EBITDA da UCP está orçamentado em 199,4K€ o que representa um aumento de 528,4K€ relativamente ao valor real de 2019 (de -329,0K€). Este EBITDA positivo reflete o crescimento dos rendimentos onde pontificam os serviços prestados com a área de biocombustíveis que superam o crescimento dos gastos não obstante o incremento verificado principalmente em outros FSE's e gastos com o pessoal.

O RAI apurado em sede de orçamento é positivo e atinge os 21,3K€.

### ***Unidade de Administração Geral (Transversal)***

Mantém-se a lógica funcional do ano anterior, ou seja, atendendo à diversidade de áreas operacionais e à lógica multifuncional de racionalização dos seus recursos humanos e no âmbito de uma política de minimização de custos e otimização das competências e meios humanos, nesta área transversal enquadram-se todas as atividades que suportam transversalmente o funcionamento das diversas unidades funcionais, designadamente: as áreas financeira, jurídica, recursos humanos, sistemas de informação e apoio administrativo.

Tal como referido, anteriormente a ENSE orçamenta os seguintes recursos humanos: para além dos órgãos sociais (2 membros do Conselho de Administração (Presidente e Vogal), 3 membros do Conselho Fiscal, um conjunto de 9 trabalhadores especialistas e 3 técnicos administrativos de apoio transversal (UAG-Unidade de Administração Geral), e ainda a contratação de 4 trabalhadores especialistas, de apoio às duas unidades acima referidas, e que são partilhados pelas diversas áreas sendo, para tal, efetuada uma chave de repartição do seguinte modo: URP: 69,36 e UCP: 30,64%, chave esta aplicada já desde 01/01/2020.

Foi ponderada a redefinição de nova taxa de repartição com um mix de critérios mais exigente, indo de encontro às diversas expectativas. Neste contexto foi desenvolvido, já no início de 2020 e aplicado ao ano corrente, uma nova taxa de imputação do gasto transversal da Unidade de Administração Geral às duas Unidades operacionais.

A nova taxa assenta a composição em duas componentes:

- Componente 1) - é uma proporção que compreende os gastos diretos por Unidade (URP e UCP) relativamente aos gastos totais diretos da ENSE, E.P.E. (neste caso apurados em 2019), expurgando o efeito de todo o tipo de imparidades;
- Componente 2) - é uma proporção do quadro de pessoal afeto a cada Unidade (URP e UCP) relativamente ao quadro total da ENSE, E.P.E. (expurgando naturalmente o pessoal afeto à UAG) medido pela respetiva massa salarial.

Está ainda orçamentado para 2021 recorrer a um aluguer operacional (leasing ou renting) de uma nova viatura ligeira de passageiros superior 1, 48M ou 200K km de apoio transversal à entidade no valor de 9,2K€ de gasto ano, a iniciar em janeiro de 2021 e previamente aprovada no âmbito do PAO 2020, e de acordo com as alternativas disponíveis pelo Despacho nº 2293-A/2019 que remete para o Decreto Lei nº 170/2008 e a Resolução do Conselho de Ministros nº 106/2019.

### 4.3. Orçamento para 2021 (Global)

#### Pressupostos para Orçamento

##### Pressupostos Macro-Económicos

Pressuposto	2020	2021
Inflação	1,400	0,400
Euribor 6 Meses + Spread (0,075%)	0,050	0,000
Taxa de Câmbio €/USD	1,089	1,144
IVA Taxa Normal	23,000	23,000
IVA Taxa Reduzida	6,000	6,000
Taxa de Retenção na Fonte	25,000	25,000
Dotação para Fundo Estatutário (% custos)	10,000	10,000
<b>Cotação dos Produtos</b>		
Brent (€/Ton)	403,050	368,814
Gasolina(€/Ton)	543,922	458,172
Gasóleo(€/Ton)	545,989	450,450
Fuel(€/Ton)	333,572	316,156
GPL(€/Ton)	357,700	359,502

##### Pressupostos Micro-Económicos

Pressuposto	2020	2021
Remuneração de Aplicações CEDIM	6,780	0,000
Remuneração de Aplicações CEDIC	0,001	0,000
<b>Custo de Armazenagem (€/MT/mês)</b>		
Gasolina	2,034	2,040
Gasóleo Normal	1,808	1,812
Gasóleo vácuo	1,927	1,933
Gasóleo Polnato	0,662	0,659
Fuel	1,750	1,755
GPL	6,030	6,050
Crude Galp	2,091	2,091
Crude transição da IVG	0,820	0,924
<b>Custo Tickets (€/MT/mês)</b>		
Gasolina	1,350	1,250
Gasóleo	0,000	1,250
Fuel	1,350	1,250
GPL	0,000	0,000
Crude	1,350	1,250

Os pressupostos macroeconómicos suprarreferidos, também, têm subjacentes os pressupostos macroeconómicos indicados nos IPG.

Na sequência do exposto, discriminam-se, em seguida, os rendimentos e os gastos globais orçamentados para a ENSE, E.P.E. (onde estão agregados os custos de cada unidade: URP e UCP):

#### 4.3.1. Demonstração de Resultados

Demonstração de resultados global - Orçamento 2021

Un: K €

ENSE	Real 2019	Estimativa 2020	Orçamento 2021	Previsão 2022	Previsão 2023	Desvio Real.19/Orç.21	
						Total	%
<b>Rendimentos e Gastos</b>							
Vendas e serviços prestados	26 116,2	28 288,3	27 717,6	28 907,7	29 502,7	1 601,4	6,1%
Outros rendimentos e ganhos	883,9	882,76	690,2	740,2	790,2	-193,7	-21,9%
<b>Total rendimentos operacionais</b>	<b>27 000,1</b>	<b>29 171,1</b>	<b>28 407,8</b>	<b>29 647,9</b>	<b>30 292,9</b>	<b>1 407,7</b>	<b>5,2%</b>
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Subcontratos	-17 848,3	-18 908,4	-19 604,0	-20 541,3	-20 920,6	1 755,7	9,8%
Outros FSE	-1 844,6	-2 259,4	-3 207,8	-3 236,0	-3 290,1	1 363,1	73,9%
Gastos compeçoal	-1 641,9	-1 693,2	-2 497,9	-2 511,3	-2 532,3	856,0	52,1%
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)	45 281,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-45 281,0	-100,0%
Quebras em inventário	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-832,9	-800,0	0,0	0,0	0,0	-832,9	-100,0%
Provisões (aumentos/reduções)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Imparidade de activos não depreciáveis / amortizáveis (perdas/reversões)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Fundo Estatutário	-4 745,4	-2 589,4	-2 353,1	-2 462,0	-2 515,2	-2 392,3	-50,4%
Aumentos / Reduções de justo valor	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Outros rendimentos e ganhos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Outros gastos e perdas	-35,9	-23,2	-23,2	-23,5	-23,8	-12,7	-35,3%
<b>Total de gastos e perdas operacionais</b>	<b>18 332,0</b>	<b>-26 273,6</b>	<b>-27 685,9</b>	<b>-28 774,0</b>	<b>-29 282,1</b>	<b>46 018,0</b>	<b>251,0%</b>
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	45 332,1	2 897,5	721,8	873,9	1 010,8	-44 610,2	-98,4%
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	-415,3	-412,9	-629,4	-794,4	-913,4	214,1	51,6%
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	<b>44 916,8</b>	<b>2 484,6</b>	<b>92,5</b>	<b>79,5</b>	<b>97,5</b>	<b>-44 824,3</b>	<b>-99,8%</b>
Juros e gastos similares suportados	-37,4	-37,4	-37,4	-37,4	-37,4	0,0	0,0%
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>44 879,4</b>	<b>2 447,2</b>	<b>55,0</b>	<b>42,0</b>	<b>60,0</b>	<b>-44 824,3</b>	<b>-99,9%</b>
Impostos sobre o rendimento do período	-17,9	0,0	0,0	0,0	0,0	-17,9	-100,0%
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>44 861,5</b>	<b>2 447,2</b>	<b>55,0</b>	<b>42,0</b>	<b>60,0</b>	<b>-44 806,5</b>	<b>-99,9%</b>

A Demonstração de Resultados da ENSE, E.P.E. é uma súmula das contas de exploração das unidades, ou seja, da agregação dos proveitos de cada unidade e dos gastos de cada unidade.

O orçamento para 2021 foi desenvolvido mantendo as premissas definidas nos estatutos, ou seja, a URP continua a apresentar resultados positivos pouco significativos em função do nível de gastos orçamentados e das reservas a ceder aos operadores.

A combinação de efeitos, por um lado a diminuição das quantidades de reservas cedidas aos operadores em função da redução da obrigação de reservas por parte dos operadores (através da quebra abrupta das introduções ao consumo) e a consequente diminuição prevista para os gastos com

a aquisição de tickets nos mercados internacionais, por outro lado o incremento com o gasto de armazenagem do crude (a parte proveniente da Alemanha que tinha um custo unitário reduzido) junto da Petrogal, o gasto previsto com a rotação de gasóleo (1 milhão de euros) e o investimento a realizar no DPNL, reflete um nível de prestação unitária a pagar pelos operadores obrigados de 1,96€/toncoe/mês (inferior ao ano anterior, 1,99€/toncoe/mês).

O EBITDA atingirá em 2021 o montante de +721,8K€, com a contribuição do EBITDA da URP, no valor de 522,4K€ a que se junta o EBITDA da UCP no valor de 199,4K€.

O resultado antes de impostos, ascenderá a cerca de +55,0K€, que decorre da soma do RAI da URP de +33,8K€ e o RAI da UCP também positivo de +21,3K€.

Nota 1: Considerando que a URP (ECA - Entidade Central de Armazenagem) foi isenta de IRC em sede de LOE, e que as estimativas de IRC para as restantes unidades são residuais (tributações autónomas), voltou a entender-se não ser determinante estimar para 2020 e orçamentar para 2021 este imposto já que o seu efeito nos resultados líquidos é reduzido.

Nota 2: No presente orçamento manteve-se a premissa implementada em anos anteriores no que diz respeito ao cálculo das imparidades, ou seja, não se calculou não só qualquer imparidade em inventário como outro tipo de imparidade (por exemplo em dívidas a receber).

### **Rendimentos**

Os rendimentos globais orçamentados para 2021 da ENSE, E.P.E. (28.407,8K€) que incluem prestação de serviços e outros rendimentos e ganhos, são globalmente constituídos pelos proveitos obtidos por cada unidade, ou seja:

- URP: proveitos orçamentados em 25.917,6K€;
- UCP: proveitos orçamentados em 2.490,2K€;

O desvio favorável dos rendimentos orçamentados para 2021 relativamente à execução de 2019 (+1.407,7K€; +5,2%), reflete o aumento da prestação (1,81€/toncoe/mês contra 1,96€/toncoe/mês) que está associada ao incremento dos gastos, o aumento do valor previsto para as coimas a obter no âmbito dos processos de instrução contraordenação e aos rendimentos proveniente dos serviços prestados no âmbito dos biocombustíveis.

Para os anos seguintes preveem-se rendimentos progressivamente superiores a 2021, de 29.647,9K€ para 2022 e 30.292,9K€ para 2023.



## Gastos

Os gastos totais da ENSE, E.P.E., presentes neste mapa, foram detalhados no capítulo anterior, em cada uma das unidades.

Neste sentido, resume-se:

- Subcontratos (incluído em FSE's): são custos exclusivos da URP e referem-se a custos com armazenagem das reservas detidas, a custos associado à aquisição de *tickets* e a custos associado ao tratamento do gasóleo do Polnato. O orçamento prevê um aumento de 755,7K€, expurgando o efeito da rotação prevista de 1,0 milhão de euros, relativamente à execução de 2019, devido ao aumento com o gasto de armazenagem decorrente do acréscimo do gasto com a renovação do contrato do crude (proveniente da Alemanha) junto da Petrogal, apesar da redução da quantidade de *tickets* que se prevê ceder aos operadores obrigados para 2021, admitindo também a diminuição do pressuposto (orçamento de 2019) de 1,35€/ton/mês para 1,25€/ton/mês. Para 2021, 2022 e 2023, a evolução do gasto relativamente à execução de 2019, decorre do aumento previsto com os custos de armazenagem com o novo contrato de crude e da atualização da inflação prevista, mantendo-se o pressuposto para o custo dos *tickets*; está igualmente previsto a um gasto anual de 1,0 milhão de euros com a rotação tanto para 2022 e 2023.
- Outros FSE's: o orçamento para 2021 prevê um aumento de 1.363,1K€ (+73,9%), que os valores executados em 2019 cuja diferença se encontra no acréscimo de serviços especializados, entre eles o gasto com a prestação do serviço interno de fiscalização de reservas da ENSE e operadores, e outros relacionados com a contratação de novos colaboradores (comunicações, deslocações, combustível, ferramentas, material escritório entre outros). Para 2022 e 2023 prevê-se um ligeiro acréscimo dos gastos com outros FSE's associados ao incremento com a inflação;
- Gastos com o pessoal: o orçamento de 2021 evidencia, relativamente à execução de 2019, uma subida global sobretudo devido à contratação de colaboradores tanto para a Unidade de Controlo e Prevenção (11 trabalhadores) como para a Unidade de Reservas Petrolíferas (1 trabalhador) como para a área de serviços transversais (4 trabalhadores) contabilizados conforme foi acima referido, em novembro e dezembro de 2020 - análise mais detalhada no capítulo do PRC. Acresce ainda o impacto com as valorizações remuneratórias previstas no âmbito do Regulamento de Carreiras e ainda o aumento com as despesas com viaturas, seguros, formação e ajudas de custo. O gasto com o pessoal previsto nos anos seguintes de 2022 e 2023 pressupõe a manutenção do número de trabalhadores e o ligeiro acréscimo responde pelo eventual acerto de valorizações remuneratórias aplicáveis nesses anos;
- Os restantes gastos e perdas são composto por taxas, quotizações, pequenas penalidades entre outros pouco representativo no gasto global;
- Amortizações: o orçamento de 2021 evidencia uma subida das amortizações, relativamente ao executado em 2019 na ordem dos 214,1K € (+51,6%) devido ao programa de investimentos

previstos para a URP/Polnato, UCP e UAG, a implementar para os anos de 2021; A progressão das amortizações previstas para 2022 e 2023 decorre do programa de investimentos orçamentado para esses anos;

- Dotação para o fundo estatutário: face ao incremento do gasto com armazenagem, ao gasto com a rotação e à redução das reservas previstas ceder a operadores já de si penalizadora para a prestação unitária, optou-se para 2021 por manter, à semelhança do ano anterior, o custo em 10% dos custos totais líquidos. Em 2022 e 2023 mantem o racional;
- Gastos financeiros: estes custos também são exclusivos da URP e contemplam os custos financeiros com o empréstimo obrigacionista, orçamenta-se, para 2021, taxa de juro zero. O gasto indicado de 2019-2023 decorre da especialização de gasto financeiro diferido até final do período de vida útil do empréstimo obrigacionista (EO). Recorde-se a este propósito que o gasto inicial com as comissões de montagem do EO tem vindo a ser diferido todos os anos desde a sua constituição (2008).

O total de GASTOS e PERDAS OPERACIONAIS no valor de 27.685,9K€ (Orçamento 2021) reflete o crescimento das principais contas como FSE's e Gastos com o Pessoal (relativamente a 2019) mas não é comparável (para efeitos de desvio) com o total de gastos operacionais de 2019, na medida em que integra a reversão por imparidade em inventário que condiciona toda a conta de resultados.

O EBITDA previsto para 2021 será positivo de 721,8K€, menos 44.610,2K€ que o valor executado em 2019 (45.332,1K€). Lembra-se que o ano de 2019 foi objeto de uma reversão de imparidade sobre inventário no valor de +45.281,0K€ que determinou a dimensão do resultado atingido.

Em 2022 e 2023 a ENSE, E.P.E. prevê o aumento do EBITDA que está ligado ao aumento gradual global dos rendimentos, respetivamente para +873,9K€ e +1.010,8K€.

O EBIT (resultado operacional) orçamentado para 2021 ascende a 92,5K€, comparativamente ao valor executado em 2019 de 44.916,8K€ (forte contribuição da reversão, conforme indicado). Em 2022 ascenderá a 79,5K€ e em 2023 a 97,5K€.

Após os juros associados ao empréstimo obrigacionista, o RAI global de 2021 é de +55,0K€, prevendo-se +42,0K€ em 2022 e +60,0K€ em 2023.

### 4.3.2. Balanço

#### Balanço - Orçamento 2021

Un: K €

RUBRICAS	Real 2019	Estimativa 2020	Orçamento 2021	Previsão 2022	Previsão 2023	Desvio Real.19/Orç.21	
						Total	%
<b>ACTIVO</b>							
<b>Activo não corrente</b>							
Activos fixos tangíveis	988,0	1 516,6	2 204,9	2 845,6	3 645,2	1 216,9	123,2%
Activos Intangíveis	225,0	475,1	546,4	460,3	323,3	321,4	142,8%
Investimentos detidos até à maturidade	10 473,3	0,0	0,0	0,0	0,0	-10 473,3	-100,0%
Investimentos financeiros	11,6	15,2	21,0	26,8	32,6	9,4	81,2%
Subtotal	11 697,9	2 006,9	2 772,3	3 332,7	4 001,1	-8 925,6	-76,3%
<b>Activo corrente</b>							
Inventários	368 021,1	368 021,1	368 021,1	368 021,1	368 021,1	0,0	0,0%
Clientes	156,7	1 852,8	1 812,8	1 782,0	1 755,2	1 656,1	1057,2%
Estado e outros entes públicos	207,6	190,1	0,0	0,0	0,0	-207,6	-100,0%
Outras contas a receber	2 186,8	2 371,5	2 370,1	2 370,0	2 383,4	183,3	8,4%
Acréscimo de rendimentos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Diferimentos	90,3	85,0	93,7	97,6	86,8	3,3	3,7%
Activos financeiros detidos para negociação	45 501,6	58 000,0	60 000,0	62 200,0	64 400,0	14 498,4	31,9%
Caixa e depósitos bancários	3 092,8	3 523,7	3 443,7	3 256,0	3 021,7	351,0	11,3%
Subtotal	419 256,9	434 044,2	435 741,4	437 726,7	439 668,1	16 484,6	3,9%
Total do activo	430 954,8	436 051,1	438 513,7	441 059,4	443 669,2	7 558,9	1,8%
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>							
<b>Capital Próprio</b>							
Capital realizado	250,0	250,0	250,0	250,0	250,0	0,0	0,0%
Outras variações de capital próprio	46 309,2	48 898,7	51 251,7	53 713,7	56 228,9	4 942,5	10,7%
Resultados transitados	-25 543,3	19 318,2	21 765,3	21 820,3	21 862,4	47 308,7	-185,2%
Subtotal	21 015,9	68 466,8	73 267,1	75 784,0	78 341,3	52 251,2	248,6%
Resultado líquido do exercício	44 861,5	2 447,2	55,0	42,0	60,0	-44 806,5	-99,9%
Total do capital próprio	65 877,4	70 914,0	73 322,1	75 826,1	78 401,3	7 444,7	11,3%
<b>Passivo</b>							
<b>Passivo não corrente</b>							
Financiamentos obtidos	359 626,6	359 712,9	359 750,4	359 787,8	359 825,3	123,8	0,0%
Estado e outros entes públicos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Subtotal	359 626,6	359 712,9	359 750,4	359 787,8	359 825,3	123,8	0,0%
<b>Passivo corrente</b>							
Financiamentos obtidos	48,9	0,0	0,0	0,0	0,0	-48,9	-100,0%
Estado e outros entes públicos	1 017,2	1 031,8	1 028,6	1 033,6	1 036,6	11,4	1,1%
Fornecedores	65,9	75,6	85,4	80,8	72,4	19,5	29,7%
Acréscimo de gastos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Outras contas a pagar	4 318,8	4 316,7	4 327,3	4 331,1	4 333,6	8,5	0,2%
Provisões	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Subtotal	5 450,8	5 424,1	5 441,3	5 445,5	5 442,6	-9,6	-0,2%
Total do Passivo	365 077,4	365 137,1	365 191,6	365 233,3	365 267,9	114,2	0,0%
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>	<b>430 954,8</b>	<b>436 051,1</b>	<b>438 513,7</b>	<b>441 059,4</b>	<b>443 669,2</b>	<b>2 463</b>	<b>0,6%</b>

Em termos patrimoniais, pode-se destacar, os principais saldos, no:

- Ativo:
  - ✓ O aumento progressivo dos ativos tangíveis e intangíveis desde a execução de 2019, no orçamento de 2021, na previsão para 2022 e 2023, deve-se aos investimentos realizados de acordo com o plano de investimentos;

- ✓ Os investimentos detidos até à maturidade são constituídos pelo CEDIM em 2019 (10.100,0K€) e com a respetiva especialização de juros até final período de acordo com os valores indicados executados. A aplicação venceu em 15 de junho de 2020 pelo que, para 2021, 2022 e 2023 deixa de existir a aplicação CEDIM e passa para aplicação de CEDIC's (atualmente sem qualquer taxa associada dada a atual conjuntura de taxas negativas a curto prazo), contabilizado em ativos financeiros detidos para negociação;
- ✓ Os investimentos financeiros referidos têm apenas a ver com o gasto realizado com fundos de compensação obrigatórios desde 2015 para novos contratos individuais de trabalho (CIT's), o valor acresce todos os anos de acordo com o desconto para esse fundo e conforme executado em 2019 e estimado para 2020. A partir do final de 2020 acresce ainda a parte das novas contratações (13) sob esta modalidade (CIT's);
- ✓ O valor do inventário em 2019 incorpora a imparidade contabilizada no final do ano em função das cotações do brent e produtos petrolíferos nos mercados internacionais à data de 31/12/2019. De notar que, por princípio, esta entidade não antecipa em sede de orçamento cenários de perdas por imparidade ou reversões de imparidade dado o caráter exógeno e altamente volátil da evolução das cotações pelo que o valor do inventário permanece estaque de 2019 a 2023;
- ✓ O saldo Estado na execução de 2019 apresenta um saldo semelhante à execução de 2018 tendo em conta que o IRC de 2018 já estava considerado no saldo inicial de 2019. Para a estimativa de 2020 incorpora o imposto de capital retido das aplicações de 2019. Em 2021, 2022 e 2023 orçamenta-se o valor de zero porque já não existe CEDIM, logo não existe IRC a recuperar com esta aplicação;
- ✓ O saldo das rubricas de disponibilidades (ativos financeiros detidos para negociação - CEDIC's e caixa mais depósitos à ordem) evidenciam uma variação positiva de 2019 para 2021 de cerca de 14,8M€ resultado da passagem do CEDIM a CEDIC's e do valor que se prevê acumular do fundo estatutário. Para os anos de 2020, 2021, 2022 e 2023 prevê-se a continuação da subida dos saldos de disponibilidades que derivam também do valor contabilizados para o fundo estatutário e que como é sabido, acumula na entidade em conta específica de capital próprio.

- Capital Próprio e Passivo:

- ✓ No que respeita às rubricas de capital próprio:
  - ✓ observa-se um aumento das outras variações de capital próprio executado em 2019 relativamente ao orçamento de 2021, 2022 e 2023 que se deve à especialização anual do montante para o fundo estatutário e que acumula anualmente nesta conta, conforme explicitado;
  - ✓ Os resultados transitados previstos na estimativa de 2020 de +19,3M€ refletem a incorporação do resultado líquido de 2019 (+44,9M€) contribuindo decisivamente para efeito positivo sobre a situação líquida de 2020; O orçamento de 2021 reflete uma posição ligeira mas progressivamente superior;
  - ✓ O resultado líquido positivo estimado para 2020 (recorde-se que, em sede de orçamento, a ENSE, E.P.E. não estima perdas/reversões por imparidade em inventário), vai beneficiar a situação líquida orçamentada para 2021, bem como anos seguintes de 2022 a 2023, constatando-se um crescimento da situação líquida destes períodos fundamentalmente fruto do incremento através das outras variações (via fundo estatutário).
- ✓ O empréstimo obrigacionista apresenta um saldo regular no final do ano de 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023. Valor do empréstimo obrigacionista: 360M€;
- ✓ A variação registada no saldo da rubrica Estado em 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023 acompanha o acréscimo de rendimentos e da contabilização do Iva liquidado;
- ✓ O saldo na conta de Outras contas a pagar em 2019 mantém a sua regularidade na estimativa de 2020 e no orçamento de 2021, 2022 e 2023, e tem a ver com as rubricas de credores diversos onde se encontram a especialização da armazenagem da Petrogal e DPNL e tickets. De referir que se orçamenta a especialização do total de contrapartida anual prevista para o DPNL (cerca de 1,1M€) mas que também se contabiliza o respetivo pagamento.

### 4.3.3. Demonstração de Fluxos de Caixa

#### Demonstração de Fluxos de Caixa

Un: K €

RUBRICAS	Real	Estimativa	Orçamento	Previsão	Previsão	Desvio Real.19/Orç. 21	
	2019	2020	2021	2022	2023	Total	%
<b>Fluxos de Caixa de atividades operacionais - Método direto</b>							
Recebimentos de Clientes (1100)	32 523,0	33 571,4	33 828,6	35 342,4	36 124,3	1 305,6	4,0%
Pagamentos a Fornecedores (1101)	-20 113,6	-21 238,0	-23 116,4	-24 087,8	-24 674,7	3 002,8	14,9%
Pagamentos ao Pessoal (1102)	-1 263,4	-1 693,2	-2 497,9	-2 511,3	-2 532,3	1 234,5	97,7%
Caixa geradas pelas operações	11 146,0	10 640,3	8 214,3	8 743,3	8 917,3	-2 931,7	-26,3%
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento (1200)	33,6	35,5	190,1	0,0	0,0	156,5	466,3%
Outros Recebimentos/Pagamentos relativos à actividade operacional	-5 706,9	-7 229,6	-5 047,8	-5 334,0	-5 327,3	-659,1	-11,5%
<b>Fluxos das actividades operacionais (1)</b>	<b>5 472,6</b>	<b>3 446,1</b>	<b>3 356,6</b>	<b>3 409,3</b>	<b>3 590,1</b>	<b>-2 116,0</b>	<b>-38,7%</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>							
<i>Pagamentos respeitantes a:</i>							
Activos fixos tangíveis (2201)	-584,3	-793,4	-1 124,0	-1 184,0	-1 486,0	539,7	92,4%
Activos Intangíveis (2202)	-207,9	-293,4	-265,0	-165,0	-90,0	57,1	27,5%
Investimentos financeiros (2200)	-3,0	-3,6	-5,8	-5,8	-5,8	2,8	91,9%
Outros Activos ( 220-2201-2202-2200)							
<i>Recebimentos provenientes de:</i>							
Activos fixos tangíveis(2101)							
Activos Intangíveis (2102)							
Investimentos financeiros (2100)		10 100,0					
Outros Activos (2106)							
Subsídios ao investimento (2103)							
Juros e rendimentos similares (2104)	513,6	515,2	0,0	0,0	0,0	-513,6	-100,0%
Dividendos (2105)							
<b>Fluxos das actividades de investimento (2)</b>	<b>-281,6</b>	<b>9 524,8</b>	<b>-1 394,8</b>	<b>-1 354,8</b>	<b>-1 581,8</b>	<b>-1 113,2</b>	<b>-395,3%</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>							
<i>Recebimentos provenientes de:</i>							
Financiamentos obtidos (3100)							
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio							
Cobertura de prejuízos (3104)							
Doações (3102)							
Outras operações de financiamento (3102)							
<i>Pagamentos respeitantes a:</i>							
Financiamentos obtidos (3200)							
Juros e gastos similares (3202)	-41,6	-41,6	-41,8	-42,2	-42,7	0,2	0,4%
Dividendos (3203)							
Reduções de capital e outros instrumentos de capital próprio(3204)							
Outras operações de financiamento (3205)							
<b>Fluxos de actividades de financiamento (3)</b>	<b>-41,6</b>	<b>-41,6</b>	<b>-41,8</b>	<b>-42,2</b>	<b>-42,7</b>	<b>0,2</b>	<b>0,4%</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)</b>	<b>5 149,4</b>	<b>12 929,3</b>	<b>1 920,1</b>	<b>2 012,3</b>	<b>1 965,6</b>	<b>-3 229,4</b>	<b>-62,7%</b>
Efeito do custo amortizado em caixa equivalentes no período	1,6	1,6	0,0	0,0	0,0	-1,6	-100,0%
Efeito do custo amortizado em caixa equivalentes no período anterior	0,0	-1,6	0,0	0,0	0,0	0,0	
Efeitos das diferenças de câmbio	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Caixa e seus equivalentes no início do período	43 443,3	48 594,4	61 523,7	63 443,7	65 456,0	18 080,3	41,6%
Caixa e seus equivalentes no fim do período	48 594,4	61 523,7	63 443,7	65 456,0	67 421,7	14 849,4	30,6%

A demonstração de fluxos de tesouraria é explicada da seguinte forma:

- Relativamente aos valores realizados em 2019 observa-se um aumento dos valores orçamentados a receber de clientes em 2021 resultado da faturação da URP e UCP, inscrito na rubrica de recebimentos de clientes (+1.305,6K€, +4,0%);
- O fluxo de pagamento a fornecedores também irá aumentar mais que proporcionalmente aos recebimentos (+3.002,8K€, +14,9%), devido ao acréscimo do gasto com a armazenagem, às operações de relacionadas com operação, manutenção e ainda rotação do produto do DPNL;
- Os fluxos da atividade de investimento contemplam programa de investimentos em ativos tangíveis e intangíveis previstos no Plano de Investimentos. De notar ainda a entrada da aplicação CEDIM nos recebimentos de investimentos financeiros no ano de 2020;
- No que concerne à atividade de financiamento registam-se, apenas, as comissões associadas ao empréstimo obrigacionista já que não existem juros a pagar. O ano de 2019 terminou com um saldo final acumulado de 48.594,4K€. A estimativa para o ano de 2020 prevê terminar o ano com um saldo global apurado de 61.523,7K€ a que não é alheio a contribuição dada pela entrada do CEDIM no recebimento das atividades de investimento. O orçamento 2021 prevê terminar o ano com o saldo global de 63.443,7K€.
- A previsão para 2022 e 2023 prevê um ligeiro crescimento do fluxo líquido da atividade operacional. Os fluxos da atividade de investimento seguem o plano de investimentos na URP/Polnato, UAG e na UCP. Os fluxos da atividade de financiamento têm uma expressão pouco significativa atento a expectativa de muito baixas taxas de juro.
- O saldo de tesouraria de final do período 2022 ascende a 65.456,0K€ e o ano de 2023 ascenderá a 67.421,7K€.

#### 4.4. Plano de Investimentos (2020-2023)

O Quadro seguinte identifica e quantifica cada projeto de investimento desde o ano de 2020 (ano em curso) até ao ano de 2023, por Unidade/Departamento:

PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS ENSE (2020-2023)						
Identificação	Descrição	2020	2021	2022	2023	Total
<b>URP</b>						
	Reabilitação de edifícios na zona II e III (Projeto investimento plurianual I)	20 000,00 €	80 000,00 €	- €	- €	100 000,00 €
	Beneficiação da rede de vedação externa (Projeto investimento plurianual II)	100 000,00 €	450 000,00 €	- €	- €	550 000,00 €
	Revisão do sistema elétrico do DPNI	49 820,00 €	- €	60 000,00 €	- €	109 820,00 €
	Reabilitação das infraestruturas/ Manifolds	- €	- €	150 000,00 €	- €	150 000,00 €
	Reabilitação da proteção marítima da zona I (Projeto investimento plurianual III)	200 000,00 €	250 000,00 €	- €	- €	450 000,00 €
	Anel de combate a incêndios na zona II e III	- €	- €	500 000,00 €	866 965,00 €	1 366 965,00 €
	Melhoria no sistema de controlo e alarmística de segurança DPNI	20 000,00 €	- €	- €	- €	20 000,00 €
	Reabilitação e inertização dos oleodutos/ Remover o produto das linhas do Portinho da Costa (Projeto investimento plurianual IV)	150 000,00 €	100 000,00 €	300 000,00 €	250 000,00 €	800 000,00 €
	Retificação de válvulas existentes e estudo da implementação de novas válvulas de segurança, assim como a sua monitorização	- €	- €	40 000,00 €	200 000,00 €	240 000,00 €
<b>SUB-TOTAL URP</b>		<b>539 820,00 €</b>	<b>880 000,00 €</b>	<b>1 050 000,00 €</b>	<b>1 316 965,00 €</b>	<b>3 786 785,00 €</b>
<b>UAG</b>						
	CTIC 3697 Criação do Balcão Único Eletrónico dos combustíveis	- €	70 000,00 €	70 000,00 €	- €	140 000,00 €
	CTIC 4754 Evolução Balcão Único ENSE	50 000,00 €	50 000,00 €	50 000,00 €	50 000,00 €	200 000,00 €
	CTIC 4756 Plataforma Eletrónica para Fiscalização	140 000,00 €	- €	- €	- €	140 000,00 €
	Desenvolvimento Sistema BI para Plataforma Eletrónica de Fiscalização	- €	50 000,00 €	- €	- €	50 000,00 €
	CTIC 4757 Novas Funcionalidades Sistema Gestão Automática de Títulos de Biocombustíveis	40 000,00 €	- €	- €	- €	40 000,00 €
	Manutenção Evolutiva Plataforma Eletrónica para Fiscalização	- €	20 000,00 €	- €	- €	20 000,00 €
	Remodelação Datacenter - Equipamentos Anti-Fogo	27 000,00 €	- €	- €	- €	27 000,00 €
	Remodelações para Certificação Datacenter	- €	30 000,00 €	- €	- €	30 000,00 €
	Aquisição Material Informático ATEX para Fiscalização	- €	22 000,00 €	10 000,00 €	- €	32 000,00 €
	Aquisição Material Informático - Computadores, Acessórios, Material	25 000,00 €	25 000,00 €	25 000,00 €	25 000,00 €	100 000,00 €
	Aquisição Equipamento Firewall Software redundante segundo fornecedor	25 000,00 €	15 000,00 €	- €	- €	40 000,00 €
	Desenvolvimentos no âmbito do sistema ERP SINGAP	25 000,00 €	30 000,00 €	30 000,00 €	30 000,00 €	115 000,00 €
	Desenvolvimento novas funcionalidades aplicação gestão documental, de modo a adaptar os novos estatutos da ENSE	- €	10 000,00 €	10 000,00 €	10 000,00 €	30 000,00 €
	Faturação Eletrónica Saphety	10 000,00 €	- €	5 000,00 €	- €	15 000,00 €
	Integração informática: Gestão Documental FILEDOC	- €	5 000,00 €	- €	- €	5 000,00 €
	Plataforma de Gestão de Qualidade (ISO 17020)	- €	15 000,00 €	- €	- €	15 000,00 €
	Câmara Termográfica - COVID-19	3 900,00 €	- €	- €	- €	3 900,00 €
<b>SUB-TOTAL UAG</b>		<b>345 900,00 €</b>	<b>342 000,00 €</b>	<b>200 000,00 €</b>	<b>115 000,00 €</b>	<b>1 002 900,00 €</b>
<b>DPP</b>						
	Aquisição de viatura especial a transformar p/ averiguação acidentes	- €	- €	- €	60 000,00 €	60 000,00 €
	Equip. Metroológico - Equipamento de GPL	3 000,00 €	13 000,00 €	3 000,00 €	3 000,00 €	22 000,00 €
	Equip. Metroológico - Equipamento de Medição de Líquidos	4 000,00 €	4 000,00 €	4 000,00 €	4 000,00 €	16 000,00 €
	Equip. de Fiscalização - Equipamento de segurança ATEX (Câmara de deteção de gases - GPL)	50 000,00 €	50 000,00 €	10 000,00 €	10 000,00 €	120 000,00 €
	Instalação equipamentos em viaturas (ex: GPL; garrafas de azoto; conversores DC/AC; etc.)	6 000,00 €	6 000,00 €	6 000,00 €	6 000,00 €	24 000,00 €
	EPI - Aparelho Respiratório	- €	- €	- €	5 000,00 €	5 000,00 €
	Ferramentas - Caixas de transporte	- €	5 000,00 €	5 000,00 €	5 000,00 €	15 000,00 €
	Ferramentas - Outras	1 000,00 €	1 000,00 €	1 000,00 €	1 000,00 €	4 000,00 €
<b>SUB-TOTAL DPP</b>		<b>64 000,00 €</b>	<b>79 000,00 €</b>	<b>29 000,00 €</b>	<b>94 000,00 €</b>	<b>266 000,00 €</b>
<b>DEER</b>						
	Equip. Fiscalização - Equipamento Autónomo de Inspeção de Linhas de Tensão	25 000,00 €	25 000,00 €	25 000,00 €	10 000,00 €	85 000,00 €
	Equip. Fiscalização - Equipamento de Análise da Qualidade da Energia	15 000,00 €	15 000,00 €	7 000,00 €	5 000,00 €	42 000,00 €
	Equip. Fiscalização - Câmara Termográfica	- €	4 000,00 €	2 000,00 €	2 000,00 €	8 000,00 €
	Equip. Metroológico - Medição de distâncias cabos elétricos	5 000,00 €	5 000,00 €	2 000,00 €	2 000,00 €	14 000,00 €
	Equip. Metroológico - Medição de campos elétricos em linhas aéreas	5 000,00 €	5 000,00 €	2 000,00 €	2 000,00 €	14 000,00 €
	Equip. Metroológico - Medição de campos magnéticos	6 000,00 €	6 000,00 €	3 000,00 €	3 000,00 €	18 000,00 €
	Equip. Metroológico - Multimetros com medição de "terras"	2 000,00 €	1 000,00 €	2 000,00 €	1 000,00 €	6 000,00 €
	Ferramentas - Outras	1 000,00 €	1 000,00 €	1 000,00 €	1 000,00 €	4 000,00 €
<b>SUB-TOTAL DEER</b>		<b>59 000,00 €</b>	<b>62 000,00 €</b>	<b>44 000,00 €</b>	<b>26 000,00 €</b>	<b>191 000,00 €</b>
<b>DB</b>						
	Equip. Metroológico - Sondas	10 000,00 €	5 000,00 €	5 000,00 €	5 000,00 €	25 000,00 €
	Ferramentas - Caixas de transporte	1 000,00 €	1 000,00 €	1 000,00 €	1 000,00 €	4 000,00 €
	Ferramentas - Outras	10 000,00 €	5 000,00 €	5 000,00 €	5 000,00 €	25 000,00 €
	Equip. de Fiscalização - Outros	17 000,00 €	5 000,00 €	5 000,00 €	5 000,00 €	32 000,00 €
	Mobiliário	5 000,00 €	5 000,00 €	5 000,00 €	5 000,00 €	20 000,00 €
<b>SUB-TOTAL DB</b>		<b>43 000,00 €</b>	<b>21 000,00 €</b>	<b>21 000,00 €</b>	<b>21 000,00 €</b>	<b>106 000,00 €</b>
<b>DGN</b>						
	Ferramentas - Outras	10 000,00 €	5 000,00 €	5 000,00 €	3 000,00 €	23 000,00 €
<b>SUB-TOTAL DGN</b>		<b>10 000,00 €</b>	<b>5 000,00 €</b>	<b>5 000,00 €</b>	<b>3 000,00 €</b>	<b>23 000,00 €</b>
<b>SUB-TOTAL UCP</b>		<b>176 000,00 €</b>	<b>167 000,00 €</b>	<b>99 000,00 €</b>	<b>144 000,00 €</b>	<b>586 000,00 €</b>
<b>TOTAL GLOBAL</b>		<b>1 061 720,00 €</b>	<b>1 389 000,00 €</b>	<b>1 349 000,00 €</b>	<b>1 575 965,00 €</b>	<b>5 375 685,00 €</b>

O Quadro seguinte identifica, prioriza e quantifica o valor de cada um dos projetos de investimento do ano 2021, e explicita a necessidade de cada projeto. Lembra-se que todos os projetos são financiados com capitais próprios, que decorrem do facto da entidade dispor de receitas anuais próprias. Cada um destes projetos termina no próprio ano de 2021.

# Plano de Investimento 2021 priorizado e justificado por projecto:

Projectos de Investimento		Prioridade	Montantes	Necessidade do Investimento (Justificação)
<b>URP</b>				
Reabilitação de edifícios na zona II e III (Projeto investimento plurianual I)	Prioridade II	30.000,00 €		
Beneficiação da rede de vedação externa (Projeto investimento plurianual II)	Prioridade II	450.000,00 €		
Reabilitação da proteção marítima da zona I (Projeto investimento plurianual III)	Prioridade I	250.000,00 €		
Reabilitação e inertização dos oleodutos/ Remover o produto das linhas do Portinho da Costa (Projeto investimento plurianual IV)	Prioridade I	100.000,00 €		
<b>SUB-TOTAL URP</b>		<b>880.000,00 €</b>		Projetos Plurianuais detalhados em quadro posterior.
<b>UAG</b>				
Criação do Balcão Único Eletrónico da Energia	Prioridade I	70.000,00 €		Preende-se que a aplicação Balcão Único se torne a única plataforma para contacto com todos os operadores do setor energético.
Evolução Balcão Único ENSE	Prioridade I	50.000,00 €		Tendo em conta a dinâmica da ENSE é necessário, constantemente, efetuar evoluções e adaptações ao Balcão Único, de modo a permitir o reporte legal dos operadores, mesmo em situações de emergência como são situações de crise ou pandemias.
Desenvolvimento Sistema BI para Plataforma Eletrónica de Fiscalização	Prioridade I	50.000,00 €		Evolução necessária na aplicação de suporte a todas as atividades de fiscalização da ENSE, aumentando o nível de produtividade em termos de conclusão, tratamento e análise de dados.
Manutenção Evolutiva Plataforma Eletrónica para Fiscalização	Prioridade II	20.000,00 €		Necessidade de adaptação da plataforma de fiscalização aos desenvolvimentos legislativos, novas necessidades da área de fiscalização, etc.
Remediações para Certificação Datacenter	Prioridade I	30.000,00 €		A sala do datacenter da ENSE não está dotada de paredes corta-fogo ou sistema de incêndio específico para o efeito e a refrigeração é feita com AC's normais. Este investimento visa dotar a sala de chão flutuante elevado, refrigeração própria para datacenter e paredes corta-fogo.
Aquisição Material Informático ATEX para Fiscalização	Prioridade II	27.000,00 €		Necessidade de dotar as equipas de fiscalização de todo o tipo de material informático com especificações ATEX para que sejam usados em atmosferas explosivas que são, maioritariamente, os locais de fiscalização das equipas. Este desenvolvimento permite aumentar o nível de proteção dos trabalhadores mitigando a possibilidade de deflagração e/ou propagação de eventuais explosões.
Aquisição Material Informático - Computadores, Acessórios, Material	Prioridade II	25.000,00 €		Aquisição de computadores e respetivos acessórios de informática para substituir material obsoleto e dotar novos trabalhadores das ferramentas necessárias para desempenho das suas funções.
Aquisição Equipamento Firewall Software redundante segundo fornecedor	Prioridade II	15.000,00 €		Atualmente a ENSE possui apenas um equipamento de Firewall estando limitado às atualizações do referido fabricante. Torna-se necessário que seja adicionado um segundo equipamento de outro fornecedor de modo a isolar a rede externa de rede interna da ENSE, com uma segunda análise a todos os ciberataques redirecionados à ENSE.
Desenvolvimentos no âmbito do sistema ERP SINGAP	Prioridade II	30.000,00 €		Considerando que a ENSE tem de reportar dados em SNC-IFRS e SNC-AP torna-se imprescindível a adaptação da solução informática de modo a que todos os dados sejam reportados de forma automática.
Desenvolvimento novas funcionalidades aplicação gestão documental, de modo a adaptar os novos estatutos da ENSE	Prioridade I	10.000,00 €		Com o aumento de competências da ENSE, é extremamente importante a adaptação e evolução do sistema de gestão documental da ENSE por forma a dar cumprimento à necessidade de circulação total de papel em formato informático, reduzindo o risco de perda de documentos, possibilitar a consulta fácil e rápida a qualquer momento e eliminando a circulação de papel.
Integração informática: Gestão Documental FILEDOC	Prioridade I	5.000,00 €		Tendo em conta que existem vários sistemas de informação na ENSE com dados/tabelas comuns a todos eles (Balcão Único, SINGAP, FILEDOC, Plataforma Fiscalização, GIC, etc.) é sobretudo importante a criação de um sistema único central com todos estes dados evitando-se, assim, a manutenção repetitiva da gestão desses dados e a possibilidade de incongruência de dados dentro da organização.
Plataforma de Gestão de Qualidade (ISO 17020)	Prioridade II	15.000,00 €		O desenvolvimento de uma plataforma de Gestão de Qualidade permitirá aumentar a produtividade da área em questão, indo igualmente de encontro a algumas exigências da ISO 17020.
<b>SUB-TOTAL UAG</b>		<b>342.000,00 €</b>		

## Plano de Investimento 2021 priorizado e justificado por projecto:

Projectos de Investimento	UCP		Prioridade	Montantes	Necessidade do investimento (Justificação)
	UCP	DPP			
Equip. Metroológico - Equipamento de colheita amostras de GPL			Prioridade II	13 000,00 €	Equipamento necessário para a fiscalização.
Equip. Metroológico - Equipamento de Medição de Líquidos			Prioridade III	4 000,00 €	Equipamento necessário para a fiscalização.
Equip. de Fiscalização/Segurança ATEX (Câmara de deteção de gases - GPL)			Prioridade I	30 000,00 €	Equipamento prioritário para a avaliação de atmosferas perigosas e avaliação de risco de intervenção dos inspetores da ENSE em instalações de armazenagem de Gás e Garrafas de gás.
Instalação equipamentos em viaturas (ex: GPL; garrafas de azoto; sensores DG/AC, etc.)			Prioridade I	6 000,00 €	Equipamento prioritário para colocar em funcionamento a viatura para verificação de bombas de GPL. Sem este equipamento não se pode colocar o equipamento de medição em funcionamento.
Ferramentas - Caixas de transporte			Prioridade III	5 000,00 €	Equipamento necessário para a fiscalização.
Ferramentas - Outras			Prioridade III	1 000,00 €	Equipamento necessário para a fiscalização.
<b>SUB-TOTAL DPP</b>				<b>79 000,00 €</b>	
<b>DEER</b>					
Equip. Fiscalização - Equipamento Autónomo de Inspeção de Linhas de Tensão			Prioridade II	25 000,00 €	Aquisição de equipamento para cadastro e caracterização das linhas elétricas.
Equip. Fiscalização - Equipamento de Análise da Qualidade da Energia			Prioridade I	15 000,00 €	A DEER não possui qualquer tipo de equipamento metroológico. Este permite a monitorização da qualidade de energia, por forma a verificar perturbações, verificando a conformidade com Reg. Qualidade de Energia.
Equip. Fiscalização - Câmara Termográfica			Prioridade II	4 000,00 €	A DEER não possui qualquer equipamento deste tipo. Este permite a monitorização das instalações elétricas, por forma a verificar alterações térmicas nos quadros elétricos. Permite igualmente desenvolver serviços de auditoria às instalações da Polinato.
Equip. Metroológico - Medição de distâncias cabos e elétricos			Prioridade II	5 000,00 €	Aquisição de equipamento para a verificação da conformidade legal da linhas elétricas com DR 1/92, verificando a distância das linhas a edifícios e flora.
Equip. Metroológico - Medição de campos elétricos em linhas aéreas			Prioridade II	5 000,00 €	Equipamento para monitorização dos campos elétricos, para garantir o cumprimento do DL 11/2018.
Equip. Metroológico - Medição de campos magnéticos			Prioridade II	6 000,00 €	Equipamento para monitorização dos campos magnéticos, para garantir o cumprimento do DL 11/2019.
Equip. Metroológico - Multimetros com medição de "terras"			Prioridade I	1 000,00 €	A DEER não possui qualquer tipo de equipamento metroológico. Este permite a verificação a conformidade das instalações, nomeadamente a proteção de pessoas, medição de terras, verificando a conformidade com o regime da mobilidade elétrica.
Ferramentas - Outras			Prioridade III	1 000,00 €	Equipamento necessário para a fiscalização.
<b>SUB-TOTAL DEER</b>				<b>62 000,00 €</b>	
<b>DB</b>					
Equip. Metroológico - Sondas			Prioridade II	5 000,00 €	Equipamento necessário para a fiscalização dos tanques de Biocombustíveis.
Ferramentas - Caixas de transporte			Prioridade II	1 000,00 €	Equipamento necessário para o transporte do equipamento de colheita de amostras de Biocombustíveis.
Ferramentas - Outras			Prioridade III	5 000,00 €	Equipamento necessário para a fiscalização.
Equip. de Fiscalização - Outros			Prioridade III	5 000,00 €	Equipamento necessário para a fiscalização.
Mobiliário			Prioridade III	5 000,00 €	Mobiliário para equipar as instalações da ENSE para acondicionar e armazenar EPI, equipamento metroológico e de fiscalização.
<b>SUB-TOTAL DB</b>				<b>21 000,00 €</b>	
<b>DGN</b>					
Ferramentas - Outras			Prioridade III	5 000,00 €	Equipamento necessário para a fiscalização.
<b>SUB-TOTAL DGN</b>				<b>5 000,00 €</b>	
<b>SUB-TOTAL UCP</b>				<b>167 000,00 €</b>	
<b>TOTAL GLOBAL</b>				<b>1 389 000,00 €</b>	

#### 4.4.1. Plano de Investimentos nas Instalações da PolNATO (DPNL)

A gestão da armazenagem das reservas de emergência da República nas instalações da PolNATO (DPNL), e dada a localização geográfica dessas instalações, continua a implicar uma especial atenção às questões de segurança (física) das instalações e das reservas, o que, por si só, justifica os investimentos que de seguida se discriminam.

A acrescer a este enquadramento jurídico das competências cometidas à ENSE, E.P.E., deve referir-se a necessidade de continuar a efetuar um programa de investimentos estratégicos nas instalações do DPNL cedidas à ENSE, E.P.E. conforme despacho-conjunto nº4650/2016, de 23 de março, do Senhor Secretário de Estado da Adjunto do Tesouro e das Finanças e do Senhor Secretário de Estado da Defesa Nacional.

Nesse âmbito, deve referir-se que, conforme anexo II ao Despacho de Retificação nº 524/2016 do mencionado Despacho-Conjunto, é indicado um plano de investimentos a executar no prazo de cedência, discriminando-se a seguir as intervenções a realizar. Este plano tem sido objeto de correção e revisão, à medida que tem sido desenvolvido, com apoio de uma entidade externa, um levantamento exaustivo da situação das instalações e das necessidades de intervenção e investimento para adaptar a sua realidade para os níveis mais exigentes do setor.

##### a) Plano de Investimentos em 2020 no DPNL (em curso)

Em 2018 foi iniciado o seguinte projeto, em várias fases:

##### i. Melhoria no Sistema de Controlo e Alarmística de Segurança do DPNL

No quadro do conjunto de investimentos na melhoria dos sistemas de segurança foi projetada a concretização de mais alguns investimentos dos mecanismos de deteção de incêndios e de monitorização de segurança das instalações do DPNL. Nestes termos em 2018 foram adquiridas câmaras de vigilância onde estão incluídas as infraestruturas (suportes para as câmaras, bastidores, cablagens, entre outros) no valor de 125K€ (+iva), em 2019 foram adquiridos mais 3 alarmes e 8 câmaras de vigilância, tendo o custo ascendido a 26K€ (+ iva). Nesta altura está executado um total de 88% da execução física do projeto. Para 2020 está projetado um gasto adicional de 20.000€+IVA (os restantes 12% de execução física).

No final de 2020 inicia-se o seguinte projeto:

##### ii. Revisão do Sistema Elétrico do DPNL

Uma das necessidades identificadas no processo de revisão do sistema elétrico das instalações do DPNL é acrescentar capacidade de funcionamento e redundância para eventuais falhas no normal abastecimento de energia elétrica, uma vez que é fundamental assegurar o estado de prontidão das

respostas operacionais, nomeadamente com a instalação de um novo transformador e um quadro geral na zona II. Nesse sentido, estão cabimentados para 2020, **49.820€+IVA**. Estima-se que o projeto ainda se inicie e termine em 2020.

#### **b) Plano de Investimentos Plurianual no DPNL (2020-2023)**

O quadro de competências e responsabilidades legais que esta entidade central de armazenagem tem que cumprir, nomeadamente no que diz respeito ao cumprimento do contrato de concessão para a gestão das instalações do DPNL, alavanca as necessidades financeiras e orçamentais que permitam concretizar o plano plurianual de investimentos identificado como necessário para reforçar as condições de segurança e operacionais de uma infraestrutura vital para o sistema de reservas estratégicas nacionais.

O ano de 2020, excecional e de emergência fruto da crise pandémica condiciona de forma clara a capacidade de execução dos investimentos planeados e o processo de revisão do quadro de intervenções planeadas no âmbito do auto de cedência assinado com o Ministério da Defesa Nacional. Nesse sentido, os principais projetos que se encontram prontos para lançamento dos procedimentos de contratação, foram recalendarizados para terem início em 2020.

O quadro seguinte representa um destaque dos projetos identificados no Plano de Investimentos da pág<sup>a</sup> 48 que pelo facto de ter um carácter plurianual (não se esgotando o investimento em apenas um ano económico), aqui se discrimina com mais detalhe:



### Plano de Investimentos Plurianual 2020-2023

URP													
Descrição do investimento	Tipo de Investimento	Prioridade	Investimento Total (€)	Execução até 2019	Estimado 2020	Orçamento 2021	Previsão 2022	Previsão 2023	Previsão após 2023	Conclusão	Financiamento	Taxa de comparticipação do financiamento (%)	Valor suportado pela ENSE (€)
Reabilitação de edifícios na zona II e III	Plurianual	2	100 000,00 €	0,00 €	20 000,00 €	80 000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2021	513 - Receitas Próprias	0%	100 000,00 €
Beneficção da rede de vedação externa	Plurianual	2	550 000,00 €	0,00 €	100 000,00 €	450 000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2021	513 - Receitas Próprias	0%	550 000,00 €
Reabilitação da proteção marítima da zona I	Plurianual	1	450 000,00 €	0,00 €	200 000,00 €	250 000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2021	513 - Receitas Próprias	0%	450 000,00 €
Reabilitação e inertização dos oleodutos/ Retirada de produto das linhas do Portinho da Costa	Plurianual	1	800 000,00 €	0,00 €	150 000,00 €	100 000,00 €	300 000,00 €	250 000,00 €	0,00 €	2023	513 - Receitas Próprias	0%	800 000,00 €
<b>SUB-TOTAL URP</b>			<b>1 900 000,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>470 000,00 €</b>	<b>880 000,00 €</b>	<b>300 000,00 €</b>	<b>250 000,00 €</b>	<b>0,00 €</b>				<b>1 900 000,00 €</b>

Legenda "Prioridade".

1 - Muito Urgente

2 - Urgente

3 - Não Urgente

O plano de investimentos com caráter plurianual em causa é composto pelos quatro projetos identificados no quadro acima e justificam-se da seguinte forma:

**i. Reabilitação de Edifícios na Zona II e III**

Mantêm-se o objetivo de continuar a reabilitar os edifícios do DPNL, reforçando a sua vida útil e incrementando as suas condições de segurança e energéticas. Os custos previstos para o período temporal de 2020-2021 são de **100.000€**.

**ii. Beneficiação da Rede de Vedação Externa**

Uma das desconformidades identificadas nas instalações é o mau estado e degradação das vedações das instalações, sendo que durante o ano de 2020 foi desenvolvido um projeto para uma nova solução a ser implementada no final de 2020 sendo o gasto total para o período de 2020-2021 no valor de **550.000€**.

**iii. Reabilitação da Proteção Marítima da Zona I**

A obra de intervenção tem um projeto de intervenção estrutural que terá como intuito o enrocamento de defesa marítima repondo, assim, as condições de segurança para as instalações e população, e que sendo possível de iniciar em 2020 deverá estar concluída em 2021 com uma execução orçamental neste período temporal (2020-2021) de **450.000€**.

**iv. Reabilitação e Inertização dos Oleodutos/ Remoção de Produto das Linhas do Portinho da Costa**

No âmbito do plano plurianual que prevê uma reabilitação do sistema de oleodutos e válvulas, a primeira fase contempla a reabilitação das linhas entre a zona II e o Portinho da Costa, sendo que serão intervencionadas para a retirada do produto ainda aí existente e feita a reabilitação do sistema de oleodutos e válvulas desse troço. O projeto “chave na mão” está a ser ultimado por uma empresa da especialidade, mas estima-se que o esforço para o período de 2020-2023 seja de **800.000€**.

**4.4.2. Investimentos e prioridades**

A ENSE, E.P.E. fruto do novo quadro reforçado de competências de fiscalização de todo o setor energético nacional, viu-se obrigada a planear e projetar um conjunto, e reforço, de capacidades, que justificam o plano de investimentos constantes no PAO 2021.

O plano de investimentos justifica-se, deste modo, na melhoria da capacidade operacional e de equipamentos das equipas de fiscalização, que têm, presentemente, de ter todos os meios necessários à intervenção em instalações do setor elétrico e de gás natural (mantendo a melhoria dos equipamentos na área dos combustíveis e biocombustíveis). Justifica-se, ainda, na necessidade de adaptação e incremento das plataformas tecnológicas de toda a empresa que permitam a inclusão das novas áreas, para que facilite

todo o processo de relação desmaterializada com todos os operadores de mercado que tem vindo a ser implementada.

Para além disso, a ENSE, E.P.E. no âmbito do contrato de concessão por 25 anos da gestão das instalações do DPNL (propriedade do Ministério da Defesa Nacional), tem a obrigação de assegurar despesas de manutenção e de concretizar um plano de investimentos plurianual que é vital para o reforço da segurança e condições de operacionalização desta infraestrutura nevrálgica para o sistema de reservas nacional de produtos petrolíferos. Importa referir que, no âmbito deste contrato de concessão de gestão do DPNL, uma parte substancial das despesas de investimento é deduzida à renda a pagar ao Ministério da Defesa Nacional, não sendo por isso um acréscimo de custo, sendo antes um investimento, que de outra maneira era apenas um custo corrente sob a forma de renda (sem os benefícios inerentes às melhorias operacionais que advém dos investimentos efetuados).

### Fontes de Financiamento (dos Investimentos)

Relembra-se, que o Orçamento da ENSE não depende do Orçamento Geral do Estado<sup>4</sup>, constituindo a sua principal fonte de receita, a constituição de reservas de segurança solicitadas pelos operadores obrigados, que pagam o valor correspondente às quantidades constituídas aplicando a prestação unitária definida pelo Governo (que em 2021 está orçamentada nos 1,96€/ton.coe/mês). Por imperativos legais e estatutários, a estrutura de custos da ENSE tem de estar assente num princípio de resultado tendencialmente nulo, pelo que todas as opções resultam da planificação que assegura esta razão de sustentabilidade.

Importa desta forma realçar que cada projeto de investimento é financiado por capitais próprios que deriva da receita própria obtida junto dos operadores do sistema petrolífero nacional<sup>5</sup>.

Nestes termos, o Plano de Investimentos indicado para período de 2020 a 2023 encontra o suporte de financiamento, no seu todo, em capitais próprios, assentes nas prestações pecuniárias a calcular anualmente. As prestações unitárias a calcular no âmbito do PAO 2022 e PAO 2023, suportarão os investimentos projetados para esses mesmo anos.

### Endividamento

Endividamento	2021	2020
	Previsão	Estimativa
Financiamento remunerado	360 000 000	360 000 000
Capital Social ou Capital Estatutário realizado		
Novos investimentos com expressão material		
Crescimento do endividamento:	0,00%	

<sup>4</sup> Ver: als. b) e c) do ponto 4.1 deste plano, com o título: «notas prévias/Coordenadas de leitura»

<sup>5</sup> Ibidem

O valor evidenciado no quadro refere-se ao empréstimo obrigacionista em curso nesta entidade que vigorará até 2028, altura em que vence e cujo pagamento é bullet. Este empréstimo foi constituído em 2008.

Tal como no orçamento do ano anterior, não existiu nem se prevê aumentar o endividamento da entidade nos próximos exercícios.

O empréstimo obrigacionista não contempla amortizações periódicas e terá que ser integralmente liquidado no final do contrato - bullet (2028), ou renegociados nos seus pressupostos.

Importa referir que o saldo executado em Balanço reflete o nível de endividamento deduzido da especialização das comissões pagas à cabeça (em 2008), incrementando todos os anos 1/10 do valor destas comissões. No vencimento do empréstimo obrigacionista (2028) o valor ascenderá a 360 milhões de euros que constituem este empréstimo (valor nominal).

### Indicadores

Os cenários de evolução financeira previstos no Despacho N°395/2020 do Senhor SET impõem um conjunto de indicadores que não têm aplicabilidade a este ente público atento a sua especificidade estatutária, conforme se tem vindo reiteradamente a indicar.

Neste sentido, explicitando:

- i. Crescimento sustentado do volume de negócios: diretamente relacionado com o facto da maioria dos rendimento serem provenientes da URP, unidade que concentra cerca de 92% do volume de negócios, obtido por prestação unitária que cobre apenas o montante necessário para cobrir os gastos totais líquidos - daqui decorre que anos com orçamento de gasto inferior geram volume de negócio inferior - o racional de “evolução” do volume de negócios não tem aderência;
- ii. Aumento dos gastos operacionais abaixo da taxa de crescimento do volume de negócios: depende do montante de gasto apurado para cada ano (que será coberto tão só pelo valor suficiente de rendimentos);
- iii. Aumento do gasto com o pessoal abaixo da taxa de crescimento do volume de negócios: aplica-se idêntico racional, neste caso ainda agravado pelo facto da entidade prever contratar trabalhadores por forma a desenvolver as suas atribuições;
- iv. Aumento da despesa em FSE's abaixo da taxa de crescimento do volume de negócios: aplica-se idêntico racional, neste caso o facto da entidade prever contratar trabalhadores acarreta necessariamente aumento de gasto com rubricas associadas a FSE's (locação operacional de viaturas, combustíveis, portagens, deslocações e estadas, material de escritório, entre outros);

- v. Melhoria do resultado operacional (EBIT) líquido de provisões, imparidade e correções de justo valor: encadeado com os indicadores anteriores, não tem aderência, o EBITDA, o EBIT, o RAI pode variar de ano para ano, tem é que ser positivo;
- vi. Diminuição do endividamento líquido real: não há aumento do endividamento líquido, o valor nominal são 360 milhões de euros que representa o empréstimo obrigacionista “bullet” em vigor desde 2008 com maturidade para 2028.

Reitera-se a indicação dada no anterior Orçamento de que o crescimento do EBITDA não deve ser utilizado como medida da eficiência económica, considerando a natureza dos gastos e proveitos desta entidade.

Neste aspeto se em algum momento existirem imparidades associadas a perdas sobre inventário ou reversões (ano de execução), o EBITDA irá apresentar-se negativo ou positivo (é o caso da reversão da imparidade contabilizada no ano de 2019). Ora o lançamento das imparidades depende da evolução das cotações do petróleo e derivados nos mercados internacionais o que constitui uma variável exógena, não tendo por isso a ENSE, E.P.E. qualquer capacidade de intervenção.

Na análise do indicador Peso dos Gastos no Quadro PRC voltamos a abordar esta temática (pág<sup>a</sup> 66), onde apresentamos um indicador alternativo, adequado aos estatutos deste ente público, que se submete desde já à consideração das tutelas.

### Princípios Gerais para Elaboração dos IPG's

Ademais, no que respeita aos princípios orientadores gerais, temos:

- i. A maximização das receitas mercantis: remete para a indicação dada sobre o crescimento do volume de negócios (Indicadores);
- ii. A implementação de políticas de redução de custos: face ao cenário atual e à necessidade da entidade cumprir com as suas obrigações estatutárias nomeadamente ao nível da fiscalização, foi necessário desenvolver um programa de novas contratações o que naturalmente se repercute no incremento de despesas designadamente de pessoal e fornecimento e serviços externos;
- iii. Arrears (pagamentos em atraso): o prazo médio de pagamento executado em 2019 foi de um dia, a estimativa para 2020, prevê também um dia e o Orçamento de 2021 mantém um dia de prazo médio de pagamento;
- iv. Minimização de endividamento e encargos financeiros associados: ver rubrica Endividamento (pág<sup>a</sup> 56 e 57);

E ainda os restantes princípios orientadores:

i. **Objetivos Setoriais:**

Não foram traçados para a ENSE, E.P.E. objetivos setoriais e os correspondentes indicadores operacionais adequados à avaliação do seu impacto económico e social, e os indicadores financeiros adequados à avaliação da proposta de orçamento.

A este propósito relembra-se que na ausência de objetivos de desempenho foi na altura (2010) proposto às tutelas um conjunto de indicadores para a EGREP, E.P.E., que se indicam e aos quais as tutelas não deram o seguimento mas que se tem mantido para os anos seguintes e constam da execução dos Relatórios e Contas até à data.

Os indicadores propostos para o exercício de 2010 foram os seguintes, sendo que atualmente grande parte destes têm uma aplicabilidade reduzida no novo figurino da ENSE, E.P.E.:

Área de atuação	Indicadores propostos	2010
EFICIÊNCIA	Variação dos gastos de pessoal	0%
	Evolução do custo unitário de armazenagem (1)	0%
	Custo unitário de armazenagem / custo da alternativa base (2)	66%
	Custo unitário total/custo unitário total da alternativa base (3)	60%
	Variação dos gastos de estrutura	0%
	Gasto líquido do financiamento	4,68%
Prazo médio de pagamentos a fornecedores	PMP	0
Custo de aquisição das reservas/dívida	Reservas a custo de aquisição / dívida	97%
EFICÁCIA	Grau de cumprimento do nível de reservas exigido	100%
Reservas (*) em substituição dos operadores (dias de consumo)	Gasolinas	14
	Gasóleos	5
	Fuelóleos	30
	GPL	5

(\*) A partir de 2014 passaram a existir somente 3 categorias: Gasolina - A; Gasóleo - B; Outros - C (Fuelóleos e GPL)

Os seguintes indicadores atualmente apenas dizem respeito à Unidade de Reservas Petrolíferas:

(1) *Evolução do custo unitário de armazenagem (€/TON): relaciona o custo unitário do ano com o custo unitário do ano anterior. Numerador: custo unitário de armazenagem do ano sobre reservas médias. Denominador: custo unitário de armazenagem do ano anterior sobre reservas médias do ano anterior.*

(2) *Custo unitário de armazenagem / custo da alternativa base: relaciona o custo unitário de armazenagem da ENSE versus o custo unitário de armazenagem dos produtos tendo como base os custos unitários de armazenagem na Galp.*

*Numerador: custo total de armazenagem expurgando tickets e adicionando seguro de reservas. Denominador: Reservas médias da ENSE multiplicado pelo custo unitário médio do ano na Galp.*

*(3) Custo unitário total/custo unitário total da alternativa base: relaciona custos totais (incluindo amortizações e o custo financeiro) com o custo total da alternativa base: a Galp. Numerador: custos totais que incluem as amortizações e o custo financeiro. Denominador: custo total de armazenagem das reservas tendo a base Galp mais custo de capital das reservas tendo a base Galp.*

Os indicadores estavam definidos para uma estrutura de recursos humanos mínima, que se previa, inalterável, face às competências estritas, no âmbito da manutenção das reservas estratégicas da antiga EGREP, E.P.E..

Posteriormente o campo de competências foi substancialmente alargado<sup>6</sup> tanto ao nível da gestão e manutenção das reservas estratégicas onde foi incluído por exemplo a gestão do parque de armazenamento do DPNL, como todas as novas competências do âmbito da fiscalização de todo o setor da energia.

Os objetivos setoriais deverão incluir os adequados indicadores operacionais que visem avaliar o impacto económico e social e os adequados indicadores financeiros - conforme disposto nas instruções do Despacho nº 395/2020, do SET - por Unidade Operacional da ENSE, E.P.E., a URP e a UCP, e que desde já se propõem à consideração das tutelas.

#### **Os indicadores anuais (2021) operacionais e financeiros propostos para a URP, são:**

- de eficiência:

- EBITDA e EBIT (expurgado de imparidade sobre inventário) > 0;
- RAI (expurgado de imparidade sobre inventário) > 0 (e próximo de zero, máx de 60K€);
- Gasto total com armazenagem <= 80% do gasto total líquido da URP (expurgado de imparidade sobre inventário)<sup>7</sup>;
- Evolução do Endividamento (Empréstimo Obrigacionista): nula até 2028;
- Prazo médio de pagamento a fornecedores: PMP <= 20 dias.

- de eficácia:

- Grau de cumprimento do nível de reservas exigido;
- Assegurar 90 dias de reservas para os pequenos operadores.

<sup>6</sup> Decreto-Lei nº 165/2013, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 69/2018, de 27 de agosto e Decreto-Lei nº 31/2006, de 15 de fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei nº 244/2015, de 19 de outubro

<sup>7</sup> O gasto total com armazenagem compreende o gasto anual com a armazenagem das reservas físicas mais o gasto com a aquisição de tickets de petróleo e produtos de petróleo. O gasto total líquido compreende todos os gastos operacionais incluindo amortizações e depreciações mais juros e gastos similares pagos, expurgando as imparidades de inventários e deduzido dos rendimentos decorrentes de juros recebidos das aplicações financeiras.

Os indicadores anuais (2021) operacionais e financeiros propostos para a UCP, são:

- de eficácia:

- Média, anual, da Taxa de execução das atividades propostas no PIF2020  $\geq 80\%$ ;
- Executar, as atividades propostas no Plano de Inspeção e fiscalização (PIF), para o Departamento da Eletricidade e Energia Renováveis (DEER)  $\geq 80\%$ ;
- Quantidade de reclamações analisadas  $\geq 3.600$ ;
- Quantidade de acidentes analisadas  $\geq 8$ ;
- Quantidade de colheitas analisadas  $\geq 417$ ;
- Qtd. de fiscalizações analisadas  $\geq 791$ ;

- de eficiência:

- Tempo, médio, de realização de relatórios (em dias/processo), decorrido entre a data da fiscalização e a data de entrega do relatório: máx 8 dias úteis;
- Elaborar relatórios de fiscalização e de análise de reclamações e/ou denúncias: máx 8 dias úteis;
- Tempo, médio, de entrega de relatórios de averiguação de acidentes (em dias/processo), decorrido entre o dia seguinte à data das diligências efetuadas e a data de entrega do relatório: máx 20 dias úteis;
- Elaborar relatórios de averiguações, nomeadamente os de Acidentes, identificando e avaliando as causas dos mesmos: máx 20 dias úteis;
- Tempo, médio, de realização de autos (em dias/processo), decorrido entre a data da fiscalização e a data de entrega do relatório: máx 20 dias úteis;
- Elaborar Autos de Contraordenação: máx 20 dias úteis;

- de qualidade:

- N.º de ações de supervisão, aos inspetores afetos ao departamento  $\geq 2$
- Supervisionar a atividade dos inspetores afetos ao departamento de Eletricidade e Energias Renováveis (DEER), nos termos definidos no Procedimento PG-07: "Qualificação, Manutenção e Requalificação do Pessoal" do Sistema de gestão da qualidade (SGQ) da ENSE  $\geq 2$

## ii. Os Gastos e Réditos associados às novas atividades:

Os gastos e réditos associados às atividades de fiscalização estão associados à análise efetuada na conta de resultados da Unidade de Controlo e Prevenção (UCP) onde são explicitados detalhadamente os gastos e rendimentos (pág<sup>as</sup> 34 a 36).

Existem ainda um conjunto de pequenos investimentos que estão identificados, por Departamento, no Plano de Investimentos (pág<sup>a</sup> 48), explicitados e justificados na pág<sup>a</sup> 49-50.

**iii. Eventos sem repetição:**

Está prevista uma operação de rotação de produto (gasóleo) nas instalações do DPNL atualmente sob a gestão da ENSE, E.P.E. que se prevê desencadear nos próximos 3 anos.

Esta operação de rotação orçamentada em 1 milhão de euros/ano (3 anos) é pontual e justifica-se para manter a qualidade e cumprindo os limites legais impostos para o produto armazenado.

**iv. O conjunto de gastos, projetos e investimentos financiados por fundos comunitários:**

Não se aplica a esta entidade na medida em que não beneficia deste tipo de financiamento.

**v. Impactos Económicos e Financeiros do Surto Pandémico do Vírus SARS-CoV-2:**

Na sequência do estabelecido no Plano de Contingência que preconiza a redução do risco de contaminação dos trabalhadores, foram tomadas pela ENSE, E.P.E. um conjunto de medidas, tendo para o efeito sido efetuado um conjunto de gastos não dispendioso, mas considerado adequado à contenção do surto e à atividade da entidade.

Nestes termos foram adquiridos em 2020, como investimento, uma câmara termográfica e um atomizador, estando ainda estimada a aquisição de mais uma câmara termográfica neste ano.

Foi ainda, efetuado um conjunto de gastos com máscaras, gel desinfetante e suporte para doseador, luvas, fatos de proteção entre outros do género.

Foi, igualmente, desenvolvido funcionalidades específicas no âmbito do balcão único para acomodar esta necessidade de apoio junto dos operadores, e população em geral.

Ademais acionou-se o mecanismo de apoio excecional à família e acordo com o requerimento de um trabalhador ao abrigo do DL nº 10-A/2020.

No orçamento de 2021 está previsto efetuar mais um conjunto de despesas como:

- Serviços de natureza informática: evolução do balcão único com mais algumas funcionalidades;
- Meios que assegurem a higiene e segurança no trabalho: máscaras, gel desinfetante entre outros;
- Ferramentas e utensílios e conservação e reparação de equipamentos.

O quadro seguinte explicita devidamente esta matéria:

**Impactos Económicos e Financeiros do Surto Pandémico do Vírus SARS-CoV-2**

Ano	Tipo de Despesa	Conta SNC	Descrição da Despesa	Valor	Justificação/Necessidade
2020 Executado até outubro	Gasto Pessoal/FSE	63892, 6231, 6226101	Máscaras, Luvas, Fatos de Proteção, viseiras, Sódio Hipoclorito, Gel Desinfetante, Suporte para Doseador, Dispensador Automático e Termómetros de Infravermelhos	10 434,32 €	Despesas no âmbito da prevenção e contenção da infeção epidemiológica no local de trabalho e nas ações de fiscalização.
	Gasto FSE	6221204	Evolução do Balcão Único	5 860,00 €	Evolução necessária da plataforma Balcão Único com o intuito de obter informação junto dos Operadores do SPN sobre o impacto da pandemia SARS-CoV-2 na sua atividade económica, para difusão pela população em geral.
	Gasto Pessoal	6321151	Apoio Excepcional à Família	1 325,55 €	Trabalhador requereu o apoio excepcional à família no âmbito do Decreto-Lei nº 10-A/2020 no mês de Junho de 2020.
	Investimento	4359	Câmara Termográfica	3 900,00 €	Equipamento adquirido para medição da temperatura corporal dos trabalhadores nas instalações da ENSE.
			Atomizador	455,90 €	Equipamento para desinfeção das instalações e equipamentos da ENSE.
	<b>SUB-TOTAL</b>				<b>21 975,77 €</b>
2020 Estimado de novembro- dezembro (acumulado)	Gasto Pessoal/FSE	63892, 6231, 6226101	Máscaras, Luvas, Fatos de Proteção, viseiras, Sódio Hipoclorito, Gel Desinfetante, Suporte para Doseador, Dispensador Automático e Termómetros de Infravermelhos	7 000,00 €	Estima-se adquirir material imprescindível para a prevenção e contenção da infeção epidemiológica nos locais de trabalho e nas ações de fiscalização (como são as máscaras, gel desinfetante, etc.) (+7.000,00€).
	Gasto FSE	6221204	Evolução do Balcão Único	1 000,00 €	Evolução necessária da plataforma Balcão Único com o intuito de obter informação junto dos Operadores do SPN sobre o impacto da pandemia SARS-CoV-2 na sua atividade económica, para difusão pela população em geral (+1.000,00€).
	Investimento	4359	Câmara Termográfica	3 900,00 €	Estima-se adquirir uma câmara termográfica para que tanto a Sede como a PolíNato disponham desta ferramenta de prevenção e contenção do vírus (+3.900,00€).
	<b>SUB-TOTAL</b>				<b>11 900,00 €</b>
<b>TOTAL 2020</b>				<b>33 875,77 €</b>	
2021 Orçamentado	Gasto FSE	6221204	Serviços de Informática	14 640,00 €	Eventuais evoluções necessárias à plataforma do Balcão Único ou site da ENSE para obter/difundir informação pertinente sobre o impacto da pandemia do SARS-CoV-2 na atividade económica e difusão de informação pela população em geral.
	Gasto FSE	6231	Ferramentas e Utensílios	500,00 €	Eventual necessidade de aquisição de ferramentas e utensílios para combate ao vírus SARS-CoV-2.
	Gasto FSE	6226101	Conservação e Reparação de Equipamentos	100,00 €	Eventual necessidade de manutenção/reparação do atomizador adquirido no decorrer de 2020 para efeito de desinfeção das instalações e equipamentos da ENSE.
	Gasto Pessoal	63892	Higiene e Segurança no Trabalho	9 600,00 €	Despesas no âmbito da prevenção e contenção da infeção epidemiológica no local de trabalho e nas ações de fiscalização.
	<b>TOTAL 2021</b>				<b>24 840,00 €</b>



## Princípios Financeiros - Referências para 2021

### Eficiência Operacional

A proposta de PAO aqui em escrutínio anual e plurianual orçamenta um resultado operacional para o triénio 2021-2023 adequado aos estatutos da ENSE, E.P.E..

O indicador (de evolução)  $GO/VN (2021) \leq GO/VN (2019)$  está desajustado dos estatutos desta entidade conforme referido anteriormente e justificado de seguida na análise do indicador Peso nos Gastos (pág<sup>a</sup> 66). Para a medida de eficiência operacional e financeira da ENSE propõe-se outro tipo de indicadores identificados anteriormente nas pág<sup>as</sup> 59 a 61.

### 4.5. PRC - Plano de Redução de Custos

Un: (euros)

PRC	Previsão	Estimativa	Execução	Var. 2021/2019	
	2021	2020	2019	Valor	%
(1) CMVC	0,00	0,00	0,00	0,00	
(2) FSE	22 811 713,56	21 167 756,50	19 692 879,00	3 118 834,56	16%
(3) Gastos com pessoal	2 497 902,25	1 693 167,70	1 641 875,00	856 027,25	52%
(4) Gastos Operacionais (GO) = (1) + (2) + (3)	25 309 615,81	22 860 924,20	21 334 754,00	3 974 861,81	19%
(5) Volume de Negócios (VN)	27 717 581,76	28 288 335,39	26 116 155,00	1 601 426,76	6%
Subsídios à exploração	0,00	0,00	0,00	0,00	
Indeminizações compensatórias	0,00	0,00	0,00	0,00	
(6) $GO/VN = (4)/(5)$	0,91	0,81	0,82	0,10	12%
(7) Deslocações e alojamento	43 551,70	9 011,75	22 744,00	20 807,70	91%
(8) Ajudas de custo	33 400,00	8 594,59	17 808,00	15 592,00	88%
(9) Gastos com a frota automóvel (a)	132 360,00	48 044,41	48 169,00	84 191,00	175%
(7) + (8) + (9)	209 311,70	65 650,75	88 721,00	120 590,70	136%
Gastos com contratações de estudos, pareceres, projetos e consultoria	636 871,97	445 597,05	456 292,00	180 579,97	40%

(a) Os gastos associados à frota automóvel deverão incluir: rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis e/ou eletricidade, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos

O Despacho nº 395/2020 do Senhor SET impõe nas suas orientações setoriais, não só o desenvolvimento sustentado do negócio ao nível dos rendimentos como dos gastos. O crescimento de rendimento e gasto de 2019 (ano base) para 2021 deverá ser contido e equilibrado. Importa relevar que, na sequência da atribuição das novas competências de fiscalização no âmbito do Decreto-Lei nº 69/2018 de 27 de agosto, e de outras novas competências no domínio da fiscalização, atribuídas nos anos de 2019 e 2020, vem esta entidade orçamentar um conjunto gastos associados a novas contratações de trabalhadores e serviços adjacentes relacionados com as atividades de fiscalização a desenvolver pelo

país ligadas às diversas atividades da energia que, por este motivo, incrementam de sobremaneira gastos de índole operacional muito além dos limites de crescimento impostos pelo aludido Despacho<sup>8</sup>. Todavia o nível de rendimentos será sempre suficiente para cobrir estes gastos.

Não obstante o esforço de contenção de gastos, atentas as razões vertidas no presente plano de atividades e orçamento, que são razões impostas pelo próprio legislador ao decidir, como decidiu, na atribuição de novas competências a esta empresa pública, e que são bem atribuídas, na medida em que estamos a falar de competências fundamentais para o funcionamento do mercado da energia, que tem um efeito imediato, que é a total impossibilidade de implementação de uma política de redução de custos operacionais, sendo que o que aqui vem dito, justifica, claramente, a exceção à redução dos custos operacionais<sup>9</sup>.

#### CMVC

Não se prevê qualquer valor de CMVC na medida em que não estão previstas operações de venda de inventário.

#### FSE

A conta de FSE's (62) inclui na subconta 621 um montante significativo de gastos com armazenagem de crude, de produtos petrolíferos e gastos com aquisição de tickets de produtos petrolíferos e gasto com a operação de rotação do gasóleo do DPNL. Esta conta regista uma parte muito significativa do gasto total de FSE's na proporção de cerca 86%. Os outros FSE's (conta 622 até 629) constituem 18% do gasto total da conta 62. Assim importa referir que o aumento de gasto (de 2019 para o orçamento de 2021) nas contas 621, designadamente o acréscimo do custo unitário de armazenagem de produto e crude na Petrogal, representa cerca de 2.118,1K€ e a operação de rotação de gasóleo no valor de 1.000K€ (em sentido contrário orçamenta-se uma poupança com a aquisição de tickets em cerca de 1.362,4K€). O acréscimo dos restantes FSE's ascende a 1.363,1K€, e decorre de aumento do gasto principalmente com: 540,2K€ referente ao Serviço Interno prestado pela Unidade de Fiscalização à Unidade de Reservas Petrolíferas, 338K€ de aumento com as análises de qualidade de combustível a realizar no âmbito das ações de fiscalização, aumento de 140K€ de serviços de consultoria a efetuar no DPNL, 90K€ de serviços de natureza informática e cerca de 155K€ em outros trabalhos especializados a efetuar no DPNL. Os trabalhos orçamentados para o DPNL são fundamentais no que respeita à segurança, à monitorização e segurança do produto armazenado e das populações locais, não esquecendo que a zona de armazenagem se situa na foz do rio Tejo, com tudo o que isso representa em caso de derrame de produto.

---

<sup>8</sup> Ex vi: alínea h) do ponto 4.1 deste plano, com o título: «notas prévias/ coordenadas de leitura»

<sup>9</sup> Ver novamente a alínea h) do ponto 4.1

### Gastos com o Pessoal

A conta de Gastos com o Pessoal (conta 63) contempla não só o quadro de pessoal atualmente existente (em 2020) e respetivos órgãos sociais, como a entrada de 16 novos colaboradores: 11 a afetar à atividade de fiscalização, 1 à Unidade de Reservas Petrolíferas e 4 a afetar à Unidade de Administração Geral. As contratações estão previstas (no presente Orçamento) realizarem-se entre novembro e dezembro de 2020, em função da aprovação do PAO 2020 pelo Despacho N° 415/2020-SET, de 31 de julho, do Senhor Secretário de Estado do Tesouro, e com Despacho de concordância do Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Energia, de 22 de setembro p.p.. O aumento do gasto de 856,0K€ (52,0%) previsto para 2021 comparativamente com o ano de 2019, significa o efeito total em 2021 (a partir de janeiro são 14X) destas novas contratações e das valorizações remuneratórias previstas para o quadro de pessoal (já anteriormente orçamentadas e ainda não implementadas). Recorde-se que as valorizações remuneratórias para 2021 dizem apenas respeito ao que se orçamenta para o quadro de Pessoal já que os vencimentos se mantêm estagnados, em alguns casos, há mais de 9 anos. Importa referir que estas valorizações remuneratórias estão identificadas e foram devidamente reportadas.

### Volume de Negócios

O volume de negócios que no caso da ENSE, E.P.E. é constituído por prestações de serviços e regista um crescimento de cerca de 1.601,4K€ (+6,1%)<sup>10</sup>, por forma a acomodar o aumento de gasto. Importa enfatizar, como tem sido indicado frequentemente, que a ENSE, E.P.E. orçamenta, por estatutos, resultado tendencialmente nulo, ou seja, são calculadas anualmente prestações unitárias que permitem à entidade recuperar a totalidade dos seus gastos através de receita própria cobrada aos operadores do sistema petrolífero nacional<sup>11</sup>. A dotação do Estado para a entidade é nula, em caso de execução com excesso de resultado (RAI > 0) este é devolvido aos operadores ou, em caso de defeito (RAI < 0), será calculada proporcionalmente uma prestação adicional extraordinária a cobrar também aos operadores. Resumindo o volume de negócios inscrito acomodará (via aumento da prestação unitária) o incremento do gasto total da entidade, resultando em resultado positivo, mas quase nulo.

### Peso nos Gastos

Pelo sobredito conclui-se que o indicador em causa (GO/VN) está desajustado aos estatutos muito próprios deste ente público e à sua atividade. Por outro lado, a introdução de Imparidades sobre inventário (imposto pela IAS n° 2 IFRS n° 18) no fecho de contas, normalmente gera distorções muito significativas na conta de resultados, sendo que por este motivo esta imparidade deveria ser expurgada em indicador operacional apropriado. A este propósito propõe-se um conjunto de indicadores segregados para cada Unidade de negócio, indicadores pressupondo numa lógica anual (e

<sup>10</sup> exclui-se 150K€ previsto para contraordenações contabilizado em Outros rendimentos e ganhos

<sup>11</sup> Ver: alínea c) do ponto 4.1. supra

não na lógica de evolução/crescimento de ano para ano), conforme identificado na pág<sup>a</sup> 59 a 61, como forma de medir o indicador de eficiência operacional da ENSE, E.P.E..

### Deslocações e Estadas

Deslocações e estadas (alojamento), ajudas de custo e gastos com a frota automóvel justifica-se o incremento de 2019 para 2021 justamente com a contratação de 16 novos trabalhadores prevista para os meses de novembro e dezembro de 2020, tendo em conta o acréscimo que daqui decorre nas ações de fiscalização no país: mais deslocações, mais ajudas de custo. Nota: Para 2020 e 2021 o montante respeitante a portagens foi colocado na rubrica de Gastos com o Frota Automóvel, respetivamente 5,9K€ e 15,3K€ (em 2019 tinha atingido os 5,7K€).

### Ajudas de custo

Esta rubrica naturalmente deverá incrementar em 2021, considerando a obtenção (em regime de locação operacional) de novas viaturas e o aumento das deslocações das equipas de fiscalização (agora em maior número).

### Serviços de Consultoria, Estudos e Pareceres

O incremento dos gastos associados a serviços de consultoria, estudos, pareceres tem a seguinte explicação (orçamento de 2021 comparativamente com 2019): orçamento de um projeto de Manual de Operações para o DPNL (+65K€), orçamento de um estudo para realização de projeto para as ilhas de enchimento da Zona III do DPNL (12,5K€), serviço de fiscalização de novas empreitadas (investimento plurianual a realizar no DPNL, 53K€), prestação de serviços jurídicos (+50K€).

### Gastos com a frota automóvel

Número da frota automóvel

Un: €

Designação	Previsão	Estimativa	Execução	Var. 2021/2019	
	2021	2020	2019	Valor	%
Nº de Veículos	16	14	10	6	60%

#### Nota:

2020 = 2 viaturas médias inferiores para a UCP em novembro, mais 1 viatura média inferior para a UCP em dezembro mais 1 viatura pick-up com tração 4x4 para UCP também em dezembro (=4).

2021 = 1 viatura pick-up com tração 4x4 para a URP, 1 viatura de ligeiros passageiros superior para a UAG (=2).

Este orçamento tem subjacente o gasto com a locação operacional de 6 novas viaturas, 4 cuja locação operacional se inicia em 2020 (novembro) a afetar às ações de fiscalização e 2 locações operacionais a iniciar em janeiro de 2021: 1 viatura a afetar ao DPNL (URP) e mais 1 viatura a afetar à UAG.

Estas 6 novas viaturas são obtidas em regime de locação operacional por 48 meses ou 200K km e acarretam gastos acrescidos com combustíveis, portagens, reparações, seguros, inspeções, entre outros.

A imprescindibilidade da locação operacional das viaturas para a frota automóvel decorre da necessidade das equipas de inspetores percorrerem todo o território nacional no decurso das suas atividades de fiscalização e na prossecução dos poderes de autoridade do Estado, atento o âmbito de competências que abrange a totalidade do setor energético Português.

A evolução dos gastos de 2019 para 2021 de 84,2K€, resultam não só da introdução da componente de Portagens e Amortizações (não colocado em 2019), como da própria carga, principalmente em 2021 (todo o ano), da locação operacional prevista iniciar no final de 2020 (4 viaturas em novembro) e o início de 2021 (2 viaturas em janeiro) e cujas rendas se prolongam por 48 meses.

Nota: O valor registado em 2019 não contemplava as amortizações das viaturas, no entanto tanto a estimativa de 2020 como a previsão de 2021 já a integra pelo que o desvio de 2019/2021 está empolado por este efeito.

A este propósito importa referir que foi aprovado no âmbito do PAO 2020, a locação operacional de 5 viaturas e a compra de uma viatura para transformar.

A ENSE, E.P.E., conforme mencionado anteriormente, irá proceder ao processo de desenvolvimento da locação operacional de 4 viaturas até final do ano de 2020, diferindo, por uma questão de prioridades, a aquisição da viatura a transformar para 2023. No caso da locação operacional da viatura para a UAG difere-se para 2021 atento à sua não necessidade para o ano 2020.

Nestes termos, a proposta para o PAO de 2021, passa por submeter o pedido de locação operacional desta viatura para a UAG, e uma nova viatura em locação operacional para a URP, conforme oportunamente indicado.

## Quadro de Recursos Humanos

Unid:€

Designação (€)	Previsão	Estimativa	Execução	Var. 2021/2019	
	2021	2020	2019	Valor	%
Gastos totais com pessoal (1)= a)+b)+c)+d)+e)+f)+g)	2 497 902	1 693 168	1 641 875	856 027	52,1%
a) Gastos com Órgãos Sociais	241 686	154 404	220 271	21 415	9,7%
b) Gastos com Cargos de Direção	598 905	524 824	579 193	19 712	3,4%
c) Remunerações com pessoal (i)+(ii)+(iii)	1 103 817	668 500	488 700	615 117	125,9%
i) Vencimento base + Subs. Férias + Subs. Natal	989 846	616 075	448 582	541 264	120,7%
ii) Outros Subsídios (almoço,...)	76 085	49 806	40 119	35 966	89,6%
iii) Valorizações Remuneratórias	37 887	2 619	0	37 887	#DIV/0!
d) Benefícios pós-emprego	0	0	0	0	
e) Ajudas de custo	33 400	8 595	17 808	15 592	87,6%
f) Restantes encargos (TSU, seguros,...)*	520 094	336 845	335 903	184 191	54,8%
g) Rescisões / Indemnizações	0	0	0	0	
Gastos totais com pessoal (2)= (1) sem o impacto das medidas identificadas em (iii) e (g)	2 460 016	1 690 549	1 641 875	818 140	49,8%
Designação ( em número)	Previsão	Estimativa	Execução	Var. 2021/2019	
	2021	2020	2019	Valor	%
Nº Total de RH ( OS+Cargos Direção+Trabalhadores)	53	52	36	17	47,2%
Nº Órgãos Sociais (O.S.) (número)	5	4	4	1	25,0%
Nº Cargos Direção sem O.S. (número)	10	10	10	0	0,0%
Nº Trabalhadores sem O.S. e sem Cargos de Direção (número)	38	38	22	16	72,7%
Gastos de Dirigentes/Gastos com Pessoal (b)/((1)-(g))	0,2	0,3	0,4	0	-32,0%

(\*) Incluiu-se Formação

Nota: Não se colocaram no quadro as valorizações remuneratórias executados em 2019, no valor de 33.438€, porque se aplicam inteira e unicamente aos órgãos sociais, na sequência da eliminação progressiva da "cláusula travão" (conforme nº1 do artigo 182º do DL nº33/2018 e 15 de maio). As valorizações remuneratórias aplicadas em 2020 resultam da atualização do índice remuneratório em 0,3% dos vencimentos base (atualização da TRU conforme previsto no Decreto-Lei nº 10-B/2020 de 23 de março). As valorizações remuneratórias previstas para 2021 resultam da aplicação do Regulamento do Estatuto de Pessoal e de Carreiras aos trabalhadores elegíveis e com avaliação de desempenho compatível.

O quadro de recursos humanos reflete globalmente os dois aspetos referidos para o quadro acima (PRC). Analisando os 3 grupos de recursos humanos: Órgãos Sociais, Cargos de Direção e restante pessoal técnico e administrativo. O crescimento (orçamento de 2021 comparado com 2019) do gasto associado aos órgãos sociais deve-se ao efeito do processo de reposição dos vencimentos de acordo com o artigo nº 18 da Lei 114/2017 de 29 de dezembro, que ocorreu no decorrer do ano de 2019.

Assim, o efeito da reposição total dos vencimentos dos órgãos sociais só se manifesta em 2020 (14 vezes), logo o crescimento de 2019 para 2021 ascende a +21,4K€ (+9,7%). A variação de 2020 para 2021 tem a ver com o facto do vogal executivo se ter aposentado no final de 2019 e de não ter sido substituído até à data (estimou-se desta forma até final do ano de 2020). Orçamentou-se a entrada do vogal executivo a partir de janeiro de 2020. A variação de +87,3 (+56,5%) reflete o desvio registado de 2020 para 2021.

O crescimento do gasto associado aos Cargos de Direção (de 2021 comparado com 2019), no montante de 19,7K€ (+3,4%) justifica-se pela entrada de dois dirigentes durante o ano de 2019 cujo efeito total se produziu em 2020. O crescimento verificado de 2020 para 2021 decorre sobretudo daquelas valorizações remuneratórias.

O crescimento dos gastos para o restante quadro do Pessoal (2021 comparado com 2019) de 615,1K€ (+125,9%)<sup>12</sup> justifica-se sobretudo pela entrada dos 16 trabalhadores em 2020 cujo efeito total (14X) se produz em 2021, e pelas valorizações remuneratórias aplicáveis. O crescimento verificado de 2020 para 2021 reflete também a contratação de 16 trabalhadores (8 novembro e 8 em dezembro) e as valorizações remuneratórias aplicáveis.

## Recursos Humanos

### i. Impacto da contratação em 2020-2023

O quadro seguinte sintetiza o gasto global que a ENSE, E.P.E. irá incorrer com a contratação dos novos trabalhadores em 2020 (efeito de 8 trabalhadores em novembro e 8 trabalhadores em dezembro) e os seus efeitos a partir de janeiro de 2021, e para 2022 e 2023.

Nota: a partir de 2021 o efeito das remunerações é total: 14 meses.

---

<sup>12</sup> Importa salientar que os gastos com o pessoal mais que duplicam por dois efeitos: não se contrata qualquer dirigente pelo que o efeito é total nos gastos com os restantes trabalhadores e a remuneração média do pessoal contratado é superior.

<b>GASTOS COM NOVOS TRABALHADORES - PAO 2021</b>						
Unidades Orgânicas	Nº Trabalhadores	Categoria*	2020	2021	2022	2023
			Custo (€)	Custo (€)	Custo (€)	Custo (€)
<b>UCP</b>	0	-	- €	- €	- €	- €
DPP	3	Inspetor Técnico	8 027,34 €	95 867,89 €	95 867,89 €	95 867,89 €
DEER	5	Inspetor Técnico	26 757,80 €	159 779,81 €	159 779,81 €	159 779,81 €
DB	1	Inspetor Técnico	5 351,56 €	31 955,96 €	31 955,96 €	31 955,96 €
DGN	2	Inspetor Técnico	9 071,24 €	76 438,77 €	76 438,77 €	76 438,77 €
<b>TOTAL UCP</b>	<b>11</b>	-	<b>49 207,94 €</b>	<b>364 042,43 €</b>	<b>364 042,43 €</b>	<b>364 042,43 €</b>
<b>UAG</b>	0	-	- €	- €	- €	- €
DFRH	2	Especialista Sénior	7 587,74 €	91 946,02 €	91 946,02 €	91 946,02 €
DSI	1	Especialista Sénior	4 136,93 €	49 489,80 €	49 489,80 €	49 489,80 €
DJC	1	Especialista Sénior	9 406,65 €	56 286,47 €	56 286,47 €	56 286,47 €
<b>TOTAL UAG</b>	<b>4</b>	-	<b>21 131,32 €</b>	<b>197 722,29 €</b>	<b>197 722,29 €</b>	<b>197 722,29 €</b>
<b>URP</b>	0	-	- €	- €	- €	- €
DRE	1	Especialista Júnior	2 415,19 €	28 828,92 €	28 828,92 €	28 828,92 €
<b>TOTAL URP</b>	<b>1</b>	-	<b>2 415,19 €</b>	<b>28 828,92 €</b>	<b>28 828,92 €</b>	<b>28 828,92 €</b>
<b>TOTAL ENSE</b>	<b>16</b>	-	<b>72 754,45 €</b>	<b>590 593,64 €</b>	<b>590 593,64 €</b>	<b>590 593,64 €</b>

\* De acordo com o Regulamento do Estatuto de Pessoal e Carreiras em vigor na ENSE, E.P.E.

- ii. Benefícios da contratação dos 16 novos trabalhadores (estimada ocorrer entre novembro e dezembro de 2020):

A contratação de novos trabalhadores não se traduz num benefício expresso monetariamente, designadamente, num rendimento obtido, porquanto não existe uma prestação de serviços “de fiscalização”.

As funções de fiscalização exercidas pelos trabalhadores da ENSE, são exercidas ao abrigo dos poderes de autoridade do Estado, conferidos pelo artigo 6º-A dos Estatutos da ENSE. Assim, no exercício destas funções, e com o número adequado de trabalhadores às necessidades, prossegue-se fins do Estado que se traduzem na fiscalização e prevenção do cumprimento da legislação reguladora do exercício das atividades económicas do setor energético.

Consequentemente, com a ação fiscalizadora da ENSE, assegura-se o regular funcionamento do mercado e a sua transparência.

A ENSE, E.P.E., através da atividade de fiscalização, presta, assim, serviços de interesse público geral.

- iii. Fonte de Financiamento para a Contratação de Trabalhadores<sup>13</sup>

A fonte de financiamento da contratação de trabalhadores é constituída por receitas próprias, parcialmente obtida através das prestações unitárias (1 trabalhador direto URP) e outra parte obtida

<sup>13</sup> Ex vi: alíneas b), c), d) e i) do ponto 4.1. supra, com o título: «notas prévias/ coordenadas de leitura»

através da receita com Tickets de Biocombustível, produto de contraordenações e prestação de serviço interno (que constitui o rendimento da UCP) e que se destina à contratação de 11 inspetores. A receita própria proveniente das fontes supra identificadas, na quota parte atribuível a cada Unidade, será utilizada para a contratação dos trabalhadores da UAG (4 trabalhadores).

É oportuno explicitar nesta fase o gasto associado às valorizações remuneratórias que serão transversais à ENSE, E.P.E., de acordo com o mapa anterior:

<b>Valorizações Remuneratórias PAO 2021</b>	
<b>Categoria/Carreira<sup>1</sup></b>	<b>Impacto Anual 2021<sup>2</sup></b>
<b>Técnico Administrativo</b>	
Sénior	3 286,39 €
<b>Especialista</b>	
Sénior	14 258,63 €
Especialista	2 909,76 €
Júnior	172,04 €
<b>Inspetor</b>	
Sénior	7 328,40 €
Técnico	9 931,44 €
<b>TOTAL</b>	<b>37 886,66</b>

<sup>1</sup> Tendo por base o Regulamento do Estatuto de Pessoal e Carreiras aprovado pelo Conselho de Administração a 01 de outubro de 2018.

<sup>2</sup> Estes valores não consideram os encargos da Entidade com a TSU.

No seguimento do congelamento de carreiras implementado na administração pública e que afetou esta entidade, o quadro de pessoal não obteve qualquer valorização remuneratória.

Importa, igualmente, referir que apenas foi desenvolvido e implementado um Regulamento do Estatuto de Pessoal e Carreiras em 1 de outubro de 2018.

A necessidade de se proceder a estas valorizações foi oportunamente comunicada às tutelas, tendo em atenção o descongelamento de carreiras já realizado na administração pública na perspetiva de equalizar a situação, e pelo facto de alguns trabalhadores se encontrarem estagnados no mesmo nível remuneratório há mais de 9 anos.

Recorde-se que as valorizações remuneratórias foram aprovadas em sede de PAO 2020 e ainda não foram implementadas, tendo o seu valor global sido revisto em baixa e a aplicar a partir de janeiro de 2021.

iv. Imprescindibilidade da contratação autorizada em 2020

Conforme tem vindo a ser referido a imprescindibilidade da contratação que decorre do facto de terem sido conferidas novas competências e atribuições de fiscalização no setor da energia a esta entidade, o que só será exequível desenvolver com a contratação de pessoal dado a manifesta falta e desadequação de recursos humanos à novas matérias de fiscalização.

v. Possibilidade de recorrer a situação de valorização profissional ou ao abrigo de instrumentos de mobilidade

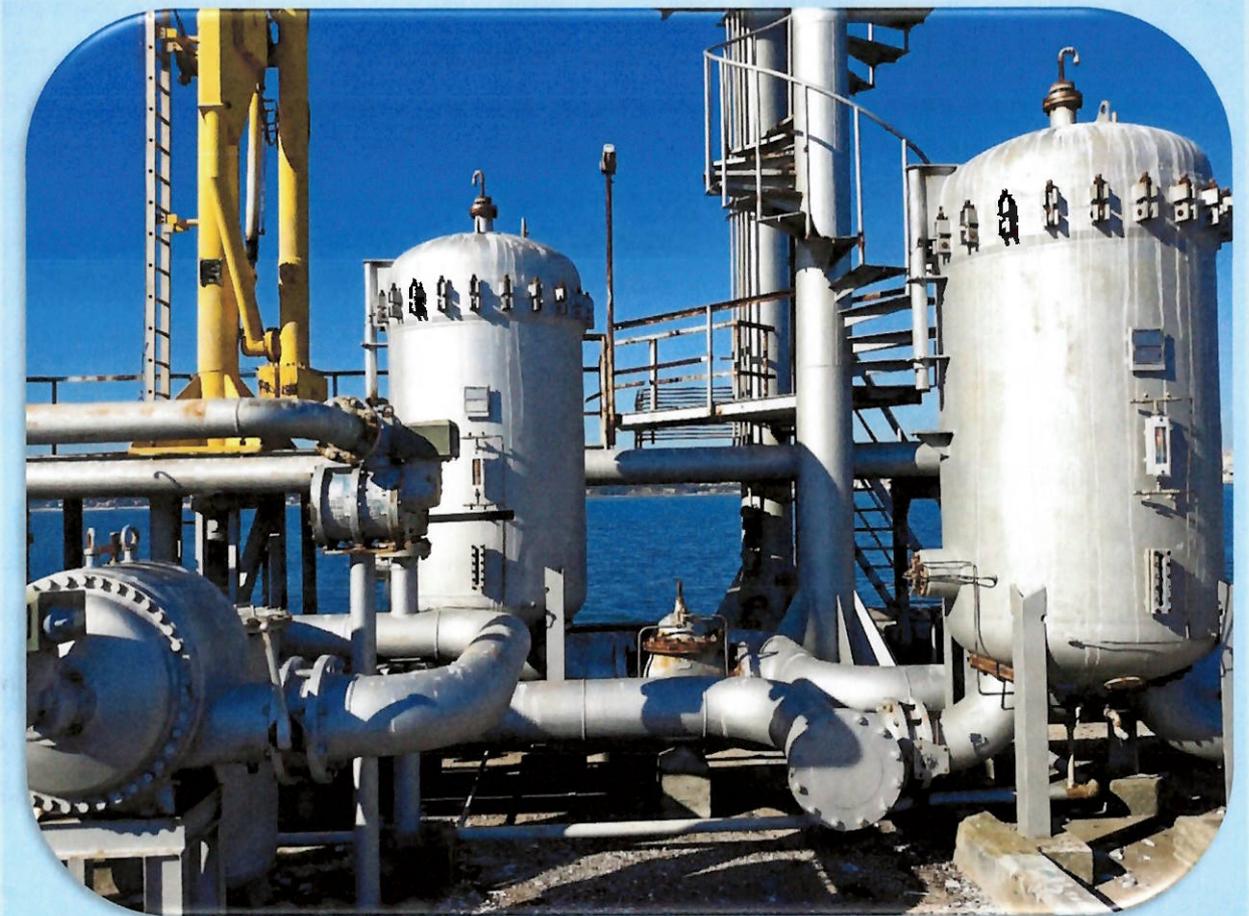
Na sequência do desenvolvimento de procedimentos no sentido de apurar a existência, no âmbito da Administração Pública, de trabalhadores com as competências técnicas necessárias, foram identificados 4 quadros técnicos (3 especialistas e 1 inspetor para a fiscalização), cujo o início de funções na ENSE, EPE está prevista para os meses de novembro e dezembro de 2020, através da celebração de Acordos de Cedência por Interesse Público.

Para os restantes 12 trabalhadores (2 especialistas e 10 inspetores) está previsto o seu recrutamento no mercado de trabalho, igualmente entre os meses de novembro e dezembro de 2020, uma vez que, solicitado ao INA a existência de trabalhadores com os perfis pretendidos, a resposta foi negativa.

vi. Cumprimento Deveres de Informação Previstos na Lei nº57/2011

Tem sido cumprido de forma atempada e integral, os deveres de informação previstos naquela Lei, designadamente o dever de reporte de informação periódica sobre os dados dos recursos humanos da ENSE, E.P.E., no âmbito da Direção Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP) através da plataforma existente para o efeito, o Sistema de Informação da Organização do Estado (SIOE).

## 5. Síntese conclusiva



## 5- SÍNTESE CONCLUSIVA

A análise da sustentabilidade da ENSE, E.P.E. pode e deve ser efetuada em diferentes planos. A sustentabilidade económica continua a verificar-se, apesar das naturais alterações organizativas para adequar a estrutura ao conjunto mais alargado de responsabilidades legais, em consequência da manutenção da filosofia que conduz à implementação de uma estrutura operacional equilibrada, multidisciplinar e com resiliência operacional. O Conselho de Administração da ENSE E.P.E., continua a atribuir uma especial atenção à sustentabilidade e redundância da estrutura organizativa, atendendo à necessidade de, por um lado gerir e otimizar um quadro de Recursos Humanos com potencial de crescimento que garanta o adequado cumprimento das competências alargadas da organização, e por outro manter uma estrutura com carácter minimalista de forma a garantir a contínua competitividade e excelência que diferencie esta entidade no contexto de defesa intransigente da sua missão de serviço público.

Na realidade, uma organização sustentável economicamente deve ter uma estrutura adequada às funções que quer desempenhar, os meios humanos para lhes dar corpo e o conhecimento necessário para esse fim. A sustentabilidade requer que o conhecimento seja da organização, e não apenas de um ou outro dos seus colaboradores. Neste âmbito, é importante a constituição de equipas com recursos humanos que possam desenvolver as suas competências e que acrescentem capacidade de resposta solidária, qualificada e coletiva aos desafios que diariamente são necessários abraçar e ultrapassar com sucesso.

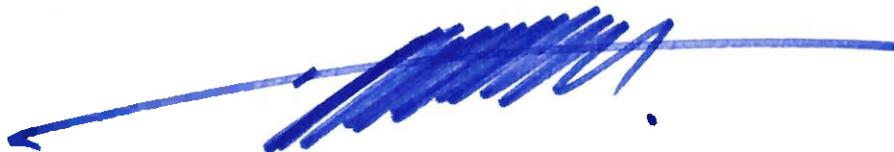
A sustentabilidade envolve, ainda, a necessidade e capacidade de monitorizar as necessidades atuais e futuras da organização, e assegurar o planeamento e investimento coerente e estruturado de ações estratégicas dirigidas a garantir as melhores condições do desenvolvimento, atentas as necessidades sociais, laborais, as obrigações estatutárias da organização e os meios a que pode recorrer, visando continuar a garantir uma interação com valor acrescentado positivo com todos os seus *stakeholders*. Nesta área, a ENSE, E.P.E. irá continuar a promover as melhores práticas através de um interação proativa e diálogo constante com as nossas congéneres Europeias e operadores no mercado nacional, bem reforçando a aposta em novos e melhorados sistemas de informação, alavancando um padrão de informação completa, transparente e criando condições para melhorar a perceção da utilidade diária da existência de um supervisor credível, independente e com força de agir em benefício do interesse público.

A sustentabilidade da ENSE, E.P.E., é razão direta da sua possibilidade de desempenhar cabalmente a sua missão de adquirir, manter e gerir as reservas de segurança a seu cargo. Depende, igualmente, da sua capacidade de ser competitiva nos custos, apresentando-se assim, como um benefício para o setor, o que tem conseguido ser desde o início, e pela forma pró-ativa, disponível e atuante como tem construído uma relação leal e de confiança com todos os seus *stakeholders*.

Em síntese, o diagnóstico da sustentabilidade da ENSE, E.P.E. apresenta conclusões variadas, consoante a perspetiva: no domínio da responsabilidade social esta entidade continua a afirmar-se como uma estrutura proativa nos domínios económico e organizacional, prossegue um plano de investimentos equilibrado mas ambicioso que potencie uma gestão mais eficiente, com uma estrutura de recursos humana ágil e capaz de responder aos desafios, e que assegure o cumprimento adequado de um conjunto alargado de responsabilidades, mantendo a competitividade junto dos operadores económicos de todo o setor energético nacional.

Lisboa, 13 de novembro 2020

O PRESIDENTE DO  
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Filipe Rodrigues Meirinho



**DOC I**

**Despacho do PCA  
que aprova  
o  
PAO 2021**

## Despacho

015/2020

Considerando que o Conselho de Administração da ENSE, EPE, é atualmente constituído apenas por um elemento, dada a aposentação do Vogal Executivo no dia 30 de novembro de 2019;

Considerando que, em 18 de setembro, o Plano de Atividades e Orçamento de 2020 da ENSE, E.P.E. foi aprovado, conforme Despacho nº415/2020-SET, de 31 de julho de 2020, do Senhor Secretário de Estado do Tesouro, e Despacho de concordância do Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Energia, torna-se necessário efetuar a aprovação da 2ª versão do Plano de Atividades e Orçamento desta Entidade Pública Empresarial para 2021.

Nestes termos, determino o seguinte:

**PONTO ÚNICO-** É aprovado o Plano de Atividades e Orçamento 2021, versão 2, nos termos legalmente definidos.

Lisboa, ENSE E.P.E., 13 de novembro de 2020

Filipe Meirinho



Presidente do Conselho de Administração

## ERRATA

**Despacho do Presidente do Conselho de Administração**

**12 de janeiro 2021**

**Assunto: Plano de Atividades e Orçamento 2021 | 2ª Versão - ERRATA**

No passado dia 13 de novembro de 2020 foi aprovado, por Despacho n.º 015/2020 do Presidente do Conselho de Administração, a 2ª Versão do Plano de Atividades e Orçamento desta Entidade Pública Empresarial para o ano de 2021.

No entanto, tendo sido detetada uma imprecisão na lista de pressupostos ao referido Orçamento (pág. 38) existe a necessidade de produzir a presente Errata que será parte integrante do PAO 2021 - 2ª Versão.

Assim, no ponto 4.3. "Orçamento para 2021 (Global)" - Pressupostos Microeconómicos e na rubrica "Crude Galp" constante da página 38 onde se lê:

### Pressupostos Micro-Económicos

Pressuposto	2020	2021
Crude Galp	2,091	2,091

Dever-se-á ler:

### Pressupostos Micro-Económicos

Pressuposto	2020	2021
Crude Galp	1,775	1,757

Presidente do Conselho de Administração da ENSE



Filipe Meirinho



REPÚBLICA  
PORTUGUESA

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO  
ADJUNTO E DA ENERGIA

C/Conhecimento:

Exma. Senhora  
Dra. Maria Amália Freire de Almeida  
Chefe do Gabinete do Senhor Secretário de Estado o  
Tesouro

[gabinete.set@mf.gov.pt](mailto:gabinete.set@mf.gov.pt)



Exmo. Senhor  
Dr. Filipe Meirinho  
Presidente do Conselho de Administração  
da ENSE - Entidade Nacional para o  
Setor Energético, E.P.E.

[geral@ense-epe.pt](mailto:geral@ense-epe.pt)

SUA REFERÊNCIA

SUA COMUNICAÇÃO DE

NOSSA REFERÊNCIA

DATA

Ofício n. 7670/2021  
Proc. 120.01.07.03.

Assunto: Informação nº 67/2021/SEAEne - Plano de Atividades e Orçamento para 2021 -  
Entidade Nacional para o Setor Energético, E.P.E. -(ENSE, E.P.E.)

Encarrega-me o Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Energia de remeter a V. Exa. a Informação nº  
67/2021/SEAEne, de 01-09-2021, relativa ao assunto mencionado em epígrafe, para os devidos efeitos.

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe do Gabinete

Eugénia Correia

Anexos: Doc. Cit.  
CG/PC



REPÚBLICA  
PORTUGUESA

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO  
ADJUNTO E DA ENERGIA

# INFORMAÇÃO

**ASSUNTO:** Plano de Atividades e Orçamento 2021 da Entidade  
Nacional para o Setor Energético, E.P.E. (ENSE, E.P.E.)

**DATA:** 01-09-2021  
**INFORMAÇÃO N.º:** 67/2021/SEAEne  
**PROC. N.º:** 120.01.07.03.

## Parecer

## Despacho

Aprovo o Plano de Atividades e Orçamento da ENSE.

Remeta-se à ENSE e dê-se conhecimento ao Senhor Secretário de Estado do Tesouro.

*João Galamba*  
2/9/2021

**João Galamba**

Secretário de Estado Adjunto e da Energia

## I. Enquadramento e análise

O Gabinete do Senhor Secretário de Estado do Tesouro remeteu, por ofício de 28 de julho de 2021, cópia do Relatório de Análise n.º 15/2021, de 1 de fevereiro, da Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM), relativo ao Plano de Atividades e Orçamento 2021 (doravante referenciado como PAO 2021) da empresa Entidade Nacional para o Setor Energético, E.P.E. (ENSE, E.P.E.), elaborado na sequência da versão inserida pela empresa no Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira (SiRIEF) a 16 de novembro de 2020 e conforme errata ao PAO 2021 remetida, pela mesma forma, a 18 de janeiro de 2021.

O relatório apresentado pela UTAM mereceu despacho de aprovação do Senhor Secretário de Estado do Tesouro (Despacho n.º 671/2021-SET, de 28 de julho), concluindo que o referido Plano de Atividades está em condições de merecer aprovação dos Senhores Secretários de Estado do Tesouro e Adjunto e da Energia.

Através do referido despacho, o Senhor Secretário de Estado do Tesouro autorizou, desde que a ENSE, E.P.E. assegure o respeito pelo limite da despesa inscrita no OE2021 e garanta a receita necessária para financiar a sua atividade:

- O aumento dos gastos com deslocações, estadas e ajudas de custo e com a frota automóvel no montante de € 120.000,00 (cento e vinte mil euros) face ao valor registado em 2019;
- O aumento dos gastos com a contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria no montante de € 181.000,00 (cento e oitenta e um mil euros) face ao valor registado em 2019;

A proposta de PAO 2021 concretiza as orientações estratégicas e específicas atribuídas à ENSE, E.P.E. pelos seus Estatutos, aprovados através do Decreto-Lei n.º 339-D/2001, de 28 de dezembro, na sua redação atual, nomeadamente ao nível da gestão e manutenção das reservas estratégicas e fiscalização do setor energético.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, na sua redação atual, as propostas de plano de atividades e orçamento devem ser acompanhadas do relatório da UTAM, carecendo de aprovação conjunta dos membros do Governo responsáveis pela área das finanças e pelo setor de atividade.

Assim, face ao supra e ao Despacho do Senhor Secretário de Estado do Tesouro, considera-se que o PAO 2021 da ENSE, E.P.E. está em condições de ser aprovado pelo Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Energia.

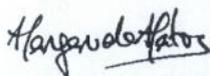
## II. Proposta de atuação

Em face do exposto, e em caso de concordância do Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Energia, propõe-se a aprovação do Plano de Atividades e Orçamento 2021 da Entidade Nacional para o Setor Energético, E.P.E., remetendo-se à ENSE, E.P.E. a presente informação, acompanhada de cópia do ofício n.º 2048/2021 do Gabinete do Senhor Secretário de Estado do Tesouro e do Relatório de Análise n.º 15/2021 da UTAM, para os devidos efeitos.

Propõe-se, ainda, que a presente informação seja remetida ao Senhor Secretário de Estado do Tesouro, para conhecimento.

À consideração superior,

A Técnica Especialista



MARGARIDA MATOS



Exma. Senhora  
Chefe do Gabinete de Sua Excelência o  
Secretário de Estado Adjunto e da Energia  
Dra. Eugénia Correia  
Rua do Século, n.º 51 3.º  
1200-433 Lisboa

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA	DATA
		N.º: 2048/2021 ENT.: 244 de 02-02-2021 PROC. N.º: 27.16/2021	28-07-2021

**ASSUNTO:** Plano de Atividades e Orçamento para 2021-2023 (SIRIEF, versão de 2021-01-18) da ENSE - Entidade Nacional para o Setor Energético, E.P.E.

Encarrega-me Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro de remeter à consideração de Sua Excelência o Secretário de Estado Adjunto e da Energia, cópia do Relatório de Análise N.º 15/2021, de 01 de fevereiro, da UTAM - Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial, e o Despacho N.º 671/2021 - SET, de 27 de julho, que recaiu sobre os mesmos.

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe do Gabinete,

Maria Amália Almeida

B3



## DESPACHO N.º 671 / 2021 - SET

Aprovo o Relatório de Análise n.º 15/2021 da Unidade Técnica de Monitorização do Setor Público Empresarial relativo ao Plano de Atividades e Orçamento para 2021 - 2023 da empresa ENSE - Entidade Nacional para o Setor Energético, EPE acolhendo, na generalidade, a análise efetuada e as propostas formuladas, pelo que, com os fundamentos e justificações aí mencionados, muito em particular no que se refere às características específicas do modelo de negócio da empresa, concordo com o entendimento expresso pela UTAM no sentido de não ser aplicável as normas referentes à evolução do rácio gastos operacionais sobre volume de negócios, e autorizo:

1. O aumento no montante de 120 mil euros dos gastos com deslocações, estadas e ajudas de custo e com a frota automóvel face ao valor registado em 2019;
2. O aumento no montante de 181 mil euros nos gastos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria face ao valor registado em 2019;

pelo que considero que a proposta de PAO para 2021 apresentada pela ENSE, EPE poderá merecer aprovação, desde que a empresa assegure o respeito pelo limite da despesa inscrita no OE2021 e garanta a receita necessária para financiar a sua atividade.

À consideração do Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Energia.

Conhecimento à UTAM e à DGTF.

Lisboa, 27 de julho de 2021

**O Secretário de Estado do Tesouro**

**Miguel Cruz**



DE: Cláudio Couto Cabral

DATA: 27-07-2021

ASSUNTO: Plano de Atividade e Orçamento 2021 da ENSE -  
Entidade Nacional para o Setor Energético, E.P.E.

INFORMAÇÃO N.º: 67/2021

PROC. N.º: 22.46/2021

## Despacho

Despacho n.º 671/2021-SET  
de  
28 de julho

- Atento ao facto da ENSE - Entidade Nacional para o Setor Energético, E.P.E. integrar o perímetro de consolidação das Administrações Públicas, torna-se necessário verificar que o PAO 2021 apresentado pela empresa é compatível com os dados inscritos no Orçamento do Estado para o ano de 2021 (OE2021);
- Da consulta aos elementos do PAO 2021 da ENSE é possível concluir que a despesa total se encontra em consonância com o montante inscrito no OE 2021;

unid.: €

	PAO 2021	OE2021	Conformidade	Observações
<b>Despesa total</b>	<b>32 098 700</b>	<b>32 770 523</b>	✓	Em conformidade com o OE2021
Gastos com o pessoal	2 497 900	2 193 637	✗	Valor superior ao inscrito no OE2021
FSE	22 840 000	23 080 708	✓	Em conformidade com o OE2021
Investimentos	1 394 800	651 930	✗	Valor superior ao inscrito no OE2021

- Saliencia-se que os valores inscritos no PAO 2021 para as despesas com o pessoal e os gastos com investimento são superiores aos montantes constantes no OE2021;



- A empresa, no âmbito da gestão flexível, poderá fazer uma alocação diversa dos seus gastos, desde que assegure o respeito pelo limite da despesa inscrita no OE2021 e garanta a receita necessária para financiar a sua atividade.

Exma. Senhora

Dr.ª Maria Amália Almeida

M. I. Chefe do Gabinete de Sua Excelência

O Secretário de Estado do Tesouro

Neste edifício

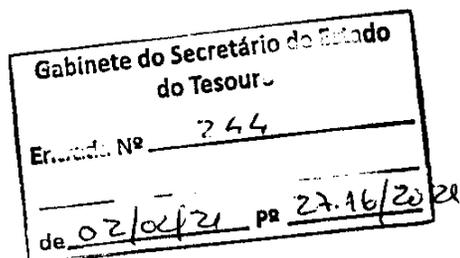
SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA	DATA
		N.º18/UTAM/2021	2021-02-01

**ASSUNTO:** Plano de Atividades e Orçamento para 2021-2023 (SIRIEF, versão de 2021-01-18) da ENSE - Entidade Nacional para o Setor Energético, E.P.E.

Senhora Chefe do Gabinete,

Junto envio o **RELATÓRIO DE ANÁLISE 15/2021** da Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial, respeitante ao Plano de Atividades e Orçamento 2021-23 da ENSE - Entidade Nacional para o Setor Energético, E.P.E.

Com os meus melhores cumprimentos, *penais,*



Maria Amália Almeida  
Chefe do Gabinete de S. Exa. o  
Secretário de Estado do Tesouro

O Diretor da UTAM

Fernando Pacheco

*Visto. Concordo.  
Submete-se o presente Relatório de  
Análise à consideração de Sua  
Excelência o Secretário de Estado do  
Tesouro.*

Fernando  
Manuel dos  
Santos Vigário  
Pacheco

Digitally signed by  
Fernando Manuel dos  
Santos Vigário Pacheco  
Date: 2021.02.02  
16:03:25 Z

*Despacho 671/2021-SET*

*de*

*27 de julho*

## **RELATÓRIO DE ANÁLISE 15/2021** de 01 de fevereiro

**ASSUNTO:** Plano de Atividades e Orçamento para 2021-2023 (PAO2021-23) da  
ENSE - Entidade Nacional para o Setor Energético, E.P.E. (2021-01-18)

### **ÍNDICE**

<b>1. SÍNTESE.....</b>	<b>2</b>
<b>2. ANTECEDENTES.....</b>	<b>5</b>
<b>3. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA .....</b>	<b>5</b>
<b>4. PLANO DE INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTO.....</b>	<b>12</b>
<b>5. CONCLUSÃO.....</b>	<b>14</b>

## 1. SÍNTESE

### A. Instrução da proposta de Plano de Atividades e Orçamento

ELEMENTOS DE INSTRUÇÃO	CONCLUSÃO UTAM
<p><b>Proposta de PAO:</b> é composta pelo Plano de Atividades e Orçamento, anual e plurianual, e pelo Plano de Investimentos.</p> <p><b>Parecer do ROC:</b> considera que a informação financeira previsional foi preparada e apresentada com base em pressupostos apropriados e fiáveis e de forma consistente com as políticas e princípios contabilísticos geralmente adotados pela empresa.</p> <p><b>Parecer do Conselho Fiscal:</b> não foi apresentado.</p>	<p>A proposta de PAO não está adequadamente instruída, estando em falta o parecer do Conselho fiscal. Atendendo à proposta incluir o parecer do ROC, enquanto um dos órgãos de fiscalização conforme art.º 14.º dos estatutos da ENSE, Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro poderá dispensar a apresentação do parecer do Conselho fiscal</p>

### B. Autorizações Necessárias

Autorizações Necessárias	Fundamentação	Normativo	Análise	Recomendação UTAM
Aumento em 120 mil euros (135%) dos gastos com deslocações, estadas e ajudas de custo e com a frota automóvel em 2021 face a 2019.	Advirá essencialmente do acréscimo na atividade de fiscalização a desenvolver em todo o país.	Alínea b) do PRC do ponto 3.1 das IEIPG2021	Atentas as novas atribuições da empresa, o aumento tem-se por fundamentado.	Concessão de autorização
Aumento em 181 mil euros (40%) nos gastos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria em 2021 face aos executados em 2019	Decorrerá da intervenção no Polnato, dos trabalhos de manutenção e dos investimentos a realizar para salvaguarda do produto armazenado, do desenvolvimento de ferramentas informáticas de apoio à gestão da fiscalização e da integração de ferramentas transversais.	Alínea b) do PRC do ponto 3.1 das IEIPG2021	Atentas as novas atribuições da empresa, o aumento tem-se por fundamentado.	Concessão de autorização

### C. Orientações Financeiras para o Triénio 2021-2023

TAXAS	NORMATIVO	ANÁLISE
Taxa de variação do Volume de negócios (6,1%) superior à de crescimento do PIB/Consumo majorada <sup>1</sup>	Alínea i) do ponto 2 das IEIPG2021 <sup>2</sup>	A Unidade de Reservas Petrolíferas (URP) concentra 92% do volume de negócios, que estatutariamente cobre apenas o montante dos gastos totais líquidos (Cf. N.º 93 do art.º 23.º dos estatutos da ENSE), pelo que esta disposição das IEIPG não tem aplicação. Sobre esse assunto, o SROC refere no seu parecer que “somos de opinião que as explicações detalhadas no PAO para 2021 são pertinentes”. A justificação afigura-se coerente.

<sup>1</sup> Soma da taxa de crescimento real do PIB (ou do consumo privado, consoante for mais indicado) do ano de 2019 para 2021 ou face ao ano anterior nos restantes anos, com a inflação esperada acrescida de 1 ponto percentual.

<sup>2</sup> Despacho N.º 395/2021-SET, de 27 de julho: “Instruções para a Elaboração dos Planos de Atividades e Orçamentos para 2021, anual e plurianual, das empresas públicas não financeiras do SEE [Setor Empresarial do Estado]”.

TAXAS	NORMATIVO	ANÁLISE
Variação dos Gastos operacionais, das Despesas de pessoal e dos FSE face à taxa de crescimento do Volume de negócios	Alíneas ii), iii) e iv) do ponto 2 das IEIPG2021	As taxas de variação de 2019 para 2021 dos Gastos operacionais (18,6%), das Despesas de pessoal (s/ órgãos sociais e absentismo) (52,1%) e dos FSE (15,8%) são superiores à do Volume de negócios (6,1%), não sendo observadas as IEIPG2021. No entanto, foram atribuídas à ENSE novas competências implicando mais encargos, designadamente ao nível dos FSE e dos Gastos com pessoal. A justificação afigura-se coerente.
EBIT, líquido de provisões, imparidades e correções de justo valor	Alínea v) do ponto 2 das IEIPG2021	O resultado operacional degrada-se em 376 mil euros de 2019 para 2021, prevendo-se para 2022 em relação a 2021 uma diminuição de 13 mil euros e para 2023 face a 2022 um aumento de 18 mil, o que perfaz uma redução no triénio de 371 mil euros. Atenta a justificação quanto à evolução dos Gastos operacionais, a diminuição do EBIT é coerente com a proposta.

#### D. Evolução Económica e Financeira

	Volume de negócios	Gastos operacionais	CMVMC	FSE	Pessoal	EBITDA	EBIT	Resultado líquido	Endivid.*	Invest.*
Valores 2019	26 116	21 335	0	19 693	1 642	45 332	44 917	44 862	359 713	1 062
Valores 2021	27 718	25 310	0	22 812	2 498	722	92	55	359 750	1 389
Valores 2022	28 908	26 289	0	23 777	2 511	874	79	42	359 788	1 349
Valores 2023	29 503	26 743	0	24 211	2 532	1 011	97	60	359 825	1 576
Δ 2021-2019	+6,1%	+19%		+16%	+52%	-98%	-100%	-100%	+0,0%	+31%
Δ 2022-2021 (%)	+4,3%	+3,9%		+4,2%	+0,5%	+21%	-14%	-24%	+0,0%	-2,9%
Δ 2023-2022	+2,1%	+1,7%		+1,8%	+0,8%	+16%	+23%	+43%	+0,0%	+17%
Taxa média anual										
Δ 2023-2019 (%)	+4,1%	+7,8%		+7,1%	+16%	-72%	-87%	-89%	+0,0%	+14%

\* O Endividamento e o Investimento na linha do ano 2019 são referentes a 2020

Fonte: Proposta de PAO para 2021-23

Indicador	Observações
<b>Resultados</b>	A empresa prevê que de 2019 para 2021 os resultados diminuam <sup>3</sup> : i) EBITDA: 44 610 mil euros (98%); ii) EBIT: 44 824 mil euros (100%); iii) Resultado líquido: 44 806 mil euros (100%). Os resultados previstos para 2023 são superiores aos previstos para 2021.
<b>Endividamento</b>	A empresa prevê um aumento de 37 mil euros (0,01%) do financiamento remunerado em 2021 face a 2020. O capital em 2021 (250 mil euros) não sofre alteração face a 2020 e, nos termos do disposto no ponto 3.3 das IEIPG2021, a ENSE não tem previsto realizar qualquer investimento com expressão material.

#### E. Plano de Investimentos

O plano de investimentos da ENSE para 2021-2023 ascende a 4 314 mil euros, dos quais se prevê que 1 389 mil euros (cerca de 32%) sejam realizados em 2021. No quadro abaixo apresenta-se um resumo do plano de investimentos da empresa, o qual está repartido em três grupos: (a) investimentos URP – Polnato, (b) investimentos UAG e, (c) investimentos em

<sup>3</sup> Deverá ter-se em conta a reversão de imparidades em 2019 no montante de 44 448 mil euros.

UCP, evidenciando-se dentro de cada um dos grupos os projetos mais relevantes e que comportam montantes mais significativos.

Plano Plurianual de Investimento 2021-2023

	Unidade : milhares de euros					Δ 2021/2020		Peso 2020
	2020	2021	2022	2023	Triénio	Valor	%	
<b>Unidade de Reserva Petrolífera (URP)</b>	<b>540</b>	<b>880</b>	<b>1 050</b>	<b>1 317</b>	<b>3 247</b>	<b>340</b>	<b>63%</b>	<b>63%</b>
Reabilitação de edifício na zona II e III ( Projeto investimento plurianual I)	20	80	0	0				
Beneficiação da rede de vedação externa ( Projeto investimento plurianual II)	100	450	0	0				
Anel de combate a incêndio na zona II e III	0	0	500	867				
Reabilitação e inetização dos oleodutos/remover o produto das linhas do Portinho da Costa ( Projeto investimento plurianual IV)	150	100	300	250				
<b>Unidade Administração Geral (UAG)</b>	<b>346</b>	<b>342</b>	<b>200</b>	<b>115</b>	<b>657</b>	<b>-4</b>	<b>-1%</b>	<b>25%</b>
Evolução Balção Único ENSE	50	50	50	50				
Desenvolvimento no âmbito do sistema ERP SINGAP	25	30	30	30				
Aquisição de material informático ATEX para fiscalização	0	22	10	0				
Criação do Balção Único Electrónico dos combustíveis	0	70	70	0				
<b>Unidade de Controlo e Prevenção (UCP)</b>	<b>176</b>	<b>167</b>	<b>99</b>	<b>144</b>	<b>410</b>	<b>-9</b>	<b>-5%</b>	<b>12%</b>
Equipamento Metrológico - Equipamento de GPL	3	13	3	3				
Equipamento Metrológico - Equipamento de Medição de líquidos	4	4	4	4				
Equipamento de fiscalização - equipamento de segurança ATEX (câmara de deteção de gases GPL	50	50	10	10				
Equipamento de fiscalização- Equipamento autónomo de inspeção de linhas de tensão	25	25	25	10				
Equipamento Metrológico - Medição de campos magnéticos	6	6	3	3				
Mobiliário	5	5	5	5				
<b>TOTAL</b>	<b>1 062</b>	<b>1 389</b>	<b>1 349</b>	<b>1 576</b>	<b>4 314</b>	<b>327</b>	<b>31%</b>	<b>100%</b>

Fonte : Proposta de PAO para 2021

Constata-se que o Plano de Investimento para o triénio compreende um maior investimento na URP, nomeadamente através do investimento nas instalações da PolNato, assente no programa de investimentos estratégicos conforme Despacho conjunto n.º 4650/2016, de 23 de março, do senhor Secretário de Estado Adjunto do Tesouro e das Finanças e do Senhor Secretário de Estado da Defesa Nacional. Tal programa tem sido revisto à medida que é efetuado o levantamento exaustivo da situação das instalações e das necessidades de intervenção e investimento.

De destacar que todos os projetos são financiados por fundos próprios. A empresa refere que o plano de investimentos visa a melhoria da capacidade operacional e do equipamento das equipas de fiscalização para intervenção em instalações do setor elétrico e de gás natural (mantendo a melhoria dos equipamentos na área dos combustíveis e biocombustíveis). Justifica-se, ainda, face à necessidade de adaptação e incremento das plataformas tecnológicas de toda a empresa que permitam a inclusão das novas áreas, para facilidade do processo de relação desmaterializada com todos os operadores de mercado que tem vindo a ser implementada. Para além disso, no âmbito do contrato de concessão por 25 anos da gestão das instalações do DPNL (propriedade do Ministério da Defesa Nacional), a ENSE tem obrigação de assegurar a manutenção e de concretizar um plano de investimento plurianual que é vital para o reforço da segurança e condições de operacionalização desta infraestrutura nevrálgica para o sistema de reserva nacional de produtos petrolíferos.

## F. Conclusão

A aprovação da proposta de “*Plano de Atividades e Orçamento para 2021*” da ENSE requer, nos termos das disposições legais em vigor sobre a matéria, a autorização de Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro para:

- O aumento de 120 mil euros (135%) dos gastos com deslocações, estadas e ajudas de custo e com a frota automóvel em 2021 face a 2019; e
- O aumento de 181 mil euros (40%) dos gastos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria em 2021 face a 2019.

Note-se o entendimento da UTAM no sentido da não aplicação à empresa da disposição sobre a evolução do rácio dos Gastos Operacionais sobre o Volume de Negócios, já sustentado nos anos anteriores, devido à Unidade de Reservas Petrolíferas (URP) ser responsável por 92% da atividade da empresa e estar estatutariamente obrigada a um resultado aproximadamente nulo e a níveis mínimos de reservas, pelo que parte substancial dos gastos e dos rendimentos da sua atividade é determinada por fatores que são alheios à empresa.

**A UTAM conclui que, neste caso e querendo, a proposta de “Plano de Atividades e Orçamento para 2021” apresentada pela ENSE - Entidade Nacional para o Setor Energético, E.P.E. reunirá as condições para merecer aprovação de Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro.**

## 2. ANTECEDENTES

Em 18 de setembro de 2020 a Entidade Nacional para o Setor Energético E.P.E. (ENSE) inseriu no Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira (SiRIEF) a sua proposta de “*Plano de Atividades e Orçamento (PAO) e Plano de Investimentos/financiamentos Plurianuais*” referente ao triénio 2021-2023.

No dia 16 de novembro de 2020, a ENSE inseriu no SiRIEF uma nova versão de “*Plano de Atividades e Orçamento (PAO) e Plano de Investimentos/financiamentos Plurianuais*” sob a epígrafe “PAO 2021-2023 - Versão 2 (Revisto)”. No dia 25 de novembro de 2020, a ENSE inseriu na plataforma o “Parecer do ROC ao Plano de Atividades e Orçamento/Plano de Investimentos e Financiamento” para o horizonte temporal de 2021. Em 18 de janeiro, a ENSE submeteu através da plataforma um documento sob a epígrafe “outros” com uma “Errata ao PAO 2021 - Versão 2”. Dessarte, de acordo com as respetivas atribuições, a UTAM procedeu à análise da proposta de PAO2021-23 que verteu no presente relatório.

## 3. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

Para efeitos da análise da proposta de PAO2021-23 da ENSE foram tomadas em consideração as Instruções sobre a Elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão (IEIPG) de 2021 para Empresas Públicas Reclassificadas (EPR).

### 3.1. SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

No plano económico e financeiro, as tabelas seguintes ilustram a evolução da atividade da empresa nos anos mais recentes. As mesmas servem também para retratar as previsões feitas pela empresa no âmbito da elaboração da proposta de PAO em análise.

A ENSE patenteia uma situação económico-financeira caracterizada pela estimativa para 2020-12-31 de uma autonomia financeira de 16% e de capitais próprios de 70 914 mil euros:

	Unidade: milhares de euros					2021/2019	
	2019	2020	2021	2022	2023	Valor	%
<b>ATIVO (A)</b>	<b>430 954</b>	<b>436 051</b>	<b>438 514</b>	441 059	443 669	<b>7 560</b>	<b>1,8%</b>
<b>PASSIVO (P)</b>	<b>365 077</b>	<b>365 137</b>	<b>365 192</b>	365 233	365 268	<b>114</b>	<b>0,03%</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO (CP)</b>	<b>65 876</b>	<b>70 914</b>	<b>73 322</b>	75 826	78 401	<b>7 446</b>	<b>11,3%</b>
<b>VOLUME DE NEGÓCIOS (VN)</b>	<b>26 116</b>	<b>28 288</b>	<b>27 718</b>	28 908	29 503	<b>1 601</b>	<b>6,1%</b>
<b>EBITDA</b>	<b>45 332</b>	<b>2 897</b>	<b>722</b>	874	1 011	<b>-44 610</b>	<b>-98,4%</b>
<b>EBIT</b>	<b>44 917</b>	<b>2 485</b>	<b>92</b>	79	97	<b>-44 824</b>	<b>-99,8%</b>
<b>RESULTADO LÍQUIDO (RL)</b>	<b>44 862</b>	<b>2 447</b>	<b>55</b>	42	60	<b>-44 806</b>	<b>-99,9%</b>
<b>CP/A</b>	<b>15,3%</b>	<b>16%</b>	<b>17%</b>	17%	18%	<b>1,43 p.p.</b>	
<b>P/A</b>	<b>84,7%</b>	<b>83,7%</b>	<b>83,3%</b>	82,8%	82,3%	<b>-1,43 p.p.</b>	

Fonte: Proposta de PAO 2021

#### 3.1.1 Demonstração de Resultados

De acordo com as previsões da empresa, as Demonstrações de Resultados Previsionais apresentam-se como segue:

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	Unidade: milhares de euros					Δ (2021-2019)	
	2019 Execução	2020 Estimativa	2021 Previsão	2022 Previsão	2023 Previsão	Valor	%
Vendas e serviços prestados	26 116	28 288	27 718	28 908	29 503	1 601	+6%
(-) Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	0	0	0	0	0	0	
(-) Fornecimentos e serviços externos	19 693	21 168	22 812	23 777	24 211	3 119	+16%
(-) Gastos com o pessoal	1 642	1 693	2 498	2 511	2 532	856	+52%
<b>(-) Gastos operacionais</b>	<b>21 335</b>	<b>22 861</b>	<b>25 310</b>	<b>26 289</b>	<b>26 743</b>	<b>3 975</b>	<b>+19%</b>
(-) Imparidades	-44 448	800	0	0	0	44 448	+100%
(-) Provisões	0	0	0	0	0	0	
Aumentos/reduções de justo valor	0	0	0	0	0	0	
Outros rendimentos e ganhos	884	883	690	740	790	-194	-22%
(-) Outros gastos e perdas	4 781	2 613	2 376	2 485	2 539	-2 405	-50%
<b>EBITDA</b>	<b>45 332</b>	<b>2 897</b>	<b>722</b>	<b>874</b>	<b>1 011</b>	<b>-44 610</b>	<b>-98%</b>
(-) Gastos/reversões de depreciação e de amortização	415	413	629	794	913	214	+52%
(-) Imparidade de ativos depreciables/amortizáveis	0	0	0	0	0	0	
<b>Resultado operacional (EBIT)</b>	<b>44 917</b>	<b>2 485</b>	<b>92</b>	<b>79</b>	<b>97</b>	<b>-44 824</b>	<b>-100%</b>
(-) Juros e gastos/rendimentos similares	37	37	37	37	37	0	0%
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>44 879</b>	<b>2 447</b>	<b>55</b>	<b>42</b>	<b>60</b>	<b>-44 824</b>	<b>-100%</b>
(-) Imposto sobre o rendimento do período	18	0	0	0	0	-18	-100%
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>44 862</b>	<b>2 447</b>	<b>55</b>	<b>42</b>	<b>60</b>	<b>-44 806</b>	<b>-100%</b>

(-) Assinala as rubricas que, quando tomam valores positivos, se referem a gastos

Fonte: Proposta de PAO para 2021-23

#### Volume de Negócios

Para 2021 a empresa prevê um crescimento do seu Volume de Negócios (VN) no montante de 1 601 mil euros (6,1%) face a 2019 (26 116 mil euros), considerando como VN os valores das rubricas Vendas e Prestação de serviços<sup>4</sup>. O incremento do VN previsto para 2021

<sup>4</sup> A empresa refere que os valores estimados para 2019 "correspondem à projeção com base nos valores do 3.º trimestre de 2019".

acomodar, via aumento da prestação unitária, o incremento dos gastos da entidade. Resultará num resultado positivo, mas quase nulo, conforme estabelece o n.º 3 do artigo 23.º dos estatutos da ENSE.

### **Gastos Operacionais**

Para 2021, os Gastos Operacionais (GO) apresentam um crescimento de 3 975 mil euros (18,6%) face ao valor registado em 2019 (21 335 mil euros), explicado pelo aumento dos Gastos com pessoal em 856 mil euros (52,1%) e dos FSE em 3 119 mil euros (15,8%).

### **FSE**

O acréscimo dos FSE de 2019 para 2021, 3 119 mil euros (15,8%), decorre de aumentos parcelares com:

- armazenagem de reservas, aquisição de *tickets* e tratamento do gasóleo do Polnato, em 1 755,7 mil euros; e
- serviços especializados, em 1 363,1 mil euros.

### **Gastos com o pessoal (Alínea a) do PRC do Ponto 3.1 das IEIPG2021**

O aumento dos Gastos com pessoal já tem em consideração a contratação de 16 novos colaboradores: 11 a alocar à atividade de fiscalização, um à URP e quatro à Unidade de Administração Geral (UAG). As contratações foram autorizadas na aprovação do PAO2020, através do Despacho n.º 415/2020-SET, de 31 de julho, do Senhor Secretário de Estado do Tesouro, e do Despacho de concordância do Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Energia, de 22 de setembro. O aumento dos Gastos com pessoal em 856 mil euros (52%) previsto para 2021 comparativamente com 2019 traduz, portanto, o efeito em ano completo destas novas contratações e das valorizações remuneratórias.

*Unidade: milhares de euros*

Pessoal	2019	2020	2021	Δ (2021-2019)	
	Execução	Estimativa	Previsão	Valor	%
N.º de membros dos órgãos sociais	4	4	5	1	+25%
N.º de cargos de direção	10	10	10	0	0%
N.º dos restantes trabalhadores	22	38	38	16	+73%
<b>N.º total de trabalhadores</b>	<b>36</b>	<b>52</b>	<b>53</b>	<b>17</b>	<b>+47%</b>
Gastos com órgãos sociais	220	154	242	22	+10%
Gastos com cargos de direção	579	525	599	20	+3%
Remunerações do pessoal	489	669	1 104	435	+126%
Outros encargos	354	346	553	199	+56%
<b>Gastos totais com pessoal</b>	<b>1 642</b>	<b>1 693</b>	<b>2 498</b>	<b>856</b>	<b>+52%</b>

Fonte: Proposta de PAO para 2021-23

### **Outros gastos**

A evolução do conjunto dos encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, bem como os associados à frota automóvel, e do conjunto dos encargos com a contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria, previstos para 2021 face a 2019, consta na tabela seguinte:

Unidade: milhares de euros

Outros gastos operacionais	2019	2020	2021	Δ (2021-19)	
	Execução	Estimativa	Previsão	Valor	%
Deslocações e alojamento	23	9	44	21	91%
Ajudas de custo	18	9	33	15	83%
Frota automóvel	48	48	132	84	175%
<b>Encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, e os associados à frota automóvel</b>	<b>89</b>	<b>66</b>	<b>209</b>	<b>120</b>	<b>135%</b>
<b>Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria</b>	<b>456</b>	<b>446</b>	<b>637</b>	<b>181</b>	<b>40%</b>

Fonte: Proposta de PAO para 2021-23

Verifica-se:

- um aumento de 120 mil euros (135%) dos gastos com deslocações, estadas e ajudas de custo e com a frota automóvel em 2021 face ao executado em 2019, explicado essencialmente pelo acréscimo na atividade de fiscalização; e
- um aumento de 181 mil euros (40%) nos gastos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria em 2021 face ao executado em 2019, decorrente da intervenção no Polnato, dos trabalhos de manutenção e dos investimentos a realizar para salvaguarda da qualidade e quantidade de produto armazenado em condições de segurança e do desenvolvimento de ferramentas informáticas de apoio à gestão da fiscalização e da integração de ferramentas transversais.

### **Eficiência Operacional**

De acordo com os estatutos da empresa, a URP é uma unidade da ENSE, dotada de autonomia técnica e administrativa e com regime de separação contabilística, que prossegue em exclusivo atribuições em matéria de aquisição, manutenção, gestão e mobilização de reservas de petróleo bruto e de produtos de petróleo, a título de reservas estratégicas, assegurando as funções de entidade central de armazenagem nacional. A gestão da URP tem como único objetivo a recuperação dos custos em que incorre com a constituição, gestão e manutenção das reservas de produtos de petróleo a seu cargo.

Ora, a unidade representa cerca de 92% do orçamento da empresa e o seu modelo de financiamento assenta na recuperação dos seus custos através de uma prestação mensal faturada aos operadores de mercado, tendo subjacente os serviços prestados, e sendo o seu resultado líquido tendencialmente nulo. Mais, estando o País obrigado a manter 90 dias de consumo de combustíveis em reserva, as aquisições e as vendas de produtos petrolíferos não são determinadas por oportunidades de mercado (não constituem negócio), mas sim pela necessidade de repor *stocks*, independentemente do custo e, conseqüentemente, dos gastos operacionais incorridos. Assim, é entendimento desta Unidade Técnica que a evolução do rácio dos GO sobre o VN não traduz a evolução da eficiência operacional da empresa pois que parcelas substanciais dos gastos e dos rendimentos da sua atividade são determinadas por fatores alheios à empresa.

### **Evolução financeira**

O cenário de evolução da situação financeira de 2019 para 2021 é apresentado na tabela seguinte, verificando-se o incumprimento do disposto nas alíneas ii), iii), iv) e v) do ponto 2

das IEIPG2021:

- A taxa de variação dos Gastos operacionais de 2019 para 2021 (18,6%) é superior à do VN (6,1%);
- A taxa de variação da despesa de pessoal (sem órgãos sociais e absentismo) de 2019 para 2021 (52,1%) é superior à do VN (6,1%);
- A taxa de variação dos FSE de 2019 para 2021 (15,8%) é superior à do VN (6,1%);
- O resultado operacional (EBIT), líquido de provisões, imparidades e correções de justo valor, diminui em 376 mil euros face ao realizado em 2019 (80%);
- O endividamento líquido de investimentos em 2021 diminui em 475 mil euros (0,13%) face ao realizado em 2019.

Cenário de evolução da situação financeira	2021 vs. 19	Variação média anual no triénio
<b>TAXAS</b>		
Taxa de crescimento real do PIB, com a inflação esperada acrescida de 1 p.p.*	-0,7%	+3,6%
i) Volume de negócios	+6,1%	+4,1%
ii) Gastos operacionais	+18,6%	+7,8%
iii) Despesa de pessoal (s/ órgãos sociais e absentismo)	+52,1%	+15,5%
iv) FSE	+15,8%	+7,1%
<b>VARIAÇÕES (milhares de euros)</b>		
v) EBIT, líquido de provisões, imparidades e correções de justo valor	-376	-124
vi) Endividamento líquido de Investimento (2021 vs. 20)	-475	-196

\* Calculada nos termos do disposto na alínea i) do ponto 2 das IEIPG2021

Fontes : IEIPG2021 e proposta de PAO para 2021

No entanto, importa realçar as novas competências atribuídas à ENSE, relacionadas com a fiscalização das reservas nacionais de gás natural, envolvendo mais recursos, com efeito designadamente ao nível dos FSE e dos Gastos com pessoal.

No que tange ao incumprimento da alínea iii) do ponto 2 das IEIPG2021, a proposta em análise não contempla a informação sobre os efeitos do absentismo. Independentemente disso, os Gastos com o pessoal estão influenciados pela contratação de 16 novos colaboradores, autorizada no âmbito da aprovação do PAO2020.

### **Resultados**

**A empresa prevê uma diminuição do EBITDA** de 2019 para 2021 de 44 610 mil euros (98%), comparação que deverá ter em conta a reversão de imparidades em 2019 no montante de 44 448 mil euros. O EBITDA deverá crescer 152 mil euros (21%) de 2021 para 2022, atingindo 874 mil euros em 2022, voltando a crescer 137 mil euros (16%) de 2022 para 2023.

**A empresa prevê um decréscimo do Resultado Operacional (EBIT)** de 44 824 mil euros (100%) de 2019 (44 917 mil euros) para 2021 (92 mil euros). O EBIT deverá decrescer 13 mil euros (14%) de 2021 para 2022, atingindo 79 mil euros em 2022 e 97 mil euros em 2023, representando um aumento de 23% (18 mil euros) face a 2022.

A empresa prevê uma diminuição do Resultado Líquido de 2019 para 2021 de cerca de 44 804 mil euros (100%). O Resultado líquido deverá decrescer 13 mil euros (24%) de 2021 para 2022, atingindo 42 mil euros em 2022, crescendo 43% (18 mil euros) em 2023 (60 mil euros) face a 2022.

### 3.1.2 Balanço

O Balanço apresenta a evolução constante do quadro seguinte:

BALANÇO	2019	2020	2021	2022	2023	Δ (2021-2020)	
	Execução	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
<b>Ativo</b>	<b>430 954</b>	<b>436 051</b>	<b>438 514</b>	<b>441 059</b>	<b>443 669</b>	<b>2 463</b>	<b>+1%</b>
<b>Ativo não corrente</b>	<b>11 698</b>	<b>2 007</b>	<b>2 772</b>	<b>3 333</b>	<b>4 001</b>	<b>765</b>	<b>+38%</b>
Ativos fixos tangíveis	988	1 517	2 205	2 846	3 645	688	+45%
Ativos intangíveis	225	475	546	460	323	71	+15%
Investimentos financeiros	10 485	15	21	27	33	6	+38%
<b>Ativo corrente</b>	<b>419 256</b>	<b>434 044</b>	<b>435 741</b>	<b>437 727</b>	<b>439 668</b>	<b>1 697</b>	<b>+0%</b>
Inventários	368 021	368 021	368 021	368 021	368 021	0	0%
Clientes	156	1 853	1 813	1 782	1 755	-40	-2%
Estado e outros entes públicos	208	190	0	0	0	-190	-100%
Outras contas a receber	2 187	2 372	2 370	2 370	2 383	-1	-0%
Diferimentos	90	85	94	98	87	9	+10%
Ativos financeiros detidos para negociação	45 502	58 000	60 000	62 200	64 400	2 000	+3%
Caixa e depósitos bancários	3 093	3 524	3 444	3 256	3 022	-80	2%
<b>Capital próprio</b>	<b>65 877</b>	<b>70 914</b>	<b>73 322</b>	<b>75 826</b>	<b>78 401</b>	<b>2 408</b>	<b>+3%</b>
Capital estatutário	250	250	250	250	250	0	0%
Outras variações no capital próprio	46 309	48 899	51 252	53 714	56 229	2 353	+5%
Resultados transitados	-25 543	19 318	21 765	21 820	21 862	2 447	+13%
Resultado líquido do período	44 862	2 447	55	42	60	-2 392	-98%
<b>Passivo</b>	<b>365 077</b>	<b>365 137</b>	<b>365 192</b>	<b>365 233</b>	<b>365 268</b>	<b>55</b>	<b>+0%</b>
<b>Passivo não corrente</b>	<b>359 627</b>	<b>359 713</b>	<b>359 750</b>	<b>359 788</b>	<b>359 825</b>	<b>37</b>	<b>+0%</b>
Financiamentos obtidos	359 627	359 713	359 750	359 788	359 825	37	+0%
Estado e outros entes públicos	0	0	0	0	0	0	0%
<b>Passivo corrente</b>	<b>5 451</b>	<b>5 424</b>	<b>5 441</b>	<b>5 445</b>	<b>5 443</b>	<b>17</b>	<b>+0%</b>
Fornecedores	66	76	85	81	72	10	+13%
Estado e outros entes públicos	1 017	1 032	1 029	1 034	1 037	-3	-0%
Financiamentos obtidos	49	0	0	0	0	0	0%
Outras contas a pagar	4 319	4 317	4 327	4 331	4 334	11	+0%

Fonte: Proposta de PAO para 2021-23

De 2019 (430 954 mil euros) para 2021 (438 514 mil euros) a empresa prevê que o valor do ativo aumente em cerca de 2 463 mil euros (1%), atingindo 441 059 mil euros em 2022 e 443 669 mil euros em 2023, representando um acréscimo de 1% face a 2022. Realce-se, entretanto, que o valor previsto para 2023 é superior ao valor registado em 2019 (430 954 mil euros) em 3%. Concorrerão para o mencionado aumento o incremento do ativo não corrente em 38% (765 mil euros) e do ativo corrente em 0,4% (1 697 mil euros).

Conforme alude a empresa na página 43 da proposta do PAO2021-23, a previsão do aumento dos ativos intangíveis em 71 mil euros (15%) e tangíveis em 688 mil euros (45%) “deve-se aos investimentos realizados de acordo com o plano de investimentos”.

Por outro lado, a ENSE acrescenta na página 44 que “os investimentos financeiros referidos têm apenas a ver com o gasto realizado com fundos de compensação obrigatórios desde 2015 para novos contratos individuais de trabalho (CITs), o valor cresce todos os anos de acordo com o desconto para esse fundo e conforme executado em 2019 e estimado para

2020. A partir do final de 2020 acresce ainda a parte das novas contratações (13) sob esta modalidade (CITs).

Prevê-se um aumento do passivo de 2019 (365 077 mil euros) para 2021 (365 192 mil euros) em 114 mil euros (0,03%), atingindo 365 233 mil euros em 2022 e 365 268 mil euros em 2023, patenteando um ligeiro acréscimo de 0,01% face a 2022. Note-se, entretanto, que o valor previsto para 2023 é tenuemente superior ao valor registado em 2019 (365 077 mil euros) em 0,05%. O aumento do passivo decorre do aumento do passivo não corrente em 37 mil euros (0,01%) e do passivo corrente em 17 mil euros (0,32%). A ENSE refere na página 45 da proposta de PAO em análise que *“o empréstimo obrigacionista apresenta um saldo regular no final de 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023”* e que a *“variação registada no saldo da rubrica Estado em 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023 acompanha o acréscimo de rendimentos e da contabilização do IVA Liquidado”*.

Com relação ao Capital Próprio, a empresa prevê um aumento de 7 445 mil euros (11%) em 2021 (73 322 mil euros) face a 2019 (65 877 mil euros), atingindo 75 826 mil euros em 2022 e 78 401 mil euros em 2023, representando um acréscimo de 3% face a 2022. Note-se, ainda, que o valor previsto para 2023 é superior ao montante registado em 2019 (65 877 mil euros) em 19%. O aumento de 11% em 2021 face a 2019 é explicada pela previsão de aumentos nos resultados transitados em 185% (47 309 mil euros), em outras variações no capital próprio em 11% (4 943 mil euros) adveniente da *“especialização anual do montante para o fundo estatutário e que acumula anualmente neste contra, conforme explicitado”*.

### 3.1.3 Demonstração de Fluxos de Caixa

A empresa prevê para 2021 (3 357 mil euros) face ao realizado em 2019 (5 473 mil euros) uma diminuição dos **fluxos de caixa das atividades operacionais** de cerca de 2 116 mil euros (39%), que se mantêm positivos ao longo do triénio. Todavia, a ENSE prevê um aumento desse montante em 2022 (3 409 mil euros) face a 2021 (3 357 mil euros) de 53 mil euros (2%), aumentando o seu valor em 5% em 2023 (3 590 mil euros) face ao 2022 (3 409 mil euros). Note-se, ainda, que o valor previsto para 2023 é inferior ao montante executado em 2019 (5 473 mil euros) em 34%.

Por outro lado, a ENSE prevê para 2021 (-1 395 mil euros) face ao realizado em 2019 (-282 mil euros) uma diminuição dos **fluxos de caixa das atividades de investimento**, de cerca de 1 113 mil euros (395%). Todavia, a empresa prevê um aumento desse montante de 2021 (-1 395 mil euros) para 2022 (-1 355 mil euros) em 40 mil euros (3%), diminuindo em 17% (227 mil euros) de 2023 (-1 582 mil euros) face a 2022 (-1 355 mil euros). Realça-se, ainda, que o valor previsto para 2023 é inferior ao executado em 2019 (-282 mil euros) em 462%.

A empresa prevê para 2021 (63 443 mil euros), um acréscimo de 14 849 mil euros (31%) face a 2019 (48 594 mil euros) na rubrica **“Caixa e seus equivalentes no fim do período”**, passando para o montante de 65 456 mil euros em 2022 e 67 421 mil euros em 2023, um

aumento de 3% face a 2022. Note-se, ainda, que o valor previsto para 2023 é superior ao montante executado em 2019 (48 594 mil euros) em 39%.

Unidade: milhares de euros

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	2019	2020	2021	2022	2023	Δ (2021-2019)	
	Execução	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>	<b>5 473</b>	<b>3 446</b>	<b>3 357</b>	<b>3 409</b>	<b>3 590</b>	<b>-2 116</b>	<b>-39%</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>	<b>-282</b>	<b>9 525</b>	<b>-1 395</b>	<b>-1 355</b>	<b>-1 582</b>	<b>-1 113</b>	<b>-395%</b>
(-) Pagamentos respeitantes a investimento	795	1 090	1 395	1 355	1 582	600	+75%
Recebimentos provenientes de investimento	514	10 615	0	0	0	-514	-100%
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>	<b>-42</b>	<b>-42</b>	<b>-42</b>	<b>-42</b>	<b>-43</b>	<b>0</b>	<b>-0%</b>
Recebimentos provenientes de financiamento	0	0	0	0	0	0	
(-) Pagamentos respeitantes a financiamento	42	42	42	42	43	0	+0%
<b>Variação de caixa e seus equivalentes</b>	<b>5 149</b>	<b>12 929</b>	<b>1 920</b>	<b>2 012</b>	<b>1 966</b>	<b>-3 229</b>	<b>-63%</b>
Efeito das diferenças de câmbio	2	0	0	0	0	-2	-100%
Caixa e seus equivalentes no início do período	43 443	48 594	61 523	63 443	65 456	18 080	+42%
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	<b>48 594</b>	<b>61 523</b>	<b>63 443</b>	<b>65 456</b>	<b>67 421</b>	<b>14 849</b>	<b>+31%</b>

(-) Assinala as rubricas que, quando tomam valores positivos, se referem a gastos

Fonte: Proposta de PAO para 2021-23

#### 4. PLANO DE INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTO

O plano de investimentos da ENSE para 2021-2023 ascende a 4 314 mil euros, dos quais se prevê que 1 389 mil euros (cerca de 32%) sejam realizados em 2021. No quadro abaixo apresenta-se um resumo do plano de investimentos da empresa, o qual está repartido em três grupos: (a) investimentos URP – Polnato, (b) investimentos UAG e, (c) investimentos em UCP, evidenciando-se dentro de cada um dos grupos os projetos mais relevantes e que comportam montantes mais significativos.

Plano Plurianual de Investimento 2021-2023

Unidade : milhares de euros

	2020	2021	2022	2023	Triénio	Δ 2021/2020		Peso 2020
						Valor	%	
<b>Unidade de Reserva Petrolífera (URP)</b>	<b>540</b>	<b>880</b>	<b>1 050</b>	<b>1 317</b>	<b>3 247</b>	<b>340</b>	<b>63%</b>	<b>63%</b>
Reabilitação de edifício na zona II e III ( Projeto investimento plurianual I)	20	80	0	0				
Beneficiação da rede de vedação externa ( Projeto investimento plurianual II)	100	450	0	0				
Anel de combate a incêndio na zona II e III	0	0	500	867				
Reabilitação e inetização dos oleodutos/remover o produto das linhas do Portinho da Costa ( Projeto investimento plurianual IV)	150	100	300	250				
<b>Unidade Administração Geral (UAG)</b>	<b>346</b>	<b>342</b>	<b>200</b>	<b>115</b>	<b>657</b>	<b>-4</b>	<b>-1%</b>	<b>25%</b>
Evolução Balção Único ENSE	50	50	50	50				
Desenvolvimento no âmbito do sistema ERP SINGAP	25	30	30	30				
Aquisição de material informático ATEX para fiscalização	0	22	10	0				
Criação do Balção Único Electrónico dos combustíveis	0	70	70	0				
<b>Unidade de Controlo e Prevenção (UCP)</b>	<b>176</b>	<b>167</b>	<b>99</b>	<b>144</b>	<b>410</b>	<b>-9</b>	<b>-5%</b>	<b>12%</b>
Equipamento Metrológico - Equipamento de GPL	3	13	3	3				
Equipamento Metrológico - Equipamento de Medição de líquidos	4	4	4	4				
Equipamento de fiscalização - equipamento de segurança ATEX (câmara de deteção de gases GPL	50	50	10	10				
Equipamento de fiscalização- Equipamento autónomo de inspeção de linhas de tensão	25	25	25	10				
Equipamento Metrológico -Medição de campos magnéticos	6	6	3	3				
Mobiliário	5	5	5	5				
<b>TOTAL</b>	<b>1 062</b>	<b>1 389</b>	<b>1 349</b>	<b>1 576</b>	<b>4 314</b>	<b>327</b>	<b>31%</b>	<b>100%</b>

Fonte : Proposta de PAO para 2021

O plano de investimentos para o triénio compreende um maior investimento na URP, nomeadamente através do investimento nas instalações da Polnato, assente no programa de investimentos estratégicos conforme Despacho conjunto n.º 4650/2016, de 23 de março, do senhor Secretário de Estado Adjunto do Tesouro e das Finanças e do Senhor Secretário

de Estado da Defesa Nacional. Tal programa tem sido revisto à medida que é efetuado o levantamento da situação das instalações e das necessidades de intervenção.

Destaca-se que o plano de investimento para o triénio prevê um aumento face a 2020, de 327 mil euros em 2021 (31%) e de 287 mil euros em 2022 (27%), sendo de destacar que todos os projetos são financiados por meios próprios.

A empresa refere que o plano de investimentos visa a melhoria da capacidade operacional e de equipamentos das equipas de fiscalização, que têm de dispor de todos os meios necessários à intervenção em instalações do setor elétrico e de gás natural (mantendo a melhoria dos equipamentos na área dos combustíveis e biocombustíveis). Justifica-se, ainda, na necessidade de adaptação e incremento das plataformas tecnológicas de toda a empresa que permitam a inclusão das novas áreas, para facilidade de todo o processo de relação desmaterializada com todos os operadores de mercado que tem vindo a ser implementada.

Para além disso, no âmbito do contrato de concessão por 25 anos da gestão das instalações do DPNL (propriedade do Ministério da Defesa Nacional), a ENSE tem obrigação de assegurar despesas de manutenção e de concretizar um plano de investimento plurianual que é vital para o reforço da segurança e condições de operacionalização desta infraestrutura nevrálgica para o sistema de reserva nacional de produtos petrolíferos. Importa referir que, no âmbito deste contrato de concessão da gestão do DPNL, uma parte substancial das despesas de investimento é deduzida à renda a pagar ao Ministério da Defesa Nacional, não sendo por isso um acréscimo de custos, sendo antes um investimento, que de outra maneira era apenas um custo corrente sob a forma de renda (sem os benefícios inerentes às melhorias operacionais que advém dos investimentos efetuados).

O capital em 2021 (250 mil euros) não sofre alteração face a 2019. Nos termos do disposto no ponto 3.3 das IEIPG2021, a ENSE não tem previsto realizar qualquer novo investimento com expressão material. Decorrente da aplicação da fórmula patenteada no referido ponto, de 2019 para 2021 o endividamento da empresa aumenta em 0,01%.

<b>VARIAÇÃO DO ENDIVIDAMENTO</b>	
<i>Unidade: milhares de euros</i>	
$\frac{(FR_t - FR_{t-1}) + (Capital_t - Capital_{t-1}) - \text{NovosInvestimentos}_t}{FR_{t-1} + Capital_{t-1}}$	
(Financiamento Remunerado) $FR_t$ =	359 750
$FR_{t-1}$ =	359 713
(Capital Social ou Capital Estatutário realizado) $Capital_t$ =	250
$Capital_{t-1}$ =	250
(Novos Invest. com Expressão Material) $\text{NovosInvestimentos}_t$ =	0
<b><math>\Delta</math> Endividamento = 0,01%</b>	

Entretanto, a empresa refere na página 56 da proposta de PAO2021-23 que “o empréstimo obrigacionista não contempla amortizações periódicas e terá que ser integralmente liquidado no final do contrato - bullet (2028), ou renegociado nos seus pressupostos”.

## 5. CONCLUSÃO

A aprovação da proposta de “*Plano de Atividades e Orçamento para 2021*” da ENSE requer, nos termos das disposições legais em vigor sobre a matéria, a autorização de Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro para:

- O aumento de 120 mil euros (135%) dos gastos com deslocações, estadas e ajudas de custo e com a frota automóvel em 2021 face a 2019; e
- O aumento de 181 mil euros (40%) dos gastos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria em 2021 face a 2019.

Note-se o entendimento da UTAM no sentido da não aplicação à empresa da disposição sobre a evolução do rácio dos GO sobre VN, já sustentado nos anos anteriores, devido à URP ser responsável por 92% da atividade da empresa e estar estatutariamente obrigada a um resultado aproximadamente nulo e a níveis mínimos de reservas, pelo que parte substancial dos gastos e dos rendimentos da sua atividade é determinada por fatores que são alheios à empresa.

**A UTAM conclui que, neste caso e querendo, a proposta de “Plano de Atividades e Orçamento para 2021” apresentada pela ENSE - Entidade Nacional para o Setor Energético, E.P.E. reunirá as condições para merecer aprovação de Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro.**

*Sátiro Sanchez*  
Consultor



REPÚBLICA  
PORTUGUESA

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO  
ADJUNTO E DA ENERGIA

C/Conhecimento:

Exma. Senhora  
Dra. Maria Amália Freire de Almeida  
Chefe do Gabinete do Senhor Secretário de Estado o  
Tesouro

[gabinete.set@mf.gov.pt](mailto:gabinete.set@mf.gov.pt)



Exmo. Senhor  
Dr. Filipe Meirinho  
Presidente do Conselho de Administração  
da ENSE - Entidade Nacional para o  
Setor Energético, E.P.E.

[geral@ense-epe.pt](mailto:geral@ense-epe.pt)

SUA REFERÊNCIA

SUA COMUNICAÇÃO DE

NOSSA REFERÊNCIA

DATA

Ofício n. 7670/2021  
Proc. 120.01.07.03.

Assunto: Informação nº 67/2021/SEAEne - Plano de Atividades e Orçamento para 2021 -  
Entidade Nacional para o Setor Energético, E.P.E. -(ENSE, E.P.E.)

Encarrega-me o Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Energia de remeter a V. Exa. a Informação nº  
67/2021/SEAEne, de 01-09-2021, relativa ao assunto mencionado em epígrafe, para os devidos efeitos.

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe do Gabinete

Eugénia Correia

Anexos: Doc. Cit.  
CG/PC



REPÚBLICA  
PORTUGUESA

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO  
ADJUNTO E DA ENERGIA

# INFORMAÇÃO

**ASSUNTO:** Plano de Atividades e Orçamento 2021 da Entidade  
Nacional para o Setor Energético, E.P.E. (ENSE, E.P.E.)

**DATA:** 01-09-2021  
**INFORMAÇÃO N.º:** 67/2021/SEAEne  
**PROC. N.º:** 120.01.07.03.

## Parecer

## Despacho

Aprovo o Plano de Atividades e Orçamento da ENSE.

Remeta-se à ENSE e dê-se conhecimento ao Senhor Secretário de Estado do Tesouro.

*João Galamba*  
2/9/2021

**João Galamba**

Secretário de Estado Adjunto e da Energia

## I. Enquadramento e análise

O Gabinete do Senhor Secretário de Estado do Tesouro remeteu, por ofício de 28 de julho de 2021, cópia do Relatório de Análise n.º 15/2021, de 1 de fevereiro, da Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM), relativo ao Plano de Atividades e Orçamento 2021 (doravante referenciado como PAO 2021) da empresa Entidade Nacional para o Setor Energético, E.P.E. (ENSE, E.P.E.), elaborado na sequência da versão inserida pela empresa no Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira (SiRIEF) a 16 de novembro de 2020 e conforme errata ao PAO 2021 remetida, pela mesma forma, a 18 de janeiro de 2021.

O relatório apresentado pela UTAM mereceu despacho de aprovação do Senhor Secretário de Estado do Tesouro (Despacho n.º 671/2021-SET, de 28 de julho), concluindo que o referido Plano de Atividades está em condições de merecer aprovação dos Senhores Secretários de Estado do Tesouro e Adjunto e da Energia.

Através do referido despacho, o Senhor Secretário de Estado do Tesouro autorizou, desde que a ENSE, E.P.E. assegure o respeito pelo limite da despesa inscrita no OE2021 e garanta a receita necessária para financiar a sua atividade:

- O aumento dos gastos com deslocações, estadas e ajudas de custo e com a frota automóvel no montante de € 120.000,00 (cento e vinte mil euros) face ao valor registado em 2019;
- O aumento dos gastos com a contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria no montante de € 181.000,00 (cento e oitenta e um mil euros) face ao valor registado em 2019;

A proposta de PAO 2021 concretiza as orientações estratégicas e específicas atribuídas à ENSE, E.P.E. pelos seus Estatutos, aprovados através do Decreto-Lei n.º 339-D/2001, de 28 de dezembro, na sua redação atual, nomeadamente ao nível da gestão e manutenção das reservas estratégicas e fiscalização do setor energético.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, na sua redação atual, as propostas de plano de atividades e orçamento devem ser acompanhadas do relatório da UTAM, carecendo de aprovação conjunta dos membros do Governo responsáveis pela área das finanças e pelo setor de atividade.

Assim, face ao supra e ao Despacho do Senhor Secretário de Estado do Tesouro, considera-se que o PAO 2021 da ENSE, E.P.E. está em condições de ser aprovado pelo Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Energia.

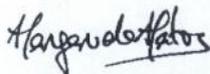
## II. Proposta de atuação

Em face do exposto, e em caso de concordância do Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Energia, propõe-se a aprovação do Plano de Atividades e Orçamento 2021 da Entidade Nacional para o Setor Energético, E.P.E., remetendo-se à ENSE, E.P.E. a presente informação, acompanhada de cópia do ofício n.º 2048/2021 do Gabinete do Senhor Secretário de Estado do Tesouro e do Relatório de Análise n.º 15/2021 da UTAM, para os devidos efeitos.

Propõe-se, ainda, que a presente informação seja remetida ao Senhor Secretário de Estado do Tesouro, para conhecimento.

À consideração superior,

A Técnica Especialista



MARGARIDA MATOS



Exma. Senhora  
Chefe do Gabinete de Sua Excelência o  
Secretário de Estado Adjunto e da Energia  
Dra. Eugénia Correia  
Rua do Século, n.º 51 3.º  
1200-433 Lisboa

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA	DATA
		N.º: 2048/2021 ENT.: 244 de 02-02-2021 PROC. N.º: 27.16/2021	28-07-2021

**ASSUNTO:** Plano de Atividades e Orçamento para 2021-2023 (SIRIEF, versão de 2021-01-18) da ENSE - Entidade Nacional para o Setor Energético, E.P.E.

Encarrega-me Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro de remeter à consideração de Sua Excelência o Secretário de Estado Adjunto e da Energia, cópia do Relatório de Análise N.º 15/2021, de 01 de fevereiro, da UTAM - Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial, e o Despacho N.º 671/2021 - SET, de 27 de julho, que recaiu sobre os mesmos.

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe do Gabinete,

Maria Amália Almeida

B3



## DESPACHO N.º 671 / 2021 - SET

Aprovo o Relatório de Análise n.º 15/2021 da Unidade Técnica de Monitorização do Setor Público Empresarial relativo ao Plano de Atividades e Orçamento para 2021 - 2023 da empresa ENSE - Entidade Nacional para o Setor Energético, EPE acolhendo, na generalidade, a análise efetuada e as propostas formuladas, pelo que, com os fundamentos e justificações aí mencionados, muito em particular no que se refere às características específicas do modelo de negócio da empresa, concordo com o entendimento expresso pela UTAM no sentido de não ser aplicável as normas referentes à evolução do rácio gastos operacionais sobre volume de negócios, e autorizo:

1. O aumento no montante de 120 mil euros dos gastos com deslocações, estadas e ajudas de custo e com a frota automóvel face ao valor registado em 2019;
2. O aumento no montante de 181 mil euros nos gastos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria face ao valor registado em 2019;

pelo que considero que a proposta de PAO para 2021 apresentada pela ENSE, EPE poderá merecer aprovação, desde que a empresa assegure o respeito pelo limite da despesa inscrita no OE2021 e garanta a receita necessária para financiar a sua atividade.

À consideração do Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Energia.

Conhecimento à UTAM e à DGTF.

Lisboa, 27 de julho de 2021

**O Secretário de Estado do Tesouro**

**Miguel Cruz**



DE: Cláudio Couto Cabral

DATA: 27-07-2021

ASSUNTO: Plano de Atividade e Orçamento 2021 da ENSE -  
Entidade Nacional para o Setor Energético, E.P.E.

INFORMAÇÃO N.º: 67/2021

PROC. N.º: 22.46/2021

## Despacho

Despacho n.º 671/2021-SET  
de  
28 de julho

- Atento ao facto da ENSE - Entidade Nacional para o Setor Energético, E.P.E. integrar o perímetro de consolidação das Administrações Públicas, torna-se necessário verificar que o PAO 2021 apresentado pela empresa é compatível com os dados inscritos no Orçamento do Estado para o ano de 2021 (OE2021);
- Da consulta aos elementos do PAO 2021 da ENSE é possível concluir que a despesa total se encontra em consonância com o montante inscrito no OE 2021;

unid.: €

	PAO 2021	OE2021	Conformidade	Observações
<b>Despesa total</b>	<b>32 098 700</b>	<b>32 770 523</b>	✓	Em conformidade com o OE2021
Gastos com o pessoal	2 497 900	2 193 637	✗	Valor superior ao inscrito no OE2021
FSE	22 840 000	23 080 708	✓	Em conformidade com o OE2021
Investimentos	1 394 800	651 930	✗	Valor superior ao inscrito no OE2021

- Saliencia-se que os valores inscritos no PAO 2021 para as despesas com o pessoal e os gastos com investimento são superiores aos montantes constantes no OE2021;



- A empresa, no âmbito da gestão flexível, poderá fazer uma alocação diversa dos seus gastos, desde que assegure o respeito pelo limite da despesa inscrita no OE2021 e garanta a receita necessária para financiar a sua atividade.

Exma. Senhora

Dr.ª Maria Amália Almeida

M. I. Chefe do Gabinete de Sua Excelência

O Secretário de Estado do Tesouro

Neste edifício

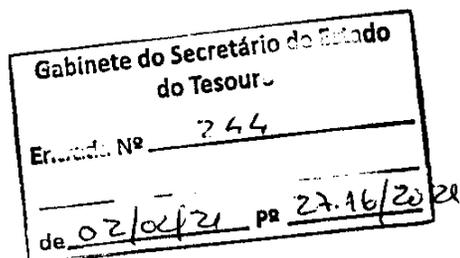
SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA	DATA
		N.º18/UTAM/2021	2021-02-01

**ASSUNTO:** Plano de Atividades e Orçamento para 2021-2023 (SIRIEF, versão de 2021-01-18) da ENSE - Entidade Nacional para o Setor Energético, E.P.E.

Senhora Chefe do Gabinete,

Junto envio o **RELATÓRIO DE ANÁLISE 15/2021** da Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial, respeitante ao Plano de Atividades e Orçamento 2021-23 da ENSE - Entidade Nacional para o Setor Energético, E.P.E.

Com os meus melhores cumprimentos, *penais,*



Maria Amália Almeida  
Chefe do Gabinete de S. Exa. o  
Secretário de Estado do Tesouro

O Diretor da UTAM

Fernando Pacheco

Visto. Concordo.  
Submete-se o presente Relatório de  
Análise à consideração de Sua  
Excelência o Secretário de Estado do  
Tesouro.

Fernando  
Manuel dos  
Santos Vigário  
Pacheco

Digitally signed by  
Fernando Manuel dos  
Santos Vigário Pacheco  
Date: 2021.02.02  
16:03:25 Z

Despacho 671/2021-SET

de

27 de julho

## RELATÓRIO DE ANÁLISE 15/2021 de 01 de fevereiro

**ASSUNTO:** Plano de Atividades e Orçamento para 2021-2023 (PAO2021-23) da  
ENSE - Entidade Nacional para o Setor Energético, E.P.E. (2021-01-18)

### ÍNDICE

1. SÍNTESE.....	2
2. ANTECEDENTES.....	5
3. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA .....	5
4. PLANO DE INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTO.....	12
5. CONCLUSÃO.....	14

## 1. SÍNTESE

### A. Instrução da proposta de Plano de Atividades e Orçamento

ELEMENTOS DE INSTRUÇÃO	CONCLUSÃO UTAM
<p><b>Proposta de PAO:</b> é composta pelo Plano de Atividades e Orçamento, anual e plurianual, e pelo Plano de Investimentos.</p> <p><b>Parecer do ROC:</b> considera que a informação financeira previsional foi preparada e apresentada com base em pressupostos apropriados e fiáveis e de forma consistente com as políticas e princípios contabilísticos geralmente adotados pela empresa.</p> <p><b>Parecer do Conselho Fiscal:</b> não foi apresentado.</p>	<p>A proposta de PAO não está adequadamente instruída, estando em falta o parecer do Conselho fiscal. Atendendo à proposta incluir o parecer do ROC, enquanto um dos órgãos de fiscalização conforme art.º 14.º dos estatutos da ENSE, Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro poderá dispensar a apresentação do parecer do Conselho fiscal</p>

### B. Autorizações Necessárias

Autorizações Necessárias	Fundamentação	Normativo	Análise	Recomendação UTAM
Aumento em 120 mil euros (135%) dos gastos com deslocações, estadas e ajudas de custo e com a frota automóvel em 2021 face a 2019.	Advirá essencialmente do acréscimo na atividade de fiscalização a desenvolver em todo o país.	Alínea b) do PRC do ponto 3.1 das IEIPG2021	Atentas as novas atribuições da empresa, o aumento tem-se por fundamentado.	Concessão de autorização
Aumento em 181 mil euros (40%) nos gastos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria em 2021 face aos executados em 2019	Decorrerá da intervenção no Polnato, dos trabalhos de manutenção e dos investimentos a realizar para salvaguarda do produto armazenado, do desenvolvimento de ferramentas informáticas de apoio à gestão da fiscalização e da integração de ferramentas transversais.	Alínea b) do PRC do ponto 3.1 das IEIPG2021	Atentas as novas atribuições da empresa, o aumento tem-se por fundamentado.	Concessão de autorização

### C. Orientações Financeiras para o Triénio 2021-2023

TAXAS	NORMATIVO	ANÁLISE
Taxa de variação do Volume de negócios (6,1%) superior à de crescimento do PIB/Consumo majorada <sup>1</sup>	Alínea i) do ponto 2 das IEIPG2021 <sup>2</sup>	A Unidade de Reservas Petrolíferas (URP) concentra 92% do volume de negócios, que estatutariamente cobre apenas o montante dos gastos totais líquidos (Cf. N.º 93 do art.º 23.º dos estatutos da ENSE), pelo que esta disposição das IEIPG não tem aplicação. Sobre esse assunto, o SROC refere no seu parecer que “somos de opinião que as explicações detalhadas no PAO para 2021 são pertinentes”. A justificação afigura-se coerente.

<sup>1</sup> Soma da taxa de crescimento real do PIB (ou do consumo privado, consoante for mais indicado) do ano de 2019 para 2021 ou face ao ano anterior nos restantes anos, com a inflação esperada acrescida de 1 ponto percentual.

<sup>2</sup> Despacho N.º 395/2021-SET, de 27 de julho: “Instruções para a Elaboração dos Planos de Atividades e Orçamentos para 2021, anual e plurianual, das empresas públicas não financeiras do SEE [Setor Empresarial do Estado]”.

TAXAS	NORMATIVO	ANÁLISE
Variação dos Gastos operacionais, das Despesas de pessoal e dos FSE face à taxa de crescimento do Volume de negócios	Alíneas ii), iii) e iv) do ponto 2 das IEIPG2021	As taxas de variação de 2019 para 2021 dos Gastos operacionais (18,6%), das Despesas de pessoal (s/ órgãos sociais e absentismo) (52,1%) e dos FSE (15,8%) são superiores à do Volume de negócios (6,1%), não sendo observadas as IEIPG2021. No entanto, foram atribuídas à ENSE novas competências implicando mais encargos, designadamente ao nível dos FSE e dos Gastos com pessoal. A justificação afigura-se coerente.
EBIT, líquido de provisões, imparidades e correções de justo valor	Alínea v) do ponto 2 das IEIPG2021	O resultado operacional degrada-se em 376 mil euros de 2019 para 2021, prevendo-se para 2022 em relação a 2021 uma diminuição de 13 mil euros e para 2023 face a 2022 um aumento de 18 mil, o que perfaz uma redução no triénio de 371 mil euros. Atenta a justificação quanto à evolução dos Gastos operacionais, a diminuição do EBIT é coerente com a proposta.

#### D. Evolução Económica e Financeira

	Volume de negócios	Gastos operacionais	CMVMC	FSE	Pessoal	EBITDA	EBIT	Resultado líquido	Endivid.*	Invest.*
Valores 2019	26 116	21 335	0	19 693	1 642	45 332	44 917	44 862	359 713	1 062
Valores 2021	27 718	25 310	0	22 812	2 498	722	92	55	359 750	1 389
Valores 2022	28 908	26 289	0	23 777	2 511	874	79	42	359 788	1 349
Valores 2023	29 503	26 743	0	24 211	2 532	1 011	97	60	359 825	1 576
Δ 2021-2019	+6,1%	+19%		+16%	+52%	-98%	-100%	-100%	+0,0%	+31%
Δ 2022-2021 (%)	+4,3%	+3,9%		+4,2%	+0,5%	+21%	-14%	-24%	+0,0%	-2,9%
Δ 2023-2022	+2,1%	+1,7%		+1,8%	+0,8%	+16%	+23%	+43%	+0,0%	+17%
Taxa média anual										
Δ 2023-2019 (%)	+4,1%	+7,8%		+7,1%	+16%	-72%	-87%	-89%	+0,0%	+14%

\* O Endividamento e o Investimento na linha do ano 2019 são referentes a 2020

Fonte: Proposta de PAO para 2021-23

Indicador	Observações
<b>Resultados</b>	A empresa prevê que de 2019 para 2021 os resultados diminuam <sup>3</sup> : i) EBITDA: 44 610 mil euros (98%); ii) EBIT: 44 824 mil euros (100%); iii) Resultado líquido: 44 806 mil euros (100%). Os resultados previstos para 2023 são superiores aos previstos para 2021.
<b>Endividamento</b>	A empresa prevê um aumento de 37 mil euros (0,01%) do financiamento remunerado em 2021 face a 2020. O capital em 2021 (250 mil euros) não sofre alteração face a 2020 e, nos termos do disposto no ponto 3.3 das IEIPG2021, a ENSE não tem previsto realizar qualquer investimento com expressão material.

#### E. Plano de Investimentos

O plano de investimentos da ENSE para 2021-2023 ascende a 4 314 mil euros, dos quais se prevê que 1 389 mil euros (cerca de 32%) sejam realizados em 2021. No quadro abaixo apresenta-se um resumo do plano de investimentos da empresa, o qual está repartido em três grupos: (a) investimentos URP – Polnato, (b) investimentos UAG e, (c) investimentos em

<sup>3</sup> Deverá ter-se em conta a reversão de imparidades em 2019 no montante de 44 448 mil euros.

UCP, evidenciando-se dentro de cada um dos grupos os projetos mais relevantes e que comportam montantes mais significativos.

Plano Plurianual de Investimento 2021-2023

	Unidade : milhares de euros					Δ 2021/2020		Peso 2020
	2020	2021	2022	2023	Triénio	Valor	%	
<b>Unidade de Reserva Petrolífera (URP)</b>	<b>540</b>	<b>880</b>	<b>1 050</b>	<b>1 317</b>	<b>3 247</b>	<b>340</b>	<b>63%</b>	<b>63%</b>
Reabilitação de edifício na zona II e III ( Projeto investimento plurianual I)	20	80	0	0				
Beneficiação da rede de vedação externa ( Projeto investimento plurianual II)	100	450	0	0				
Anel de combate a incêndio na zona II e III	0	0	500	867				
Reabilitação e inetização dos oleodutos/remover o produto das linhas do Portinho da Costa ( Projeto investimento plurianual IV)	150	100	300	250				
<b>Unidade Administração Geral (UAG)</b>	<b>346</b>	<b>342</b>	<b>200</b>	<b>115</b>	<b>657</b>	<b>-4</b>	<b>-1%</b>	<b>25%</b>
Evolução Balção Único ENSE	50	50	50	50				
Desenvolvimento no âmbito do sistema ERP SINGAP	25	30	30	30				
Aquisição de material informático ATEX para fiscalização	0	22	10	0				
Criação do Balção Único Electrónico dos combustíveis	0	70	70	0				
<b>Unidade de Controlo e Prevenção (UCP)</b>	<b>176</b>	<b>167</b>	<b>99</b>	<b>144</b>	<b>410</b>	<b>-9</b>	<b>-5%</b>	<b>12%</b>
Equipamento Metrológico - Equipamento de GPL	3	13	3	3				
Equipamento Metrológico - Equipamento de Medição de líquidos	4	4	4	4				
Equipamento de fiscalização - equipamento de segurança ATEX (câmara de deteção de gases GPL	50	50	10	10				
Equipamento de fiscalização- Equipamento autónomo de inspeção de linhas de tensão	25	25	25	10				
Equipamento Metrológico - Medição de campos magnéticos	6	6	3	3				
Mobiliário	5	5	5	5				
<b>TOTAL</b>	<b>1 062</b>	<b>1 389</b>	<b>1 349</b>	<b>1 576</b>	<b>4 314</b>	<b>327</b>	<b>31%</b>	<b>100%</b>

Fonte : Proposta de PAO para 2021

Constata-se que o Plano de Investimento para o triénio compreende um maior investimento na URP, nomeadamente através do investimento nas instalações da PolNato, assente no programa de investimentos estratégicos conforme Despacho conjunto n.º 4650/2016, de 23 de março, do senhor Secretário de Estado Adjunto do Tesouro e das Finanças e do Senhor Secretário de Estado da Defesa Nacional. Tal programa tem sido revisto à medida que é efetuado o levantamento exaustivo da situação das instalações e das necessidades de intervenção e investimento.

De destacar que todos os projetos são financiados por fundos próprios. A empresa refere que o plano de investimentos visa a melhoria da capacidade operacional e do equipamento das equipas de fiscalização para intervenção em instalações do setor elétrico e de gás natural (mantendo a melhoria dos equipamentos na área dos combustíveis e biocombustíveis). Justifica-se, ainda, face à necessidade de adaptação e incremento das plataformas tecnológicas de toda a empresa que permitam a inclusão das novas áreas, para facilidade do processo de relação desmaterializada com todos os operadores de mercado que tem vindo a ser implementada. Para além disso, no âmbito do contrato de concessão por 25 anos da gestão das instalações do DPNL (propriedade do Ministério da Defesa Nacional), a ENSE tem obrigação de assegurar a manutenção e de concretizar um plano de investimento plurianual que é vital para o reforço da segurança e condições de operacionalização desta infraestrutura nevrálgica para o sistema de reserva nacional de produtos petrolíferos.

## F. Conclusão

A aprovação da proposta de “*Plano de Atividades e Orçamento para 2021*” da ENSE requer, nos termos das disposições legais em vigor sobre a matéria, a autorização de Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro para:

- O aumento de 120 mil euros (135%) dos gastos com deslocações, estadas e ajudas de custo e com a frota automóvel em 2021 face a 2019; e
- O aumento de 181 mil euros (40%) dos gastos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria em 2021 face a 2019.

Note-se o entendimento da UTAM no sentido da não aplicação à empresa da disposição sobre a evolução do rácio dos Gastos Operacionais sobre o Volume de Negócios, já sustentado nos anos anteriores, devido à Unidade de Reservas Petrolíferas (URP) ser responsável por 92% da atividade da empresa e estar estatutariamente obrigada a um resultado aproximadamente nulo e a níveis mínimos de reservas, pelo que parte substancial dos gastos e dos rendimentos da sua atividade é determinada por fatores que são alheios à empresa.

**A UTAM conclui que, neste caso e querendo, a proposta de “Plano de Atividades e Orçamento para 2021” apresentada pela ENSE - Entidade Nacional para o Setor Energético, E.P.E. reunirá as condições para merecer aprovação de Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro.**

## 2. ANTECEDENTES

Em 18 de setembro de 2020 a Entidade Nacional para o Setor Energético E.P.E. (ENSE) inseriu no Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira (SiRIEF) a sua proposta de “*Plano de Atividades e Orçamento (PAO) e Plano de Investimentos/financiamentos Plurianuais*” referente ao triénio 2021-2023.

No dia 16 de novembro de 2020, a ENSE inseriu no SiRIEF uma nova versão de “*Plano de Atividades e Orçamento (PAO) e Plano de Investimentos/financiamentos Plurianuais*” sob a epígrafe “PAO 2021-2023 - Versão 2 (Revisto)”. No dia 25 de novembro de 2020, a ENSE inseriu na plataforma o “Parecer do ROC ao Plano de Atividades e Orçamento/Plano de Investimentos e Financiamento” para o horizonte temporal de 2021. Em 18 de janeiro, a ENSE submeteu através da plataforma um documento sob a epígrafe “outros” com uma “Errata ao PAO 2021 - Versão 2”. Dessarte, de acordo com as respetivas atribuições, a UTAM procedeu à análise da proposta de PAO2021-23 que verteu no presente relatório.

## 3. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

Para efeitos da análise da proposta de PAO2021-23 da ENSE foram tomadas em consideração as Instruções sobre a Elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão (IEIPG) de 2021 para Empresas Públicas Reclassificadas (EPR).

### 3.1. SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

No plano económico e financeiro, as tabelas seguintes ilustram a evolução da atividade da empresa nos anos mais recentes. As mesmas servem também para retratar as previsões feitas pela empresa no âmbito da elaboração da proposta de PAO em análise.

A ENSE patenteia uma situação económico-financeira caracterizada pela estimativa para 2020-12-31 de uma autonomia financeira de 16% e de capitais próprios de 70 914 mil euros:

	Unidade: milhares de euros					2021/2019	
	2019	2020	2021	2022	2023	Valor	%
<b>ATIVO (A)</b>	<b>430 954</b>	<b>436 051</b>	<b>438 514</b>	441 059	443 669	<b>7 560</b>	<b>1,8%</b>
<b>PASSIVO (P)</b>	<b>365 077</b>	<b>365 137</b>	<b>365 192</b>	365 233	365 268	<b>114</b>	<b>0,03%</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO (CP)</b>	<b>65 876</b>	<b>70 914</b>	<b>73 322</b>	75 826	78 401	<b>7 446</b>	<b>11,3%</b>
<b>VOLUME DE NEGÓCIOS (VN)</b>	<b>26 116</b>	<b>28 288</b>	<b>27 718</b>	28 908	29 503	<b>1 601</b>	<b>6,1%</b>
<b>EBITDA</b>	<b>45 332</b>	<b>2 897</b>	<b>722</b>	874	1 011	<b>-44 610</b>	<b>-98,4%</b>
<b>EBIT</b>	<b>44 917</b>	<b>2 485</b>	<b>92</b>	79	97	<b>-44 824</b>	<b>-99,8%</b>
<b>RESULTADO LÍQUIDO (RL)</b>	<b>44 862</b>	<b>2 447</b>	<b>55</b>	42	60	<b>-44 806</b>	<b>-99,9%</b>
<b>CP/A</b>	<b>15,3%</b>	<b>16%</b>	<b>17%</b>	17%	18%	<b>1,43 p.p.</b>	
<b>P/A</b>	<b>84,7%</b>	<b>83,7%</b>	<b>83,3%</b>	82,8%	82,3%	<b>-1,43 p.p.</b>	

Fonte: Proposta de PAO 2021

#### 3.1.1 Demonstração de Resultados

De acordo com as previsões da empresa, as Demonstrações de Resultados Previsionais apresentam-se como segue:

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	Unidade: milhares de euros					Δ (2021-2019)	
	2019 Execução	2020 Estimativa	2021 Previsão	2022 Previsão	2023 Previsão	Valor	%
Vendas e serviços prestados	26 116	28 288	27 718	28 908	29 503	1 601	+6%
(-) Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	0	0	0	0	0	0	
(-) Fornecimentos e serviços externos	19 693	21 168	22 812	23 777	24 211	3 119	+16%
(-) Gastos com o pessoal	1 642	1 693	2 498	2 511	2 532	856	+52%
<b>(-) Gastos operacionais</b>	<b>21 335</b>	<b>22 861</b>	<b>25 310</b>	<b>26 289</b>	<b>26 743</b>	<b>3 975</b>	<b>+19%</b>
(-) Imparidades	-44 448	800	0	0	0	44 448	+100%
(-) Provisões	0	0	0	0	0	0	
Aumentos/reduções de justo valor	0	0	0	0	0	0	
Outros rendimentos e ganhos	884	883	690	740	790	-194	-22%
(-) Outros gastos e perdas	4 781	2 613	2 376	2 485	2 539	-2 405	-50%
<b>EBITDA</b>	<b>45 332</b>	<b>2 897</b>	<b>722</b>	<b>874</b>	<b>1 011</b>	<b>-44 610</b>	<b>-98%</b>
(-) Gastos/reversões de depreciação e de amortização	415	413	629	794	913	214	+52%
(-) Imparidade de ativos depreciables/amortizáveis	0	0	0	0	0	0	
<b>Resultado operacional (EBIT)</b>	<b>44 917</b>	<b>2 485</b>	<b>92</b>	<b>79</b>	<b>97</b>	<b>-44 824</b>	<b>-100%</b>
(-) Juros e gastos/rendimentos similares	37	37	37	37	37	0	0%
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>44 879</b>	<b>2 447</b>	<b>55</b>	<b>42</b>	<b>60</b>	<b>-44 824</b>	<b>-100%</b>
(-) Imposto sobre o rendimento do período	18	0	0	0	0	-18	-100%
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>44 862</b>	<b>2 447</b>	<b>55</b>	<b>42</b>	<b>60</b>	<b>-44 806</b>	<b>-100%</b>

(-) Assinala as rubricas que, quando tomam valores positivos, se referem a gastos

Fonte: Proposta de PAO para 2021-23

#### Volume de Negócios

Para 2021 a empresa prevê um crescimento do seu Volume de Negócios (VN) no montante de 1 601 mil euros (6,1%) face a 2019 (26 116 mil euros), considerando como VN os valores das rubricas Vendas e Prestação de serviços<sup>4</sup>. O incremento do VN previsto para 2021

<sup>4</sup> A empresa refere que os valores estimados para 2019 "correspondem à projeção com base nos valores do 3.º trimestre de 2019".

acomodar, via aumento da prestação unitária, o incremento dos gastos da entidade. Resultará num resultado positivo, mas quase nulo, conforme estabelece o n.º 3 do artigo 23.º dos estatutos da ENSE.

### **Gastos Operacionais**

Para 2021, os Gastos Operacionais (GO) apresentam um crescimento de 3 975 mil euros (18,6%) face ao valor registado em 2019 (21 335 mil euros), explicado pelo aumento dos Gastos com pessoal em 856 mil euros (52,1%) e dos FSE em 3 119 mil euros (15,8%).

### **FSE**

O acréscimo dos FSE de 2019 para 2021, 3 119 mil euros (15,8%), decorre de aumentos parcelares com:

- armazenagem de reservas, aquisição de *tickets* e tratamento do gasóleo do Polnato, em 1 755,7 mil euros; e
- serviços especializados, em 1 363,1 mil euros.

### **Gastos com o pessoal (Alínea a) do PRC do Ponto 3.1 das IEIPG2021**

O aumento dos Gastos com pessoal já tem em consideração a contratação de 16 novos colaboradores: 11 a alocar à atividade de fiscalização, um à URP e quatro à Unidade de Administração Geral (UAG). As contratações foram autorizadas na aprovação do PAO2020, através do Despacho n.º 415/2020-SET, de 31 de julho, do Senhor Secretário de Estado do Tesouro, e do Despacho de concordância do Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Energia, de 22 de setembro. O aumento dos Gastos com pessoal em 856 mil euros (52%) previsto para 2021 comparativamente com 2019 traduz, portanto, o efeito em ano completo destas novas contratações e das valorizações remuneratórias.

*Unidade: milhares de euros*

Pessoal	2019	2020	2021	Δ (2021-2019)	
	Execução	Estimativa	Previsão	Valor	%
N.º de membros dos órgãos sociais	4	4	5	1	+25%
N.º de cargos de direção	10	10	10	0	0%
N.º dos restantes trabalhadores	22	38	38	16	+73%
<b>N.º total de trabalhadores</b>	<b>36</b>	<b>52</b>	<b>53</b>	<b>17</b>	<b>+47%</b>
Gastos com órgãos sociais	220	154	242	22	+10%
Gastos com cargos de direção	579	525	599	20	+3%
Remunerações do pessoal	489	669	1 104	435	+126%
Outros encargos	354	346	553	199	+56%
<b>Gastos totais com pessoal</b>	<b>1 642</b>	<b>1 693</b>	<b>2 498</b>	<b>856</b>	<b>+52%</b>

*Fonte: Proposta de PAO para 2021-23*

### **Outros gastos**

A evolução do conjunto dos encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, bem como os associados à frota automóvel, e do conjunto dos encargos com a contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria, previstos para 2021 face a 2019, consta na tabela seguinte:

Unidade: milhares de euros

Outros gastos operacionais	2019	2020	2021	Δ (2021-19)	
	Execução	Estimativa	Previsão	Valor	%
Deslocações e alojamento	23	9	44	21	91%
Ajudas de custo	18	9	33	15	83%
Frota automóvel	48	48	132	84	175%
<b>Encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, e os associados à frota automóvel</b>	<b>89</b>	<b>66</b>	<b>209</b>	<b>120</b>	<b>135%</b>
<b>Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria</b>	<b>456</b>	<b>446</b>	<b>637</b>	<b>181</b>	<b>40%</b>

Fonte: Proposta de PAO para 2021-23

Verifica-se:

- um aumento de 120 mil euros (135%) dos gastos com deslocações, estadas e ajudas de custo e com a frota automóvel em 2021 face ao executado em 2019, explicado essencialmente pelo acréscimo na atividade de fiscalização; e
- um aumento de 181 mil euros (40%) nos gastos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria em 2021 face ao executado em 2019, decorrente da intervenção no Polnato, dos trabalhos de manutenção e dos investimentos a realizar para salvaguarda da qualidade e quantidade de produto armazenado em condições de segurança e do desenvolvimento de ferramentas informáticas de apoio à gestão da fiscalização e da integração de ferramentas transversais.

### **Eficiência Operacional**

De acordo com os estatutos da empresa, a URP é uma unidade da ENSE, dotada de autonomia técnica e administrativa e com regime de separação contabilística, que prossegue em exclusivo atribuições em matéria de aquisição, manutenção, gestão e mobilização de reservas de petróleo bruto e de produtos de petróleo, a título de reservas estratégicas, assegurando as funções de entidade central de armazenagem nacional. A gestão da URP tem como único objetivo a recuperação dos custos em que incorre com a constituição, gestão e manutenção das reservas de produtos de petróleo a seu cargo.

Ora, a unidade representa cerca de 92% do orçamento da empresa e o seu modelo de financiamento assenta na recuperação dos seus custos através de uma prestação mensal faturada aos operadores de mercado, tendo subjacente os serviços prestados, e sendo o seu resultado líquido tendencialmente nulo. Mais, estando o País obrigado a manter 90 dias de consumo de combustíveis em reserva, as aquisições e as vendas de produtos petrolíferos não são determinadas por oportunidades de mercado (não constituem negócio), mas sim pela necessidade de repor *stocks*, independentemente do custo e, conseqüentemente, dos gastos operacionais incorridos. Assim, é entendimento desta Unidade Técnica que a evolução do rácio dos GO sobre o VN não traduz a evolução da eficiência operacional da empresa pois que parcelas substanciais dos gastos e dos rendimentos da sua atividade são determinadas por fatores alheios à empresa.

### **Evolução financeira**

O cenário de evolução da situação financeira de 2019 para 2021 é apresentado na tabela seguinte, verificando-se o incumprimento do disposto nas alíneas ii), iii), iv) e v) do ponto 2

das IEIPG2021:

- A taxa de variação dos Gastos operacionais de 2019 para 2021 (18,6%) é superior à do VN (6,1%);
- A taxa de variação da despesa de pessoal (sem órgãos sociais e absentismo) de 2019 para 2021 (52,1%) é superior à do VN (6,1%);
- A taxa de variação dos FSE de 2019 para 2021 (15,8%) é superior à do VN (6,1%);
- O resultado operacional (EBIT), líquido de provisões, imparidades e correções de justo valor, diminui em 376 mil euros face ao realizado em 2019 (80%);
- O endividamento líquido de investimentos em 2021 diminui em 475 mil euros (0,13%) face ao realizado em 2019.

Cenário de evolução da situação financeira	2021 vs. 19	Varição média anual no triénio
<b>TAXAS</b>		
Taxa de crescimento real do PIB, com a inflação esperada acrescida de 1 p.p.*	-0,7%	+3,6%
i) Volume de negócios	+6,1%	+4,1%
ii) Gastos operacionais	+18,6%	+7,8%
iii) Despesa de pessoal (s/ órgãos sociais e absentismo)	+52,1%	+15,5%
iv) FSE	+15,8%	+7,1%
<b>VARIAÇÕES (milhares de euros)</b>		
v) EBIT, líquido de provisões, imparidades e correções de justo valor	-376	-124
vi) Endividamento líquido de Investimento (2021 vs. 20)	-475	-196

\* Calculada nos termos do disposto na alínea i) do ponto 2 das IEIPG2021

Fontes : IEIPG2021 e proposta de PAO para 2021

No entanto, importa realçar as novas competências atribuídas à ENSE, relacionadas com a fiscalização das reservas nacionais de gás natural, envolvendo mais recursos, com efeito designadamente ao nível dos FSE e dos Gastos com pessoal.

No que tange ao incumprimento da alínea iii) do ponto 2 das IEIPG2021, a proposta em análise não contempla a informação sobre os efeitos do absentismo. Independentemente disso, os Gastos com o pessoal estão influenciados pela contratação de 16 novos colaboradores, autorizada no âmbito da aprovação do PAO2020.

### **Resultados**

**A empresa prevê uma diminuição do EBITDA** de 2019 para 2021 de 44 610 mil euros (98%), comparação que deverá ter em conta a reversão de imparidades em 2019 no montante de 44 448 mil euros. O EBITDA deverá crescer 152 mil euros (21%) de 2021 para 2022, atingindo 874 mil euros em 2022, voltando a crescer 137 mil euros (16%) de 2022 para 2023.

**A empresa prevê um decréscimo do Resultado Operacional (EBIT)** de 44 824 mil euros (100%) de 2019 (44 917 mil euros) para 2021 (92 mil euros). O EBIT deverá decrescer 13 mil euros (14%) de 2021 para 2022, atingindo 79 mil euros em 2022 e 97 mil euros em 2023, representando um aumento de 23% (18 mil euros) face a 2022.

A empresa prevê uma diminuição do Resultado Líquido de 2019 para 2021 de cerca de 44 804 mil euros (100%). O Resultado líquido deverá decrescer 13 mil euros (24%) de 2021 para 2022, atingindo 42 mil euros em 2022, crescendo 43% (18 mil euros) em 2023 (60 mil euros) face a 2022.

### 3.1.2 Balanço

O Balanço apresenta a evolução constante do quadro seguinte:

BALANÇO	2019	2020	2021	2022	2023	Δ (2021-2020)	
	Execução	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
<b>Ativo</b>	<b>430 954</b>	<b>436 051</b>	<b>438 514</b>	<b>441 059</b>	<b>443 669</b>	<b>2 463</b>	<b>+1%</b>
<b>Ativo não corrente</b>	<b>11 698</b>	<b>2 007</b>	<b>2 772</b>	<b>3 333</b>	<b>4 001</b>	<b>765</b>	<b>+38%</b>
Ativos fixos tangíveis	988	1 517	2 205	2 846	3 645	688	+45%
Ativos intangíveis	225	475	546	460	323	71	+15%
Investimentos financeiros	10 485	15	21	27	33	6	+38%
<b>Ativo corrente</b>	<b>419 256</b>	<b>434 044</b>	<b>435 741</b>	<b>437 727</b>	<b>439 668</b>	<b>1 697</b>	<b>+0%</b>
Inventários	368 021	368 021	368 021	368 021	368 021	0	0%
Clientes	156	1 853	1 813	1 782	1 755	-40	-2%
Estado e outros entes públicos	208	190	0	0	0	-190	-100%
Outras contas a receber	2 187	2 372	2 370	2 370	2 383	-1	-0%
Diferimentos	90	85	94	98	87	9	+10%
Ativos financeiros detidos para negociação	45 502	58 000	60 000	62 200	64 400	2 000	+3%
Caixa e depósitos bancários	3 093	3 524	3 444	3 256	3 022	-80	2%
<b>Capital próprio</b>	<b>65 877</b>	<b>70 914</b>	<b>73 322</b>	<b>75 826</b>	<b>78 401</b>	<b>2 408</b>	<b>+3%</b>
Capital estatutário	250	250	250	250	250	0	0%
Outras variações no capital próprio	46 309	48 899	51 252	53 714	56 229	2 353	+5%
Resultados transitados	-25 543	19 318	21 765	21 820	21 862	2 447	+13%
Resultado líquido do período	44 862	2 447	55	42	60	-2 392	-98%
<b>Passivo</b>	<b>365 077</b>	<b>365 137</b>	<b>365 192</b>	<b>365 233</b>	<b>365 268</b>	<b>55</b>	<b>+0%</b>
<b>Passivo não corrente</b>	<b>359 627</b>	<b>359 713</b>	<b>359 750</b>	<b>359 788</b>	<b>359 825</b>	<b>37</b>	<b>+0%</b>
Financiamentos obtidos	359 627	359 713	359 750	359 788	359 825	37	+0%
Estado e outros entes públicos	0	0	0	0	0	0	0%
<b>Passivo corrente</b>	<b>5 451</b>	<b>5 424</b>	<b>5 441</b>	<b>5 445</b>	<b>5 443</b>	<b>17</b>	<b>+0%</b>
Fornecedores	66	76	85	81	72	10	+13%
Estado e outros entes públicos	1 017	1 032	1 029	1 034	1 037	-3	-0%
Financiamentos obtidos	49	0	0	0	0	0	0%
Outras contas a pagar	4 319	4 317	4 327	4 331	4 334	11	+0%

Fonte: Proposta de PAO para 2021-23

De 2019 (430 954 mil euros) para 2021 (438 514 mil euros) a empresa prevê que o valor do ativo aumente em cerca de 2 463 mil euros (1%), atingindo 441 059 mil euros em 2022 e 443 669 mil euros em 2023, representando um acréscimo de 1% face a 2022. Realce-se, entretanto, que o valor previsto para 2023 é superior ao valor registado em 2019 (430 954 mil euros) em 3%. Concorrerão para o mencionado aumento o incremento do ativo não corrente em 38% (765 mil euros) e do ativo corrente em 0,4% (1 697 mil euros).

Conforme alude a empresa na página 43 da proposta do PAO2021-23, a previsão do aumento dos ativos intangíveis em 71 mil euros (15%) e tangíveis em 688 mil euros (45%) “deve-se aos investimentos realizados de acordo com o plano de investimentos”.

Por outro lado, a ENSE acrescenta na página 44 que “os investimentos financeiros referidos têm apenas a ver com o gasto realizado com fundos de compensação obrigatórios desde 2015 para novos contratos individuais de trabalho (CITs), o valor cresce todos os anos de acordo com o desconto para esse fundo e conforme executado em 2019 e estimado para

2020. A partir do final de 2020 acresce ainda a parte das novas contratações (13) sob esta modalidade (CITs).

Prevê-se um aumento do passivo de 2019 (365 077 mil euros) para 2021 (365 192 mil euros) em 114 mil euros (0,03%), atingindo 365 233 mil euros em 2022 e 365 268 mil euros em 2023, patenteando um ligeiro acréscimo de 0,01% face a 2022. Note-se, entretanto, que o valor previsto para 2023 é tenuemente superior ao valor registado em 2019 (365 077 mil euros) em 0,05%. O aumento do passivo decorre do aumento do passivo não corrente em 37 mil euros (0,01%) e do passivo corrente em 17 mil euros (0,32%). A ENSE refere na página 45 da proposta de PAO em análise que *“o empréstimo obrigacionista apresenta um saldo regular no final de 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023”* e que a *“variação registada no saldo da rubrica Estado em 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023 acompanha o acréscimo de rendimentos e da contabilização do IVA Liquidado”*.

Com relação ao Capital Próprio, a empresa prevê um aumento de 7 445 mil euros (11%) em 2021 (73 322 mil euros) face a 2019 (65 877 mil euros), atingindo 75 826 mil euros em 2022 e 78 401 mil euros em 2023, representando um acréscimo de 3% face a 2022. Note-se, ainda, que o valor previsto para 2023 é superior ao montante registado em 2019 (65 877 mil euros) em 19%. O aumento de 11% em 2021 face a 2019 é explicada pela previsão de aumentos nos resultados transitados em 185% (47 309 mil euros), em outras variações no capital próprio em 11% (4 943 mil euros) adveniente da *“especialização anual do montante para o fundo estatutário e que acumula anualmente neste contra, conforme explicitado”*.

### 3.1.3 Demonstração de Fluxos de Caixa

A empresa prevê para 2021 (3 357 mil euros) face ao realizado em 2019 (5 473 mil euros) uma diminuição dos fluxos de caixa das atividades operacionais de cerca de 2 116 mil euros (39%), que se mantêm positivos ao longo do triénio. Todavia, a ENSE prevê um aumento desse montante em 2022 (3 409 mil euros) face a 2021 (3 357 mil euros) de 53 mil euros (2%), aumentando o seu valor em 5% em 2023 (3 590 mil euros) face ao 2022 (3 409 mil euros). Note-se, ainda, que o valor previsto para 2023 é inferior ao montante executado em 2019 (5 473 mil euros) em 34%.

Por outro lado, a ENSE prevê para 2021 (-1 395 mil euros) face ao realizado em 2019 (-282 mil euros) uma diminuição dos fluxos de caixa das atividades de investimento, de cerca de 1 113 mil euros (395%). Todavia, a empresa prevê um aumento desse montante de 2021 (-1 395 mil euros) para 2022 (-1 355 mil euros) em 40 mil euros (3%), diminuindo em 17% (227 mil euros) de 2023 (-1 582 mil euros) face a 2022 (-1 355 mil euros). Realça-se, ainda, que o valor previsto para 2023 é inferior ao executado em 2019 (-282 mil euros) em 462%.

A empresa prevê para 2021 (63 443 mil euros), um acréscimo de 14 849 mil euros (31%) face a 2019 (48 594 mil euros) na rubrica **“Caixa e seus equivalentes no fim do período”**, passando para o montante de 65 456 mil euros em 2022 e 67 421 mil euros em 2023, um

aumento de 3% face a 2022. Note-se, ainda, que o valor previsto para 2023 é superior ao montante executado em 2019 (48 594 mil euros) em 39%.

Unidade: milhares de euros

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	2019	2020	2021	2022	2023	Δ (2021-2019)	
	Execução	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>	<b>5 473</b>	<b>3 446</b>	<b>3 357</b>	<b>3 409</b>	<b>3 590</b>	<b>-2 116</b>	<b>-39%</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>	<b>-282</b>	<b>9 525</b>	<b>-1 395</b>	<b>-1 355</b>	<b>-1 582</b>	<b>-1 113</b>	<b>-395%</b>
(-) Pagamentos respeitantes a investimento	795	1 090	1 395	1 355	1 582	600	+75%
Recebimentos provenientes de investimento	514	10 615	0	0	0	-514	-100%
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>	<b>-42</b>	<b>-42</b>	<b>-42</b>	<b>-42</b>	<b>-43</b>	<b>0</b>	<b>-0%</b>
Recebimentos provenientes de financiamento	0	0	0	0	0	0	
(-) Pagamentos respeitantes a financiamento	42	42	42	42	43	0	+0%
<b>Variação de caixa e seus equivalentes</b>	<b>5 149</b>	<b>12 929</b>	<b>1 920</b>	<b>2 012</b>	<b>1 966</b>	<b>-3 229</b>	<b>-63%</b>
Efeito das diferenças de câmbio	2	0	0	0	0	-2	-100%
Caixa e seus equivalentes no início do período	43 443	48 594	61 523	63 443	65 456	18 080	+42%
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	<b>48 594</b>	<b>61 523</b>	<b>63 443</b>	<b>65 456</b>	<b>67 421</b>	<b>14 849</b>	<b>+31%</b>

(-) Assinala as rubricas que, quando tomam valores positivos, se referem a gastos

Fonte: Proposta de PAO para 2021-23

#### 4. PLANO DE INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTO

O plano de investimentos da ENSE para 2021-2023 ascende a 4 314 mil euros, dos quais se prevê que 1 389 mil euros (cerca de 32%) sejam realizados em 2021. No quadro abaixo apresenta-se um resumo do plano de investimentos da empresa, o qual está repartido em três grupos: (a) investimentos URP – Polnato, (b) investimentos UAG e, (c) investimentos em UCP, evidenciando-se dentro de cada um dos grupos os projetos mais relevantes e que comportam montantes mais significativos.

Plano Plurianual de Investimento 2021-2023

Unidade : milhares de euros

	2020	2021	2022	2023	Triénio	Δ 2021/2020		Peso 2020
						Valor	%	
<b>Unidade de Reserva Petrolífera (URP)</b>	<b>540</b>	<b>880</b>	<b>1 050</b>	<b>1 317</b>	<b>3 247</b>	<b>340</b>	<b>63%</b>	<b>63%</b>
Reabilitação de edifício na zona II e III ( Projeto investimento plurianual I)	20	80	0	0				
Beneficiação da rede de vedação externa ( Projeto investimento plurianual II)	100	450	0	0				
Anel de combate a incêndio na zona II e III	0	0	500	867				
Reabilitação e inetização dos oleodutos/remover o produto das linhas do Portinho da Costa ( Projeto investimento plurianual IV)	150	100	300	250				
<b>Unidade Administração Geral (UAG)</b>	<b>346</b>	<b>342</b>	<b>200</b>	<b>115</b>	<b>657</b>	<b>-4</b>	<b>-1%</b>	<b>25%</b>
Evolução Balção Único ENSE	50	50	50	50				
Desenvolvimento no âmbito do sistema ERP SINGAP	25	30	30	30				
Aquisição de material informático ATEX para fiscalização	0	22	10	0				
Criação do Balção Único Electrónico dos combustíveis	0	70	70	0				
<b>Unidade de Controlo e Prevenção (UCP)</b>	<b>176</b>	<b>167</b>	<b>99</b>	<b>144</b>	<b>410</b>	<b>-9</b>	<b>-5%</b>	<b>12%</b>
Equipamento Metrológico - Equipamento de GPL	3	13	3	3				
Equipamento Metrológico - Equipamento de Medição de líquidos	4	4	4	4				
Equipamento de fiscalização - equipamento de segurança ATEX (câmara de deteção de gases GPL	50	50	10	10				
Equipamento de fiscalização- Equipamento autónomo de inspeção de linhas de tensão	25	25	25	10				
Equipamento Metrológico -Medição de campos magnéticos	6	6	3	3				
Mobiliário	5	5	5	5				
<b>TOTAL</b>	<b>1 062</b>	<b>1 389</b>	<b>1 349</b>	<b>1 576</b>	<b>4 314</b>	<b>327</b>	<b>31%</b>	<b>100%</b>

Fonte : Proposta de PAO para 2021

O plano de investimentos para o triénio compreende um maior investimento na URP, nomeadamente através do investimento nas instalações da Polnato, assente no programa de investimentos estratégicos conforme Despacho conjunto n.º 4650/2016, de 23 de março, do senhor Secretário de Estado Adjunto do Tesouro e das Finanças e do Senhor Secretário

de Estado da Defesa Nacional. Tal programa tem sido revisto à medida que é efetuado o levantamento da situação das instalações e das necessidades de intervenção.

Destaca-se que o plano de investimento para o triénio prevê um aumento face a 2020, de 327 mil euros em 2021 (31%) e de 287 mil euros em 2022 (27%), sendo de destacar que todos os projetos são financiados por meios próprios.

A empresa refere que o plano de investimentos visa a melhoria da capacidade operacional e de equipamentos das equipas de fiscalização, que têm de dispor de todos os meios necessários à intervenção em instalações do setor elétrico e de gás natural (mantendo a melhoria dos equipamentos na área dos combustíveis e biocombustíveis). Justifica-se, ainda, na necessidade de adaptação e incremento das plataformas tecnológicas de toda a empresa que permitam a inclusão das novas áreas, para facilidade de todo o processo de relação desmaterializada com todos os operadores de mercado que tem vindo a ser implementada.

Para além disso, no âmbito do contrato de concessão por 25 anos da gestão das instalações do DPNL (propriedade do Ministério da Defesa Nacional), a ENSE tem obrigação de assegurar despesas de manutenção e de concretizar um plano de investimento plurianual que é vital para o reforço da segurança e condições de operacionalização desta infraestrutura nevrálgica para o sistema de reserva nacional de produtos petrolíferos. Importa referir que, no âmbito deste contrato de concessão da gestão do DPNL, uma parte substancial das despesas de investimento é deduzida à renda a pagar ao Ministério da Defesa Nacional, não sendo por isso um acréscimo de custos, sendo antes um investimento, que de outra maneira era apenas um custo corrente sob a forma de renda (sem os benefícios inerentes às melhorias operacionais que advém dos investimentos efetuados).

O capital em 2021 (250 mil euros) não sofre alteração face a 2019. Nos termos do disposto no ponto 3.3 das IEIPG2021, a ENSE não tem previsto realizar qualquer novo investimento com expressão material. Decorrente da aplicação da fórmula patenteada no referido ponto, de 2019 para 2021 o endividamento da empresa aumenta em 0,01%.

<b>VARIAÇÃO DO ENDIVIDAMENTO</b>	
<i>Unidade: milhares de euros</i>	
$\frac{(FR_t - FR_{t-1}) + (Capital_t - Capital_{t-1}) - NovosInvestimentos_t}{FR_{t-1} + Capital_{t-1}}$	
(Financiamento Remunerado) $FR_t$ =	359 750
$FR_{t-1}$ =	359 713
(Capital Social ou Capital Estatutário realizado) $Capital_t$ =	250
$Capital_{t-1}$ =	250
(Novos Invest. com Expressão Material) $NovosInvestimentos_t$ =	0
<b><math>\Delta</math> Endividamento =</b>	<b>0,01%</b>

Entretanto, a empresa refere na página 56 da proposta de PAO2021-23 que “o empréstimo obrigacionista não contempla amortizações periódicas e terá que ser integralmente liquidado no final do contrato - bullet (2028), ou renegociado nos seus pressupostos”.

## 5. CONCLUSÃO

A aprovação da proposta de “*Plano de Atividades e Orçamento para 2021*” da ENSE requer, nos termos das disposições legais em vigor sobre a matéria, a autorização de Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro para:

- O aumento de 120 mil euros (135%) dos gastos com deslocações, estadas e ajudas de custo e com a frota automóvel em 2021 face a 2019; e
- O aumento de 181 mil euros (40%) dos gastos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria em 2021 face a 2019.

Note-se o entendimento da UTAM no sentido da não aplicação à empresa da disposição sobre a evolução do rácio dos GO sobre VN, já sustentado nos anos anteriores, devido à URP ser responsável por 92% da atividade da empresa e estar estatutariamente obrigada a um resultado aproximadamente nulo e a níveis mínimos de reservas, pelo que parte substancial dos gastos e dos rendimentos da sua atividade é determinada por fatores que são alheios à empresa.

**A UTAM conclui que, neste caso e querendo, a proposta de “Plano de Atividades e Orçamento para 2021” apresentada pela ENSE - Entidade Nacional para o Setor Energético, E.P.E. reunirá as condições para merecer aprovação de Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro.**

*Sátiro Sanchez*  
Consultor